



# Universidade de Brasília

**UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA  
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS  
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL**

Rodrigo Chaveiro da Silva

## **ESTADO, SOCIEDADE E LAICIDADE:**

Reflexões sobre a ascensão de segmentos religiosos cristãos à estrutura do Estado brasileiro.

**BRASÍLIA**

**2024**



# Universidade de Brasília

**RODRIGO CHAVEIRO DA SILVA**

## **ESTADO, SOCIEDADE E LAICIDADE:**

Reflexões sobre a ascensão de segmentos religiosos cristãos à estrutura do Estado brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Orientadora: Profa. Dra. Liliam dos Reis Souza Santos

**BRASÍLIA**

**2024**

RODRIGO CHAVEIRO DA SILVA

**ESTADO, SOCIEDADE E LAICIDADE:**

Reflexões sobre a ascensão de segmentos religiosos cristãos à estrutura do Estado brasileiro.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Departamento de Serviço Social da Universidade de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Bacharel em Serviço Social.

Brasília, 5 de setembro de 2024

---

Profa. Dra. Liliam dos Reis Souza Santos

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Universidade de Brasília (UnB)

Orientadora

---

Profa. Dra. Camila Potyara Pereira

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Universidade de Brasília (UnB)

Membro Interno

---

Profa. Dra. Isabela Ramos Ribeiro

Programa de Pós-Graduação em Política Social (PPGPS)

Universidade de Brasília (UnB)

Membro Interno

*Dedico este trabalho aos meus pais, Francisco e Saura, por todo o caminho que percorremos juntos. Aos meus avós, Cinval e Maria, Antônio e Jorcelina, que não tiveram a oportunidade de ler o mundo, mas eu o lerei por eles.*

## AGRADECIMENTOS

Por vezes, eu imaginei que não seria capaz de ingressar em uma universidade federal, quando entrei achei que eu não conseguiria fazer um TCC. A verdade é que, se eu estivesse caminhando sozinho, provavelmente estaria estagnado, acreditando que não poderia alcançar grandes conquistas. Não estou desmerecendo meu próprio esforço e dedicação, nem desconsiderando os sonhos que nutro desde a infância e que continuam vivos em mim. Mas é importante reconhecer que cheguei onde estou com o apoio e a companhia de muitos que estiveram ao meu lado ao longo dessa jornada.

Um medo que eu tinha, era me perder de mim mesmo. Não seria feliz se, de alguma forma, eu decepcionasse o pequeno Rodrigo. Hoje, ousado afirmar que ele está, de fato, orgulhoso de onde chegou, de quem se tornou e das conquistas que está realizando. Por onde quer que eu vá, sempre tomarei cuidado para manter viva essa criança que um dia fui e que ainda sou. Hoje consigo concluir mais uma etapa da minha vida acadêmica, e sou grato a Deus por nunca ter me deixado só, colocando em meu caminho, pessoas importantes.

Gostaria de agradecer aos meus pais queridos, **Francisco** e **Saura**, minha eterna gratidão e amor. Desde o meu primeiro dia de aula no ensino fundamental, até o último dia do ensino médio, estiveram ao meu lado, guiando-me com carinho e paciência. Cada passo da minha jornada acadêmica foi acompanhado por eles, com celebrações nas conquistas e apoio nas dificuldades. Comemoraram com entusiasmo a minha aprovação na UnB e, mesmo diante das adversidades que um motorista e uma diarista podem enfrentar, nunca deixaram de me apoiar. Até o meu último suspiro nessa terra, eu jamais esquecerei o esforço e a dedicação que eles tiveram para que eu pudesse chegar até aqui. Sou grato por serem os meus pais maravilhosos, por todo o carinho, amor e cuidado que sempre me deram.

À minha querida irmã, **Franciele**, por ter sido minha melhor companhia, ajudando-me nas lições de casa e me protegendo dos monstros que eu imaginava habitar debaixo da minha cama. Sou imensamente grato a ela por ter colocado em minha vida pessoas maravilhosas, **Fabiany**, **Nicolas**, **Laura** e **Bruno**, que fazem crescer a vontade em mim em ter duas vidas, ou mesmo três, e, assim, poder estender o prazer em viver com eles.

À minha amada **Geovanna**. Cujas presença foi fundamental, além de ter me incentivado, ela foi minha confidente, minha amiga e minha parceira em todos os momentos. Seus conselhos sábios e seu apoio me deram a força para superar os desafios e alcançar meus objetivos. Agradeço por ter celebrado cada pequena vitória comigo e por ter me acolhido nos

momentos de dificuldade. É uma das razões pelas quais meus sonhos continuam vivos e cada vez mais próximos de se tornarem realidade.

Na UnB, tive a oportunidade de cruzar meus caminhos com muitos professores que constantemente me lembravam da minha capacidade. Entrei com certo receio de que as relações interpessoais fossem duras e distantes, e que os professores não estivessem verdadeiramente presentes. No entanto, essa preocupação revelou-se infundada. Não foram apenas um ou dois professores, mas muitos que marcaram minha trajetória acadêmica. Agradeço a todos, com uma menção especial aos docentes do Departamento de Serviço Social. Gostaria de expressar também minha sincera gratidão à banca avaliadora, composta pela **Profa. Dra. Camila Potyara** e **Profa. Dra. Isabela Ramos**. Agradeço pela leitura atenta, pelas considerações valiosas e pelo papel fundamental que desempenharam nesta etapa decisiva da minha formação.

Gostaria de registrar, de maneira especial, minha gratidão à minha orientadora e amiga **Profa. Dra. Liliam do Reis Souza Santos**. Meu agradecimento não é uma mera formalidade, mas uma sincera expressão de reconhecimento. Ela esteve ao meu lado ao longo de toda a minha jornada acadêmica, sempre disposta a me apoiar. Em momentos de desânimo, soube me motivar e demonstrar que cada desafio valeria a pena. Sou profundamente grato pela dedicação, parceria e pela trajetória que percorremos juntos.

Não poderia deixar de mencionar a minha supervisora de estágio, a assistente social **Atália Fabricia Santos do Nascimento**. Durante minha experiência no meu campo de estágio, o ambiente que ela me proporcionou foi essencial para o sucesso do trabalho realizado. Aprendi muito com ela, tanto na prática do Serviço Social quanto no fortalecimento de minha confiança profissional. Sua orientação foi fundamental em momentos de dúvida e desânimo, sempre garantindo que eu me sentisse capaz de alcançar grandes conquistas.

Por fim, a **Antônio** e **Fátima** e teu filho que tanto me ajudaram. Antônio por ser bom com as palavras e Fátima por ter cuidado de mim dos perigos da noite. Ambos pelo zelo comigo. Espero do fundo do meu coração, que eu tenha força para continuar a caminhar com eles.

“Depois de transigir sem limites, interpretando em tom transcendental a conquista como mal necessário, a porta da estrada que se abriria ao caminho da fé pelo flagelo, caíram em si e começaram a ver seu próprio papel conivente.”

(Ribeiro, 1995, p. 62)

## RESUMO

Este trabalho apresenta uma análise crítica e aprofundada sobre a relação histórica e contemporânea entre o Estado e a religião no Brasil. Elege como **objeto de estudo** a dialética relação entre Estado e Religião no âmbito das relações sociais contemporâneas no Brasil, com ênfase na religião cristã. A pesquisa tem como objetivo compreender como a influência de segmentos religiosos cristãos tem permeado e influenciado a estrutura estatal brasileira, especialmente no contexto atual marcado por tendências neoliberais e neoconservadoras. Inicialmente, o estudo traça um panorama histórico da ascensão da Igreja Católica durante o período feudal, destacando seu papel hegemônico nas esferas política e social. Os procedimentos metodológicos são feitos por levantamento bibliográfico e pesquisa documental e teve como fontes primordiais, livros, artigos, periódicos e documentos oficiais do Governo Federal, disponíveis em diversas plataformas digitais. Ao longo do trabalho, a transição para o capitalismo é abordada sob a perspectiva das revoluções burguesas e da Reforma Protestante, evidenciando como esses eventos promoveram a secularização do Estado e redefiniram as relações de poder entre religião e política. A pesquisa ressalta que, apesar do processo de laicização, a influência religiosa manteve-se presente e atuante, adaptando-se às novas estruturas socioeconômicas emergentes. No contexto brasileiro, o trabalho explora a formação do Estado nacional e a persistente influência da religião cristã desde o período colonial até os dias atuais. Analisa-se como a religião foi instrumentalizada para legitimar processos de colonização, escravização e dominação cultural, configurando-se como elemento central na construção da identidade nacional e na manutenção de estruturas de poder desiguais. O estudo também examina o processo de laicização oficial do Estado brasileiro, discutindo suas limitações e contradições diante da contínua presença e influência de instituições religiosas nas esferas públicas e privadas. A pesquisa aprofunda-se na análise da ascensão de segmentos religiosos cristãos, especialmente de correntes neopentecostais, na estrutura institucional do Estado brasileiro nas últimas décadas. Destaca-se o crescimento da influência política desses grupos, evidenciado pela formação de bancadas religiosas no legislativo, pela ocupação de cargos no executivo e pela implementação de políticas públicas alinhadas a agendas morais e conservadoras. O estudo examina, de forma crítica, o governo de Jair Bolsonaro como um exemplo emblemático dessa confluência entre religião e política, evidenciando como discursos e práticas religiosas têm sido utilizados para legitimar medidas que reforçam desigualdades sociais e restrições a direitos civis.

**Palavras-chave:** Laicidade; Cristianismo; Nova direita, Estado brasileiro.



## ABSTRACT

This paper presents a critical and in-depth analysis of the historical and contemporary relationship between the State and religion in Brazil. It selects as its **object of study** the dialectical relationship between the State and Religion within contemporary social relations in Brazil, with an emphasis on Christianity. The research aims to understand how the influence of Christian religious segments has permeated and shaped the Brazilian state structure, particularly in the current context marked by neoliberal and neoconservative trends. Initially, the study provides a historical overview of the rise of the Catholic Church during the feudal period, highlighting its hegemonic role in the political and social spheres. The methodological procedures include a bibliographic survey and documentary research, using books, articles, journals, and official documents from the Federal Government, available on various digital platforms, as primary sources. Throughout the paper, the transition to capitalism is addressed from the perspective of the bourgeois revolutions and the Protestant Reformation, showing how these events promoted the secularization of the State and redefined the power relations between religion and politics. The research emphasizes that, despite the secularization process, religious influence remained present and active, adapting to the emerging socioeconomic structures. In the Brazilian context, the work explores the formation of the national State and the persistent influence of Christianity from the colonial period to the present day. It analyzes how religion was instrumentalized to legitimize processes of colonization, enslavement, and cultural domination, becoming a central element in the construction of national identity and in the maintenance of unequal power structures. The study also examines the process of official secularization of the Brazilian State, discussing its limitations and contradictions in light of the continuous presence and influence of religious institutions in both public and private spheres. The research delves into the rise of Christian religious segments, especially Neo-Pentecostal movements, within the institutional structure of the Brazilian State in recent decades. It highlights the growing political influence of these groups, as evidenced by the formation of religious caucuses in the legislature, the occupation of executive positions, and the implementation of public policies aligned with moral and conservative agendas. The study critically examines the government of Jair Bolsonaro as a prominent example of this confluence between religion and politics, demonstrating how religious discourses and practices have been used to legitimize measures that reinforce social inequalities and restrict civil rights.

**Keywords:** Secularism; Christianity; New right; Brazilian State.

## SUMÁRIO

<b>PROBLEMATIZAÇÃO</b> .....	12
<b>JUSTIFICATIVA</b> .....	16
<b>OBJETIVOS</b> .....	18
<b>Geral</b> .....	18
<b>Específicos</b> .....	18
<b>METODOLOGIA</b> .....	19
<b>1 DA HEGEMONIA CRISTÃ A SECULARIZAÇÃO DO ESTADO</b> .....	21
<b>1.1 A ascensão histórica da Igreja nos marcos das formações sociais: da perseguição à hegemonia feudal.</b> .....	21
<b>1.2 O advento da razão e o declínio do teológico no âmbito das relações sociais</b> .....	26
<b>1.3 A reestruturação da influência religiosa no âmbito dos grandes revolucionamentos econômicos e políticos</b> .....	28
1.3.1 Revoluções: uma luta por fé e poder na Inglaterra .....	29
1.3.2 Revolução Gloriosa: a emancipação política burguesa atrelada à reestruturação da religião .....	30
1.3.3 A Igreja católica e a Revolução Francesa: uma luta de ideais .....	31
<b>1.4 A formação dos Estados e a sua dialética relação com a religião</b> .....	33
<b>1.5 Historicidade dos Estados burgueses e a sua dialética relação com a religião</b> .....	35
<b>1.6 A reconfiguração da relação dialética Estado e religião no âmbito da laicização do Estado</b> .....	39
<b>2 A INFLUÊNCIA CATÓLICA E PROTESTANTE NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO</b> .....	42
<b>2.1 Religião cristã no Brasil: uma presença desde o período colonial</b> .....	42
<b>2.2 Complexo processo de laicização do país</b> .....	48
<b>2.3 <i>Questão Social</i>: sobre a caridade e a influência na resposta estatal</b> .....	51
<b>2.4 Transição religiosa e política no Brasil: Uma análise das influências e contradições</b> .....	55
<b>2.5 Continuidade dos ideais neoliberais e instrumentalização da fé</b> .....	60
<b>2.6 A influência da religião na política brasileira e a ascensão da extrema-direita</b> .....	63
<b>3 RELIGIÃO E POLÍTICA NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA</b> .....	66
<b>3.1 Introdução</b> .....	66

<b>3.2 Matrizes religiosas em destaque .....</b>	<b>67</b>
3.2.1 Igreja Católica .....	67
3.2.2 Igreja Protestante.....	68
<b>3.3 Ascensão cristã à estrutura institucional do Estado brasileiro .....</b>	<b>68</b>
<b>3.4 Religião e política no Brasil: mediação, instrumentalização e conflito na era da laicidade estatal.....</b>	<b>72</b>
<b>3.5 A influência de Jair Bolsonaro no Brasil .....</b>	<b>75</b>
<b>3.6 Religião, populismo e controvérsias .....</b>	<b>76</b>
<b>3.7 Fundamentalismo religioso e política: a influência da Frente Parlamentar Evangélica durante o governo Bolsonaro.....</b>	<b>80</b>
<b>3.8 Análise das relações entre Estado, religião e direitos no Brasil.....</b>	<b>85</b>
<b>CONCLUSÃO.....</b>	<b>89</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>91</b>

## PROBLEMATIZAÇÃO

Este trabalho de conclusão de curso estruturou-se a partir de problemáticas que envolvem a relação de reciprocidade e antagonismo entre religião e sociedade, buscando, por meio de uma abordagem crítica, histórica e dialética, entender a importância da religião cristã<sup>1</sup> na formação sócio-histórica e sua influência na atualidade. Apesar de o tema ser perpassado pelas produções e reflexões de clássicos da Sociologia, como Marx, Durkheim e Weber, a discussão sobre religião, no âmbito do Serviço Social, encontra-se, com frequência, em um plano secundário.

Embora relegada no âmbito da academia, a temática da religião perpassa todas as esferas de organização social e tem sido uma força política relevante no contexto sociopolítico brasileiro. Assim, embora não usual, a temática religiosa, tem relevância e atualidade para estudos científicos e acadêmicos, e não se pode negar a sua importância como um dos determinantes das diversas relações socioeconômicas e a construção histórica da sociedade.

Ao longo de toda a história é evidente a presença da Igreja na formação de impérios, Estados, assim como, a desintegração deles. Ela alcançou sua hegemonia na Idade Média graças à cristianização do Império Romano. Isso permitiu que a Igreja crescesse e se tornasse uma instituição dominante na sociedade medieval. Ela herdou muitas das estruturas e práticas do Império Romano, dominando o espaço social, político e religioso durante a Idade Média.

Ainda que este trabalho inicialmente enfoque a trajetória histórica da Igreja Católica Romana, é importante ressaltar que o protestantismo seguiu um caminho significativamente distinto, especialmente após a Reforma Protestante do século XVI. Enquanto a Igreja Católica consolidava sua hegemonia no período medieval, o surgimento do protestantismo representou uma ruptura com essa tradição, desafiando não apenas a autoridade eclesiástica, mas também o próprio poder centralizado da Igreja.

Movimentos como o luteranismo, o calvinismo e, posteriormente, o anglicanismo ganharam força na Europa, promovendo a ideia de uma relação mais direta entre o indivíduo e a fé, sem a mediação da hierarquia católica. No Brasil, o protestantismo, em suas diversas vertentes, como o pentecostalismo e o neopentecostalismo, também desempenha um papel relevante na organização social e política contemporânea, especialmente com o crescimento

---

<sup>1</sup>Apesar de que as denominações cristãs são extremamente amplas, nesse trabalho, nesse trabalho, termos como religião, religião cristã, cristianismo, igreja, igrejas irão se referir a Igreja Católica Apostólica Romana e igrejas protestantes pentecostais/neopentecostais.

de denominações que têm conquistado espaço significativo nas esferas de poder, em paralelo à retração da hegemonia católica. Portanto, é fundamental esclarecer que, embora a Igreja Católica tenha sido historicamente dominante, o protestantismo seguiu uma trajetória própria e vem desempenhando um papel crescente, tanto na esfera religiosa quanto política.

É importante observar que a hegemonia cristã foi contestada por diversos fatores, como as ideias liberais, a emancipação econômica e política da burguesia, e posteriormente, pela crítica contundente do marxismo. Isso resultou em uma reorganização da posição da religião na sociedade. A ascensão da burguesia como classe dominante na sociedade moderna representou uma ruptura significativa com a ordem social hierárquica e teocêntrica do feudalismo. Destaca-se a substituição da ideia do poder por direito divino, baseado na hereditariedade e na posição social, pelo princípio do mérito individual como principal critério de acesso ao poder político e econômico.

No feudalismo, o Estado assumia o controle total da vida social, política e econômica. A Igreja, em sua posição hegemônica, dominava indivíduos e coletividades, moldando o próprio Estado. Há de se lembrar de que o Estado é criatura da sociedade, e a Igreja era uma instituição poderosa dentro dela. A mobilidade social dos burgueses, impulsionada pela emancipação política e pelas novas relações de produção, desafiou essa hegemonia. O mercado com suas leis próprias, como mínima intervenção do Estado: “a nova forma de produção da riqueza, fundada na produção e reprodução do capital, implica que já não seja o Estado o regulador da atividade econômica, nem o eixo da vida social, mas o mercado, com suas leis próprias” (Tonet, 2015, p. 279).

Revoluções ocorreram na França e na Inglaterra como levantes contra o poder absolutista. Apesar de dominar a economia, ainda não detinham privilégios que a nobreza e o clero aproveitavam. Por isso, defendendo um Estado centralizado, e com apoio dos camponeses, orquestraram revoluções burguesas. Apesar de se romperem as fundações do poder da religião, a burguesia não renunciou ao cristianismo, havendo uma mútua relação com a agenda protestante.

Com a emancipação política, não houve o fim da religião, mas sim uma mudança na sua relação com o Estado e com a sociedade. Consolidando os direitos civis, políticos e econômicos, a religião se tornou um direito individual, sem interferência do Estado. Ou seja, a Igreja perde o status e domínio político – e vai para o campo da sociedade, dos direitos individuais. “Trata-se da chamada liberdade negativa (...) é definida como: a liberdade que nega qualquer interferência do Estado ou dos governos nos assuntos privados, especialmente

no mercado” (Pereira, 2009, p. 288). Apesar das mudanças, a influência religiosa na sociedade permanece, seguindo como um ator social relevante. A Igreja Católica, instituição dominante e voltada para ação caritativa, observando a erosão de sua hegemonia, busca retomar sua relevância, não através de antagonismo à classe social dominante dentro do sistema capitalista, mas sim, pela busca por harmonia e equilíbrio. Diante da perda de espaço, a Igreja se adapta, evitando o confronto direto. Essa postura suscita críticas, pois a ela é vista como defensora do *status quo*.

Constituindo-se protetores das pessoas dedicadas ao trabalho, esforçam-se por aumentar a sua prosperidade, tanto doméstica como individual, **e regular com equidade as relações recíprocas dos patrões e dos operários**; por manter e enraizar nuns e noutros a lembrança dos seus deveres e a observância dos preceitos que, conduzindo o homem à moderação e coordenando todos os excessos, mantêm nas nações, e entre elementos tão diversos de pessoas e de coisas, **a concórdia e a harmonia mais perfeita** (Rerum Novarum, 1891, grifo do autor).

Após a Idade Média, à medida que o pensamento secular começou a ganhar força, concomitantemente ocorreu a formação dos Estados burgueses, que desempenham um papel fundamental na preservação da ordem social e na salvaguarda de seus interesses como classe dominante. Isso implica na proteção da propriedade privada, na promoção da livre iniciativa e na contenção de conflitos sociais. Além disso, preconiza-se uma intervenção mínima do Estado na economia e na sociedade. A valorização da nação e da identidade nacional também é um ponto defendido pela classe dominante, o que implica na defesa dos interesses nacionais, na promoção da unidade nacional, na coesão social e no desenvolvimento nacional.

Nesse contexto, a Igreja busca rearticular-se e alcançar hegemonia dentro da sociedade. No entanto, o Estado Burguês também está ativamente envolvido na manutenção do seu próprio poder. As sociedades pré-capitalistas, como as feudais, por exemplo, eram estruturadas em torno de uma concepção de mundo em que o sagrado ocupava um lugar central e determinava grande parte das relações sociais, culturais e econômicas. Os valores religiosos não estavam subordinados à lógica do acúmulo de riqueza ou da expansão econômica, mas serviam como base moral e ética para a organização social e política. Nessa correlação de forças, emerge um processo no qual os valores e princípios religiosos são instrumentalizados em favor dos interesses econômicos e de poder, perdem sua conexão com o sagrado já que são subjugados às lógicas e dinâmicas do sistema capitalista. Conjuntamente, estabelecendo uma relação contraditória, a religião permeia esse espaço em busca de hegemonia.

Olhando, como exemplo, os acontecimentos após o século XVI, percebe-se o processo de secularização da sociedade. A Igreja presenciou a perda de privilégios frente à expansão do mercado liberal econômico; impacto na relação dos trabalhadores na produção econômica; e protecionismo estatal pelas legislações sociais e trabalhistas (Goin, 2016). A crescente conscientização da exploração após a Revolução Industrial e o desenvolvimento do pensamento marxista e das estratégias dos trabalhadores contra a exploração burguesa catalisaram debates sobre o que hoje se conhece como expressões da *Questão Social*<sup>2</sup>. Em decorrência disso, a posição dos trabalhadores ganhou maior destaque, acentuando as tensões com os detentores dos meios de produção. A depender da estrutura histórica, há um posicionamento da Igreja que apoia essas tensões, defendendo reformas, mas não a superação do sistema: “a religião aparece, então, como um fenômeno contraditório, “ao mesmo tempo expressão da miséria real e protesto contra essa miséria” (Marx, 2010b, p. 15).

A Igreja, que tradicionalmente promovia práticas de solidariedade e caridade, as quais, em um momento anterior, se mostraram eficazes, viu-se diante da crescente desigualdade socioeconômica. Em decorrência disso, a influência da Igreja na resolução dos “problemas sociais” diminuiu “nas mesmas relações em que ocorre o desenvolvimento das forças produtivas, surge uma força reprodutora de repressão” (Marx, 1985, p. 117). Dessa maneira, o ciclo do capital repercute na crescente pauperização, transformando a realidade. Consoante a isso, o sistema de produção tornou-se forte e predominante, buscando manter sua estabilidade a todo custo. Ele não se opõe necessariamente a mudanças, mas sim a qualquer alteração nas condições existentes que possa ameaçar a base fundamental de sua existência.

A incorporação de normas de comportamento, valores culturais e aspectos econômicos ao capitalismo é uma estratégia frequentemente utilizada para fortalecer o domínio burguês na sociedade, evitando que qualquer mudança represente uma ameaça ao sistema. A cooptação da fé pelo capital é um desafio que exige reflexão crítica. É preciso compreender que ela está nas amarras do mercado e na boca de políticos, construindo uma religiosidade não autêntica.

Conquistas advindas da luta e organização da classe trabalhadora são importantes ao passo que desafiam os princípios fundamentais do capitalismo. Mas é comum observar a apropriação de ações e movimentos originados na organização da classe trabalhadora. Como ilustrado pelo conceito de “capitalismo rosa”, um termo cunhado para exemplificar o uso, em benefício do mercado, de temas da comunidade LGBTQIA+, com um falso sentido de criar

---

<sup>2</sup> A Questão Social é definida como a expressão das relações de produção e reprodução social no capitalismo, manifestando-se na desigualdade, demonstrando que as mesmas condições que produzem riqueza para a burguesia geram também miséria e repressão para os trabalhadores (Santos, 2017).

uma falsa imagem de inclusão e equidade no capitalismo. Em síntese, esse último pode e de fato incorpora qualquer objeto com o intuito de beneficiar-se.

Da mesma forma, os valores religiosos frequentemente desempenham um papel influente nas interações humanas, moldando o comportamento das pessoas. O capitalismo incorpora valores culturais, crenças, rituais, práticas e moral, enquanto o poder político está intrinsecamente ligado à imposição de uma verdade, reforçando o controle sobre a população. Embora haja uma perda de poder e privilégios da religião em relação aos ideais econômicos liberais, a religião pode ser vista como uma estratégia válida e sustentável para orientar a direção da política. A força moral intrínseca à religião, que delinea claramente o que é certo e errado, desencoraja o desrespeito aos limites impostos pelo poder estatal.

Este processo ocorre no Brasil, onde presidentes e outros agentes políticos frequentemente utilizam crenças, muitas vezes entrelaçadas à política, em favor de agendas conservadoras e regressivas para a classe trabalhadora. Bolsonaro se apresentava quase como a personificação da escolha divina para presidente. Seu nome "Messias" era usado para reforçar a ideia de que ele era o salvador da nação. Durante seu governo, a bancada evangélica foi fortalecida e suas decisões foram apoiadas pelo povo. Seus discursos cristãos reforçaram esse apoio. Lula também utilizou essa estratégia em algumas ocasiões, principalmente durante o período eleitoral. Importante ressaltar que no dia 7 de abril de 2018, data em que foi preso, Lula realizou uma missa em frente ao Sindicato dos Metalúrgicos do ABC em São Bernardo do Campo, reforçando em seus apoiadores o desejo de protegê-lo contra a prisão. Além do fato de que há vários congressistas vinculados a diferentes igrejas cristãs que usam o discurso de fé.

A partir desta problemática, este trabalho elege como **objeto de estudo** a dialética relação entre Estado e Religião no âmbito das relações sociais contemporâneas no Brasil, com ênfase na religião cristã, com intuito de responder às seguintes perguntas de partida: Na contemporaneidade, há uma ascensão de segmentos religiosos católicos, pentecostais e neopentecostais ao Estado brasileiro? Pautas e agendas religiosas têm sido incorporadas ao Estado brasileiro? De que forma a ascensão de segmentos religiosos à estrutura institucional do Estado contribui para os processos de dominação das classes subalternas?

## **JUSTIFICATIVA**



O tema proposto surgiu a partir das reflexões do autor diante dos acontecimentos envolvendo figuras políticas no Brasil. A presença da religião no Estado é um fenômeno intrigante. Isso levanta questionamentos nessa direção sobre a política, principalmente quando se observa o governo que se deu de 2019 a 2022 no Brasil, com destaque para o ex-presidente Bolsonaro e seus aliados. Essa reflexão foi motivada tanto pelo amplo apoio popular que tais personalidades angariaram, evidenciado pela expressiva quantidade de votos conquistados em eleições e pela presença maciça em eventos políticos de rua.

Ficou nítido que o governo de Bolsonaro recebeu apoio significativo da população, conquistando seguidores por meio de discursos, ações comissivas e omissões que, de alguma forma, desrespeitaram os direitos humanos e a dignidade associada a interpretações distorcidas de valores religiosos. Essa distorção de valores religiosos foi utilizada para justificar diversas ações e projetos governamentais. Tal fato incomodou o autor, já que esse se reconhece como católico, mas não reconhece a “profissão de fé” estimulada por essas figuras políticas.

A correlação de forças e o poder sobre o povo e sobre as decisões políticas eram fortalecidas com um ideal religioso. O próprio presidente, recorrentemente, recitava passagens bíblicas, sugerindo que ele era o condutor da busca pela verdade e liberdade para o povo. Em 8 de janeiro de 2023, durante uma tentativa de golpe por parte de seus apoiadores, surgiu a noção, entre alguns deles, de que estavam engajados em uma “guerra santa” para preservar o Brasil de perigos iminentes.

Como futuro assistente social, o autor reconhece que o Serviço Social tem como princípio fundamental, a partir de seu código de ética, a inclinação de estruturar uma profissão e contribuir para uma ordem societária livre de dominação e exploração de classe. Por outro lado, no contexto do capitalismo, a maneira como as pessoas se relacionam com a produção tende a perpetuar as expressões da *Questão Social*, assim como a dominação de uns sobre a submissão de outros. Dessa maneira, o Serviço Social se torna essencial na construção de uma ordem societária que desafia o império do capital e seu *status quo*.

Com o objetivo de atrair atenção para o tema, o trabalho propõe uma análise crítica dialética como abordagem metodológica para compreender a relação do sistema capitalista e sua forma de Estado às questões relacionadas aos direitos humanos e valores religiosos, destacando como tais elementos se entrelaçam na política brasileira contemporânea.

É importante ressaltar que o objetivo do estudo não é depreciar a religião em si, mas sim desconstruir discursos e projetos que a alienam e a submetem ao capital. Por meio de uma

abordagem crítica e reflexiva, busca-se contribuir para uma compreensão mais profunda das dinâmicas que moldam a política brasileira, sem desmerecer a importância da fé na vida de milhões de brasileiros, nem os elementos fundamentais que constituem a essência dessas denominações, como sua liturgia e a fé que motiva seus seguidores.

Além disso, não se pretende estabelecer um ambiente acadêmico para debates religiosos desprovidos de uma abordagem crítica e reflexiva. Compreende-se que toda discussão sobre esse assunto deve ser conduzida com respeito, profundidade e uma compreensão clara das diferentes perspectivas envolvidas. Portanto, o propósito é fomentar um diálogo construtivo e enriquecedor sobre as matrizes católica e protestante, sempre respeitando suas histórias e tradições intrínsecas.

## **OBJETIVOS**

### **Geral**

Compreender a dialética relação entre o Estado e a Religião no âmbito das relações sociais e suas expressões contemporâneas no Brasil, com ênfase na Igreja Católica e nas igrejas protestantes pentecostais e neopentecostais, em vista de identificar se existe ascensão de segmentos religiosos, na contemporaneidade, ao Estado brasileiro, como suas pautas e agendas religiosas são incorporadas ao Estado brasileiro e se esse movimento contribui nos processos de dominação das classes subalternas.

### **Específicos**

- Investigar a influência instituições protestante e católica no processo de formação das relações sociais, com ênfase no modo de produção capitalista, problematizando a captura do cristianismo e das suas vertentes religiosas pelo sistema capitalista.
- Compreender os processos de captura do Estado burguês pela agenda das instituições protestante e católica, problematizando e examinando as consequências desse processo na sociedade e nas políticas públicas.
- Analisar o impacto dos grupos religiosos cristãos nas políticas públicas do Estado brasileiro, e as interações entre representantes religiosos católicos/protestantes e agentes políticos na promoção ou oposição da justiça social.

## **METODOLOGIA**

Este estudo de abordagem qualitativa e exploratória tem por base o método crítico, histórico e dialético e as categorias totalidade, contradição, historicidade e mediação que o compõe (Netto, 2011). Este método de raiz marxiana entende que o pesquisador assume papel crucial e proativo na apreensão do conhecimento. Assim, o indivíduo se engaja em um processo dinâmico de investigação, através da interação crítica com o objeto de estudo, além de revisar esse conhecimento, sendo criativo e imaginativo (Netto, 2011).

Os procedimentos técnicos e instrumentais que darão suporte a este caminho metodológico será feito por levantamento bibliográfico e pesquisa documental. A pesquisa bibliográfica voltou-se na investigação da influência da religião e na dialética relação entre o Estado e a Religião no âmbito das relações sociais, com ênfase na formação social e religiosa no Brasil. Teve como fontes primordiais, livros, artigos, periódicos e documentos oficiais do Governo Federal, disponíveis em diversas plataformas digitais.

Por meio de uma pesquisa documental, este trabalho investiga a forma como a ascensão de segmentos religiosos ao poder político no Brasil tem influenciado a relação entre Estado e religião. O objetivo é mapear as principais pautas e agendas religiosas e analisar sua incorporação às políticas públicas.

A partir dos dados da pesquisa bibliográfica e documental o trabalho apresenta reflexões sobre a incidência desses processos nos aspectos contemporâneos de dominação das classes subalternas no Brasil, entrelaçado a formação do Estado e planejamentos de governos com ênfase das principais pautas e projetos na conjuntura contemporânea brasileira.

O trabalho está dividido em três seções, cada uma abordando diferentes aspectos da relação entre religião e Estado, com foco na Europa e no Brasil ao longo da história, até alcançar o contexto contemporâneo brasileiro.

A primeira seção aborda os processos históricos que levaram à hegemonia da Igreja Católica durante a Idade Média e a subsequente secularização do Estado. A seção inicia com uma análise do contexto inicial, destacando a relação entre religião e Estado na antiguidade e a importância da Igreja Católica na estruturação social e política da Europa medieval. Em seguida, discute a ascensão da Igreja à posição de poder durante o período feudal, quando a cristianização do Império Romano consolidou a Igreja como uma força dominante. A seção também examina a transição para o capitalismo, mostrando como a Reforma Protestante e as revoluções burguesas desafiaram o poder da Igreja, levando à secularização do Estado e ao

surgimento de uma nova ordem social e econômica. Por fim, analisa as revoluções, como a Revolução Puritana e a Revolução Gloriosa, que marcaram a transição para o Estado capitalista e reduziram a influência direta da Igreja no poder político.

Já segunda seção foca na influência duradoura da religião cristã na formação do Estado brasileiro desde o período colonial até a contemporaneidade. A seção inicia com a chegada dos colonizadores europeus e a imposição dos valores e da moral cristã aos povos indígenas, estabelecendo a presença da religião cristã como base do poder político, econômico e social. Em seguida, explora a complexidade do processo de laicização no Brasil, onde o Estado se tornou oficialmente laico, mas a influência religiosa continuou a permear diversas esferas da sociedade. A seção também aborda a influência da caridade religiosa na resposta estatal às questões sociais, mostrando como a Igreja Católica e outras denominações moldaram as políticas sociais ao longo do tempo. Por fim, analisa a relação entre a redemocratização do país, o avanço do neoliberalismo, e como a fé foi instrumentalizada para legitimar políticas e influenciar a direção da política nacional.

Por fim, a terceira seção examina a ascensão de segmentos religiosos cristãos na estrutura institucional do Estado brasileiro e sua influência no cenário político contemporâneo, com foco no governo de Jair Bolsonaro. A seção começa com uma análise de como segmentos religiosos cristãos, ascenderam à estrutura do Estado, influenciando diretamente as políticas públicas e a governança. Em seguida, explora o papel da religião na política brasileira, destacando a relação entre religião, populismo, e hegemonia política. A seção termina com uma análise da influência do neoconservadorismo no Brasil contemporâneo, mostrando como a religião foi usada para justificar políticas conservadoras e muitas vezes regressivas, e examinando as relações entre Estado, religião e direitos.

## 1 DA HEGEMONIA CRISTÃ A SECULARIZAÇÃO DO ESTADO

### 1.1 A ascensão histórica da Igreja nos marcos das formações sociais: da perseguição à hegemonia feudal.

Esta seção visa apresentar a análise dos processos históricos que conduziram à ascensão da hegemonia cristã, destacando o marcante impacto da Igreja Católica sobre as massas e as estruturas de poder, notadamente durante o período feudal. Ademais, almeja-se uma compreensão mais abrangente dos fatores que, ao longo do declínio da Idade Média, promoveram a secularização do Estado e o surgimento da Burguesia.

Na antiguidade romana, a relação entre o Estado e a religião era intrinsecamente ligada, com ambos os aspectos desempenhando papéis fundamentais na vida política, social e cultural. A religião aqui ainda não se trata da cristã. As Cidades-Estados, como unidades políticas e religiosas, não faziam distinção entre religião e Estado, com os festivais religiosos e cerimônias públicas muitas vezes sendo eventos estatais presididos pelos magistrados da cidade. A religião era vista como uma parte essencial da identidade cívica, com os cidadãos participando ativamente de rituais religiosos como parte de seu dever cívico. Além disso, os líderes políticos frequentemente ocupavam papéis religiosos importantes, refletindo a estreita ligação entre as esferas política e religiosa. Assim, a religião não apenas desempenhava um papel na esfera espiritual, mas também servia como um elemento unificador na sociedade romana, moldando as práticas e valores políticos e sociais.

Cada cidade-Estado tinha sua própria religião, suas próprias lendas e mitos e deuses e heróis, seus próprios festivais e formas de culto, nos quais todos os cidadãos participavam e que eram presididos pelos magistrados da cidade. Se alguém fosse à outra cidade, encontraria deuses com nomes e funções diferentes, e cerimônias estranhas nos dias errados. Portanto, **não havia distinção entre Igreja e Estado na Grécia e em Roma** (Thorndike; Shotwell, 2015, p. 28, tradução e grifo do autor).

A transição do modo de produção feudal para o modo de produção capitalista representa um período significativo e complexo na trajetória histórica da humanidade. Este processo histórico não foi marcado por um evento único e datado, mas sim por uma série de transformações graduais que se desenrolaram ao longo de séculos, em diferentes regiões do mundo, cada uma com suas peculiaridades e desafios. Compreender essa transição requer não apenas uma análise das mudanças nas estruturas sociais e econômicas, mas também uma investigação mais profunda sobre as dinâmicas culturais, políticas e religiosas que influenciaram esse processo.

Compreender a transição do feudalismo para o capitalismo requer uma visão ampla das dinâmicas e eventos que a caracterizaram. Não se limitando apenas aos aspectos econômicos e sociais, sendo fundamental considerar as influências políticas, religiosas e culturais que moldaram esse processo ao longo do tempo. Além disso, é importante reconhecer a relevância contemporânea desse período histórico, pois suas consequências continuam a ecoar até os dias atuais, influenciando as estruturas e dinâmicas sociais do mundo moderno, sobretudo no que diz respeito ao papel da religião na sociedade.

Ao longo dos séculos, a sociedade feudal europeia, caracterizada por uma organização hierárquica e descentralizada, foi dando lugar a um novo modelo socioeconômico baseado nas relações capitalistas de produção e acumulação. Essa transição não foi apenas uma mudança nas formas de produção e distribuição de riquezas, mas também uma transformação profunda na visão de mundo, nas estruturas de poder e nas relações entre os diferentes estratos sociais “a estrutura econômica da sociedade capitalista proveio da estrutura econômica da sociedade feudal. A decomposição desta liberou os elementos daquela” (Marx, 2013, p. 961).

É importante expor aqui como a Igreja alcançou sua hegemonia na Idade Média. A perseguição enfrentada pelos primeiros cristãos da Igreja Primitiva teve o Império Romano como o seu principal perseguidor deles. Diversos imperadores se posicionaram contra os Cristãos. À medida que a fé se disseminava, as comunidades cristãs exerciam influência na consolidação da estrutura da Igreja e no fortalecimento da identidade cristã, eventualmente conquistando o apoio de alguns imperadores. Além disso, a queda gradual do Império Romano no Ocidente também impactou a disseminação e aceitação do cristianismo. Com o colapso das estruturas de poder imperial, a Igreja Católica se tornou a única instituição coesa, na estrutura histórica, em várias regiões, garantindo assim sua hegemonia.

Para contextualizar melhor esses eventos, é essencial examinar alguns acontecimentos específicos da Idade Média. A cristianização do Império Romano marcou um ponto de virada, consolidando a hegemonia da Igreja. O Édito de Milão, promulgado pelo imperador Constantino I em 313 d.C., concedeu liberdade religiosa e encerrou a perseguição aos cristãos, transformando o cenário religioso da época. Posteriormente, em 380 d.C., o Édito de Tessalônica, de Teodósio I, oficializou o cristianismo como a religião oficial e obrigatória do Império.

Concomitante a esses eventos, houve o surgimento de movimentos como o arianismo, que questionava a visão cristológica predominante, o que poderia causar uma divisão na Igreja. O Concílio de Nicéia, convocado em 325 d.C., foi uma resposta a essas questões,

reunindo líderes religiosos católicos para deliberar sobre assuntos cruciais. Facilitado pelo imperador Constantino, este concílio fortaleceu a unidade da Igreja e ampliou sua influência para além do âmbito religioso, exercendo um papel político significativo. Ela herdou muitas das estruturas e práticas do Império Romano, dominando o espaço social, político e religioso durante a Idade Média.

À medida que o Império Romano do Ocidente declinava, a Igreja emergia como uma instituição de grande prestígio e influência. Paralelamente, o sistema feudal começava a predominar na Europa, impulsionado pelas invasões bárbaras que provocaram um êxodo rural. As pessoas buscavam proteção em terras de senhores feudais em troca de trabalho, estabelecendo uma estrutura social marcada pela figura do suserano no topo, seguido pelos senhores feudais e o alto clero.

Senhores feudais detinham vastas extensões de terra, enquanto camponeses empobrecidos, em um sistema de servidão, trabalhavam nessas terras em troca de proteção. A economia feudal centrava-se na agricultura, com a produção agrícola desempenhando um papel central na sustentação da sociedade. É interessante observar que a própria Igreja Católica detinha uma parcela significativa da base fundiária inglesa, consolidando sua posição como uma das principais proprietárias feudais (Marx, 2013). Essa interação complexa entre poder político e religioso delineou as bases do sistema feudal, onde a influência eclesiástica muitas vezes se entrelaçava com os interesses econômicos e políticos dos senhores. Alguns senhores feudais até mesmo se intitulavam como membros do clero para fortalecer sua posição dentro da estrutura feudal.

A Igreja Católica, nesse período, desempenhou um papel crucial não apenas na esfera espiritual, mas também como uma força organizadora e legitimadora do poder. O alto clero tinha influência significativa sobre os assuntos políticos, e as relações entre senhores feudais e a Igreja muitas vezes eram complexas. A visão religiosa do mundo moldava não apenas a moral e as práticas cotidianas, mas também estruturava a própria legitimidade do sistema feudal. Em resumo, a Igreja Católica teve um papel fundamental na formação e na manutenção do sistema feudal. Entretanto, a Reforma Protestante, ao desafiar a autoridade da Igreja, contribuiu para o declínio do feudalismo e para o surgimento de uma nova ordem social na Europa.

Foi no século XVI que a Reforma Protestante, liderada por Martinho Lutero, questionou a autoridade e as práticas da Igreja Católica. A disseminação das ideias reformistas teve implicações profundas nas estruturas de poder estabelecidas da Igreja,

desafiando a autoridade religiosa tradicional e, por extensão, as estruturas políticas associadas, resultando na divisão da cristandade. A Igreja Católica viu seu poder enfraquecer e seus bens serem recolhidos: A propriedade, que por lei era garantida aos camponeses empobrecidos, de uma parte dos dízimos da Igreja, foi tacitamente confiscada (Marx, 2013).

A emergência de denominações protestantes contribuiu para uma diversificação religiosa, impactando as bases sobre as quais o feudalismo se apoiava. Além disso, desencadeou mudanças profundas, resultando em confrontos políticos e culturais que abalaram a estrutura da Igreja e deram origem ao protestantismo com várias denominações cristãs. Como observado por De Souza Neto (2022), houve um confronto entre instituições, onde os perdedores enfrentaram a perda de poder e de propriedades em favor dos vencedores, como evidenciado pelo declínio do poder da Igreja Católica em muitas regiões.

O debate religioso sobre a economia teve um impacto significativo na análise de alguns clássicos da Sociologia. Um exemplo notável é Max Weber, que ressaltou como os valores e crenças, particularmente os provenientes do protestantismo, influenciaram os princípios éticos e morais que fundamentaram o surgimento do capitalismo moderno. No livro "A Ética Protestante e o Espírito do Capitalismo", é construído a interseção entre religião e economia, destacando o papel do protestantismo no desenvolvimento do capitalismo. Ele argumenta que os valores e crenças dos adeptos ao protestantismo, especialmente os calvinistas, contribuíram significativamente para a estruturação do sistema econômico capitalista.

Um exemplo marcante dessa influência está na formação das primeiras colônias dos Estados Unidos, onde os primeiros peregrinos protestantes ingleses, buscando escapar das tensões da Reforma Protestante na Europa, estabeleceram comunidades baseadas em princípios religiosos. Esses colonos trouxeram consigo valores fundamentais do protestantismo, como a doutrina da predestinação, que afirma que os eleitos por Deus são predestinados ao sucesso e à prosperidade.

A crença na predestinação incentivou os calvinistas a trabalharem arduamente e a acumularem riquezas como sinais externos de sua salvação divina. Esse *ethos* de trabalho árduo, responsabilidade pessoal e acumulação de capital foram cruciais para o surgimento de uma mentalidade econômica que sustentava o crescimento do capitalismo. O próprio Marx, em O Capital (2013), sugere que o desenvolvimento do capitalismo não foi unicamente impulsionado pelo protestantismo, apesar de ter uma dimensão de verdade, não é um fato



isolado; “esta conexão é examinada a partir de múltiplos ângulos, sem que possamos deduzir um só modelo de causalidade” (Löwy, 1998, p. 160).

Aproveitando o clima de divisão e contestação de autoridades, a burguesia reorientou-se estrategicamente para consolidar seu espaço na sociedade. A vontade de estabelecer sua autonomia econômica e protagonismo político encontrou terreno fértil nesse contexto, permitindo que a classe burguesa se consolidasse como uma força poderosa.

Em síntese, a transição do Estado feudal para o Estado capitalista foi um fenômeno intrincado que abrange não apenas mudanças econômicas e sociais, mas também transformações na esfera religiosa. O desenvolvimento do comércio e das atividades mercantis proporcionou o surgimento de uma economia monetária, minando gradualmente a dependência feudal da produção agrícola. A relação complexa entre a Igreja e o poder secular, as crises demográficas, a ascensão da classe burguesa e a Reforma Protestante moldaram um cenário onde o Capitalismo emergente encontrou terreno fértil. Compreender essa transição requer uma análise holística que incorpore as dinâmicas tanto da esfera secular quanto da religiosa, destacando as interações e influências mútuas que forjaram o caminho para o Estado capitalista moderno.

Todos os eventos mencionados desempenharam papéis significativos no enfraquecimento da hegemonia da Igreja Católica e favoreceram a transição para o Estado capitalista, sendo precipitados por uma série de crises e mudanças que minaram as bases do sistema feudal. Um exemplo notável é a devastadora Peste Negra, que assolou a Europa no século XIV, resultando em uma redução populacional dramática e desencadeando uma reconfiguração fundamental nas relações de trabalho e poder. “Eventos de ordem biofísica (peste bubônica, alterações climáticas, baixa produção agrícola seguida de fome pela população, mais posteriormente o Terremoto de Lisboa de 1755) instigavam teorizações e investigações que os justificassem, para serem evitados ou minimizados” (Carvalho, 2011, p. 25 e 26). Até então detentora da verdade absoluta, a Igreja se viu confrontada com eventos que desafiavam sua compreensão do mundo. Incapaz de fornecer explicações satisfatórias, a curiosidade humana buscou suas respostas. Essa busca, por sua vez, impulsionou a descentralização do poder.

Em suma, a perda de poder da Igreja Católica não foi um evento isolado, mas sim o resultado de uma complexa convergência de fatores históricos, sociais, políticos e religiosos. O surgimento de uma classe mercantil, as revoluções burguesas, a formação dos Estados Nacionais e a Revolução Industrial foram alguns dos principais elementos que contribuíram

para esse processo (Carvalho, 2011). Paralelamente, desafiou as estruturas tradicionais ao introduzir novas formas de produção e diversificação da economia, marcando assim o início de uma nova era econômica e social.

## **1.2 O advento da razão e o declínio do teológico no âmbito das relações sociais**

A afirmação de que a Igreja Católica herdou algumas práticas do Império Romano torna-se mais clara quando se entende a estrutura das Cidades-Estados antes da hegemonia cristã. Com a disseminação da evangelização, o alcance da hegemonia católica e da fé cristã passou a abranger toda a Europa<sup>3</sup>. Além disso, há a crença de que somente através da fé católica se alcança a salvação, possivelmente contribuiu para essa hegemonia.

A influência da Igreja torna-se proeminente, especialmente em assuntos espirituais e na interpretação bíblica. Isso se devia não apenas ao seu papel central na educação, mas também ao fato de abrigar muitos dos intelectuais e estudiosos da época, além da influência das autoridades eclesiásticas, que detinham o conhecimento. O desenvolvimento do conhecimento e o desejo de compartilhá-lo conferiam à Igreja um controle substancial sobre a sociedade da época, dada sua vasta erudição.

A estrutura política dominante na Europa girava em torno das monarquias, onde o poder e as decisões eram centralizados na figura do rei. Além de desempenhar um papel espiritual significativo na sociedade, a Igreja exercia considerável influência econômica e política. Ela também conferia legitimidade aos reis, concedendo-lhes o "direito divino de governar", muitas vezes através da coroação realizada por um bispo católico. A noção de direito divino aqui poderia ser interpretada como se uma pessoa possuísse ou não a dignidade necessária para ocupar determinada posição. Se carecesse dessa dignidade, não teria sido escolhida por Deus, tampouco contaria com o respaldo da Igreja, o que enfraqueceria o trono. Apesar de não ser uma simples questão de correlação de forças, o Estado, personificado pelo rei, também detinha poder, podendo, inclusive, retirar a supremacia da Igreja sobre certos assuntos.

Um exemplo notável é o de Napoleão Bonaparte, que, em sua busca por legitimidade e ascensão ao poder, realizou sua própria coroação, demonstrando independência em relação à autoridade da Igreja Católica. Já outros líderes, como Carlos Magno, souberam utilizar a

---

<sup>3</sup> A análise histórica dessa seção foca na Europa, embora seja importante reconhecer que as ciências, as artes, a cultura e a engenharia já estavam altamente desenvolvidas em países do Sul Global muito antes de serem conhecidas ou assimiladas pelo continente europeu.

influência da Igreja, incorporando-a ao Estado e unindo forças para fortalecerem-se. Houve também aqueles que tentaram dominá-la para exercerem controle absoluto, como papas corruptos, exemplificado por Alexandre VI, que buscava beneficiar sua própria família. Ou seja, a Igreja podia ser utilizada como ferramenta de poder, mas também podia ser um obstáculo. Mas a relação entre líderes e Igreja nem sempre foi pacífica, podendo ser caracterizado como incerto, maleável, situacional e contraditório.

A fé era hegemônica na instrução do povo, o desejo de conhecimento para além da fé não era exclusivo dos cientistas ou estudiosos seculares, já que mesmo entre os padres havia aqueles que buscavam conhecimentos para além da fé. Roger Bacon e Nicolau Copérnico são exemplos de cientistas que também eram sacerdotes católicos. Isso demonstra que, mesmo dentro da Igreja, havia espaço para o interesse e a pesquisa científica. No entanto, é importante notar que a relação entre a Igreja e a ciência nem sempre foi harmoniosa, e houve momentos de conflito entre as visões científicas emergentes e a ortodoxia religiosa.

Em um período histórico marcado pela influência religiosa e absolutismo político, o Iluminismo ascendeu cheio de questionamentos. Surgido na Europa no final do século XVII e irradiando-se pelo mundo no século XVIII, esse movimento intelectual e cultural representou um divisor de águas na história da história.

O Iluminismo se caracterizou pela valorização da razão como principal fonte de conhecimento e crítica às ideias preestabelecidas e dogmas religiosos. A fé cedeu lugar ao questionamento, à investigação científica e à busca por explicações racionais para os fenômenos naturais e sociais. Filósofos como Voltaire, Montesquieu, Rousseau e Diderot se destacaram nesse movimento, defendendo a autonomia do conhecimento humano e a liberdade de pensamento.

O poder excessivo da Igreja e sua influência na vida social e política foram duramente criticados pelos pensadores iluministas. Eles propunham uma separação entre religião e Estado, defendendo o secularismo e a tolerância religiosa. A liberdade de consciência e de culto, independentemente de crenças individuais, tornou-se um princípio fundamental defendido pelo Iluminismo.

O movimento do Iluminismo foi um grande impulsionador do progresso da ciência contemporânea, destacando a importância da pesquisa empírica e da observação metódica da natureza. O método científico, fundamentado na experimentação e na análise lógica, estabeleceu-se como uma ferramenta essencial para o aprimoramento do entendimento em uma ampla gama de disciplinas, incluindo física, química, biologia e astronomia.

É importante reconhecer que o Iluminismo não foi um movimento homogêneo. Havia diferentes correntes de pensamento entre os filósofos iluministas, com visões divergentes sobre questões religiosas e políticas. Alguns defendiam o ateísmo ou o deísmo, enquanto outros propunham uma forma de religião natural baseada na razão e na moralidade.

O movimento do Iluminismo não escapou de críticas. Suas proposições não foram consistentemente implementadas de maneira justa, marginalizando comunidades minoritárias e perpetuando disparidades sociais. É fundamental realizar uma análise crítica de sua herança, reconhecendo tanto seus progressos quanto suas deficiências, a fim de obter uma compreensão mais profunda de suas influências históricas e contemporâneas na sociedade.

### **1.3 A reestruturação da influência religiosa no âmbito dos grandes revolucionamentos econômicos e políticos**

A ascensão da burguesia ao longo da história está intrinsecamente ligada às revoluções que a favoreceram. Com a formação da classe capitalista, a violência contra os seus subalternos se intensificou. Trabalhadores rurais tiveram suas terras retiradas de seu domínio, tornando-se livres apenas para vender o que restava de si mesmos: sua força de trabalho. A exploração e o empobrecimento se agravaram; a riqueza foi concentrada nas mãos de poucos. A revolução se completou com a conquista da soberania absoluta pela classe dominante. (Marx, 2013)

Embora as revoluções burguesas tenham eclodido em diversos locais com suas particularidades, todas compartilharam um objetivo comum: a ascensão política e econômica da burguesia. Esse anseio impulsionou movimentos históricos que transformaram a sociedade e moldaram o mundo moderno. A literatura especializada, através da revisão bibliográfica, destaca algumas revoluções com maior notoriedade, ocorridas principalmente entre os séculos XVII e XVIII na Inglaterra. No entanto, é importante reconhecer que tais revoluções não se limitaram a um período específico, mas sim representaram um processo histórico de longo alcance, com raízes no final da Idade Média e desdobramentos até os dias atuais.

Analisando as revoluções burguesas em sua totalidade, observa-se que a violência foi utilizada para reprimir revoltas populares e manter a ordem social. A concentração de riqueza e poder nas mãos de poucos, criando uma sociedade desigual e marcada pela exploração tornou-se o estado atual das coisas. Houve a transformação da sociedade e do mundo de maneira profunda. As relações de produção, a organização social e a vida cotidiana foram alteradas.

A Revolução Industrial, iniciada no século XVIII, representou um marco definitivo na consolidação do capitalismo. A mecanização da produção, a urbanização acelerada e a crescente importância da indústria marcaram uma nova fase na evolução socioeconômica. As relações de produção capitalistas substituíram, em grande parte, as estruturas feudais remanescentes, mas a influência da religião ainda persistiu em muitos aspectos da vida cotidiana.

### **1.3.1 Revoluções: uma luta por fé e poder na Inglaterra**

A Revolução Puritana, que se desenrolou na Inglaterra entre 1640 e 1660, foi um evento complexo e multifacetado que, sob uma análise marxista, revela suas contradições e tensões de classe. Para além de uma mera disputa religiosa, a revolução representou um choque entre as forças do feudalismo decadente e a ascensão da burguesia, buscando romper as amarras da ordem social tradicional.

A Inglaterra do século XVII era um caldeirão de conflitos de classe e tensões sociais que moldaram profundamente sua história. Nesse contexto de desigualdade social, o puritanismo, uma vertente da fé cristã pós-Reforma Protestante, encontrou terreno fértil entre as classes populares. Com sua ênfase na ética do trabalho e predestinação, o puritanismo oferecia às pessoas comuns um senso de comunidade e esperança de redenção em meio às adversidades. Enquanto isso, a burguesia buscava expandir seus negócios e desafiar o domínio estabelecido pela aristocracia, tornando-se uma força motriz por trás das mudanças sociais e políticas que estavam por vir.

A Revolução eclodiu inicialmente como um conflito aparentemente enraizado na divergência entre o puritanismo e a Igreja Anglicana, esta última representando os interesses do poder real. No entanto, por trás dessa narrativa religiosa, ecoavam motivações profundamente burguesas relacionadas à disputa pelo controle político e econômico do país.

As camadas populares, impulsionadas pelo fervor religioso e pelo anseio por justiça social, aliaram-se aos puritanos na batalha contra a monarquia absolutista e a influência dominante da aristocracia. Entretanto, a liderança puritana, majoritariamente composta por membros da burguesia, acabou por instrumentalizar esse fervor popular, cooptando a revolução para promover sua agenda particular, em prol de seus próprios interesses.

As ramificações da Revolução foram profundas, culminando na execução do rei e no estabelecimento da república, marcando uma transformação radical no cenário político do

país, com a burguesia ascendendo ao controle do governo. Isso resultou na limitação do poder dos monarcas ingleses, na consolidação da supremacia parlamentar e na afirmação da liberdade religiosa.

### **1.3.2 Revolução Gloriosa: a emancipação política burguesa atrelada à reestruturação da religião**

O liberalismo, filosofia política e econômica que defende a liberdade individual, a propriedade privada e o livre mercado, se manifesta de diversas maneiras ao longo da história, moldado pelas características singulares de cada país e contexto histórico. Na Inglaterra, a Revolução Gloriosa de 1688-1689 marca seu triunfo inicial, enquanto na Europa continental, a consolidação se dá no século XIX, com a Revolução Francesa de 1789 representando um dos seus marcos mais significativo. Apesar da influência significativa do modelo inglês, o liberalismo não segue um padrão universal de "história-difusão". Cada país, com suas tradições culturais e estruturas de poder distintas, enfrenta desafios políticos específicos que moldam a fisionomia e os princípios do liberalismo local, muitas vezes divergindo da essência original (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

A Revolução Gloriosa de 1688 foi um evento crucial na história britânica que teve profundas ramificações políticas, sociais e religiosas. Foi um resultado direto das tensões políticas e religiosas que haviam se acumulado na Inglaterra durante o século XVII. Após décadas de conflitos entre o monarca absolutista e o parlamento, a sociedade inglesa estava ansiosa por uma mudança que garantisse mais liberdades políticas e religiosas. Esta revolução teve um impacto significativo na sociedade inglesa, promovendo a ascensão da burguesia e o declínio do poder da nobreza.

A ascensão da Revolução Gloriosa pode ser vista como uma reação à tentativa de James II, um monarca católico, de impor suas crenças religiosas em uma nação predominantemente protestante. A perseguição religiosa e a tentativa de James II de governar sem o consentimento do parlamento alienaram muitos setores da sociedade inglesa, incluindo membros da aristocracia e da burguesia. Em 1688, líderes políticos e religiosos ingleses convidaram Guilherme de Orange, príncipe protestante dos Países Baixos e esposo da filha de James II, Maria, a intervir na política inglesa. O resultado foi uma invasão bem-sucedida e uma série de eventos que levaram à queda de James II e à ascensão de Guilherme e Maria ao trono, juntos, em 1689.

A Revolução Gloriosa foi glorificada não apenas por sua relativa falta de derramamento de sangue, mas também por seu legado político duradouro. A Declaração de Direitos, promulgada em 1689, estabeleceu uma série de princípios políticos que limitavam o poder monárquico e garantiam importantes liberdades individuais, como a liberdade de expressão e a liberdade religiosa. Os princípios, presentes na Declaração de Direitos de 1689, serviram como base para o desenvolvimento do Liberalismo inglês nos séculos seguintes.

Além disso, a Revolução Gloriosa marcou o triunfo do parlamento sobre o monarca, estabelecendo um sistema de governo constitucional que continua a ser a base do sistema político britânico até os dias atuais. A Revolução Gloriosa também teve um impacto significativo na política religiosa, estabelecendo a supremacia protestante na Inglaterra e contribuindo para a consolidação do anglicanismo como a religião oficial do país. “Rejeitava-se assim a teoria do direito divino dos reis. O famoso *Bill of rights* contém claras limitações ao poder real e constitui um verdadeiro e autêntico contrato entre o rei e o povo” (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998, p. 282).

### **1.3.3 A Igreja católica e a Revolução Francesa: uma luta de ideais**

As revoluções tratadas até o momento tiveram importância, principalmente para retratar como a burguesia utilizou a religião para mobilizar as massas. No entanto, a Revolução Francesa se destaca significativamente, pois rompe com essa influência religiosa e repercute globalmente, transcendendo as fronteiras do seu próprio território. Analisando os principais aspectos econômicos e sociais desse período, é essencial compreender o papel central desempenhado pela ascensão da classe burguesa e o impacto na influência da religião nesse contexto.

No século XVIII, a Igreja Católica viu-se mais uma vez confrontada com desafios à sua autoridade. Sua influência sobre a sociedade, seu poder e suas riquezas foram alvo de críticas, sobretudo por figuras como Voltaire e Rousseau. Além disso, do ponto de vista histórico, essa instituição religiosa, fundamentada na fé, enfrentou oposição com o Iluminismo, um movimento intelectual que priorizava a razão e questionava suas crenças.

A crise do velho regime desencadeou inúmeras revoltas em diferentes países, mas a Revolução Francesa foi um marco importante com um impacto que se estendeu além das fronteiras da França. Os resultados foram de uma magnitude impressionante. Contando com um amplo apoio das massas, a revolução eclodiu em um dos países mais populosos da época.

Além disso, foi uma revolução ecumênica, cujos exércitos não apenas partiram para transformar o mundo, mas cujas ideias também provocaram uma revolução real na forma como as sociedades se organizavam e governavam. Como afirmou Hobsbawm, "Seus exércitos partiram para revolucionar o mundo; suas ideias de fato o revolucionaram" (Hobsbawm, 2015, p. 99).

Em termos econômicos, a Revolução Francesa trouxe consigo uma série de mudanças significativas. Antes do início da revolução, a França era dominada por uma estrutura econômica feudal — como explicado anteriormente — na qual os privilégios e a riqueza estavam concentrados nas mãos da nobreza e do clero. No entanto, um grupo social, composto por comerciantes, industriais e profissionais liberais, conduziu uma ruptura nesse sistema de poder.

A Revolução Francesa não foi feita ou liderada por um partido ou movimento organizado, no sentido moderno, nem por homens que estivessem tentando levar a cabo um programa estruturado. (...) **Não obstante, um surpreendente consenso de idéias gerais entre um grupo social bastante coerente deu ao movimento revolucionário uma unidade efetiva. O grupo era a "burguesia"** (Hobsbawm, 2015, p. 105, grifo do autor).

A burguesia emergente defendia princípios econômicos liberais, como o livre comércio, a propriedade privada e a liberdade de iniciativa empresarial. Por meio da Revolução Francesa, a burguesia conquistou maior influência política e econômica, consolidando seu poder e estabelecendo uma nova ordem social baseada em valores como meritocracia e igualdade perante a lei. Tinham ao seu lado a mobilização significativa das massas, que almejavam libertar-se da opressão imposta pela nobreza.

No entanto, é importante notar que, apesar das promessas de igualdade, a Revolução Francesa não eliminou as disparidades sociais. A ascensão da burguesia ao poder resultou em uma nova elite dominante, que, após o apoio da classe trabalhadora e dos camponeses na evolução, reproduziu padrões de exclusão social e econômica, adotando uma postura conservadora e evitando possíveis implicações sociais.

A burguesia expressou sua aspiração por uma sociedade justa e igualitária, livre das desigualdades de privilégios que beneficiavam a nobreza. Entretanto, essa busca não era direcionada a todos, mas sim a si própria. Essa ideia é evidenciada no primeiro artigo da Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão: "Art. 1.º - Os homens nascem e são livres e iguais em direitos. As distinções sociais só podem ter como fundamento a utilidade comum". (Ambassade de France au Brésil, 2017).



A Revolução Francesa promoveu mudanças significativas nas relações de poder e nas estruturas sociais tradicionais. Foi adotada uma política de secularização, livre da interferência eclesiástica na política, visando minar o poder político e econômico da Igreja Católica. A caracterização da Revolução Francesa como uma revolução ecumênica é crucial, pois marca o distanciamento da burguesia em relação à influência da Igreja. Löwi, em sua análise da Sociologia da Religião, destaca que Engels acreditava que a Revolução Puritana representava o último momento histórico em que a religião desempenhou um papel proeminente como ideologia revolucionária. Isso se deve ao fato de que a Revolução Francesa trouxe todos os princípios anteriormente associados à religião para o campo político (Löwi, 1998).

Diante da resistência da Igreja em renunciar a seus privilégios e de seu papel como aliada das monarquias absolutistas, o conflito entre o clero e os revolucionários foi intensificado: “gozavam de consideráveis privilégios, inclusive de isenção de vários impostos (não de tantos como o clero, mais bem organizado), e do direito de receber tributos feudais” (Hobsbawm, 2015, p. 102). Para modernizar e racionalizar a economia, medidas como a abolição dos privilégios feudais e a nacionalização de terras da Igreja e da nobreza foram tomadas. Essa redistribuição de terras visou criar uma sociedade mais justa e igualitária.

Na verdade, não houve uma tentativa da burguesia de destruir a Igreja. Ao longo da história, desde o feudalismo até a Reforma Protestante e as revoluções subsequentes, a Igreja se manteve firme, adaptando-se às mudanças sociais e políticas. A burguesia, como classe dominante, buscava o controle social e a difusão de seus ideais. Para isso, precisou mitigar a influência da Igreja como instituição e desconcertar a lealdade que a sociedade lhe devotava.

A Igreja, por meio de sua autoridade moral e tradição estabelecida, desempenhava um papel crucial na legitimação da estrutura social capitalista, onde a burguesia ocupava o topo. Funcionava como um agente de controle social ao promover valores como obediência, trabalho árduo e caridade, todos eles favoráveis aos interesses da burguesia. Além disso, a ampla rede de instituições e crenças da Igreja contribuía para a estabilidade social, reduzindo o risco de revoltas populares que poderiam ameaçar o sistema capitalista. Esses fatos estão, inclusive, conectados com os fundamentos históricos do Serviço Social, os quais serão especificados posteriormente.

#### **1.4 A formação dos Estados e a sua dialética relação com a religião**

A formação dos Estados burgueses esteve intrinsecamente ligada ao declínio do feudalismo após a Idade Média, as revoluções e a hegemonia econômica da burguesia desempenharam papéis fundamentais. Para adentrar neste tema, contudo, é necessário situar a compreensão conceitual a respeito do Estado adotada nesta análise. Compreensão se opõe as explicações das ciências sociais burguesas, e se fundamenta no campo da tradição marxista, onde é consenso que o Estado não surge em meio às relações sociais como elemento de conciliação de classes, mas como elemento de dominação de classes, ou seja, emerge como expressão inconciliável entre antagonismos de classe (Engels, 1984; Lênin, 2007).

Ainda que a dominação seja um elemento fundamental do Estado, ela se reveste dos elementos de contradição da própria sociedade burguesa – o embate elementar entre duas classes antagônicas, capital x trabalho, o que assegura ao Estado burguês uma dimensão contraditória que o impede de ser um instrumento exclusivo da burguesia, mas sim, um condensador de luta política entre as classes sociais, o que exige dele transitar e responder aos embates e disputas desse antagonismo fundamental presente nas lutas de classe, sempre na condição de organizador da dominação e do poder político da classe dominante, o que não impede dele refletir as diversas dimensões da vida social, incluindo as esferas culturais e religiosas que, por sua vez, são moldadas a partir das relações de produção dominante.

Para Engels (1984) o “Estado não é, pois, de modo algum, um poder que se impôs à sociedade de fora para dentro [...] é antes um produto da sociedade”, e esta determinação acentua as contradições do Estado burguês, forçando-o a responder as demandas que são postas pela sociedade, ainda que procure manter uma separação relativa dela. Neste sentido, entende-se existe uma interação dialética entre Estado-Sociedade e que uma exerce influência na outra. Assim, pressupomos que a religião — que no campo das relações sociais burguesas, encontra-se na esfera da sociedade —, exerce influência sobre o Estado. A depender da forma como esses grupos religiosos encontram-se articulados na sociedade e dos projetos societários a que se vinculam, pressionam o Estado a assumir os seus elementos compartilhados, incluindo valores religiosos.

Os princípios éticos e morais derivados de sistemas religiosos moldaram as leis e políticas estatais, revelando a estreita relação entre o Estado e a religião. Apesar de ser uma visão que não abarca a totalidade conceitual do Estado, a noção de que o Estado é um espaço onde as classes dominantes se posicionam diante das lutas de classes sugere que as crenças religiosas podem ser mobilizadas como instrumentos de legitimação ou contestação do poder estatal. Assim, a concepção do Estado como produto da sociedade inclui a compreensão de

que as crenças religiosas moldam e são moldadas pelo aparato estatal. Essa dinâmica entre Estado e religião destaca a complexidade da influência mútua entre as esferas políticas e religiosas na construção da sociedade.

### **1.5 Historicidade dos Estados burgueses e a sua dialética relação com a religião**

A burguesia tem, há muito tempo, usado valores e crenças religiosas para legitimar seu poder. Após a Revolução Francesa, ficou evidente para ela que a Igreja poderia desempenhar um papel importante na manutenção da estabilidade social. Em alguns casos, figuras burguesas dissimulavam um perfil religioso, contudo, "era simplesmente uma fachada tradicionalista" (Hobsbawm, 2015, p. 359), favorecendo movimentos políticos. O Catecismo da Igreja Católica, por exemplo, destaca o amor pelos pobres como um motivo para o dever de trabalhar, citando a necessidade de ajudar os necessitados. No entanto, esse princípio foi manipulado pela burguesia para perpetuar sua dominação. Eles distorceram esse princípio, apresentando a pobreza como algo divinamente ordenado, levando as classes mais baixas a se conformarem com sua condição, fazendo-as acreditar que era a vontade de Deus. Isso serviu para manter a estrutura de dominação da burguesia intacta.

A partir da análise histórica da centralidade do feudalismo na Idade Média, é observado que as estruturas sociais e políticas da Europa foram moldadas pela hierarquia feudal. Essa organização social garantia poder e privilégios à nobreza e ao clero, enquanto os camponeses enfrentam condições de servidão e exploração. Esse sistema, embora fundamentado em tradições e valores religiosos, como o cristianismo, eventualmente deu lugar a transformações sociais e econômicas que culminaram nas revoluções burguesas.

As revoluções burguesas representaram uma ruptura com o antigo regime feudal, marcando o surgimento de uma nova classe dominante: a burguesia. Movimentos como a Revolução Puritana na Inglaterra, a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa foram impulsionadas pela ascensão da burguesia, que buscava desafiar o domínio aristocrático e estabelecer uma nova ordem política e econômica baseada em princípios liberais.

O Iluminismo desempenhou um papel fundamental nesse processo, promovendo ideais de racionalidade, liberdade individual e laicidade. Os princípios iluministas desafiaram a autoridade religiosa tradicional, defendendo a autonomia da razão e a separação entre fé e governo. Nesse sentido, as revoluções burguesas não apenas transformaram as estruturas de poder, mas também contribuíram para o avanço da laicidade do Estado.

Contudo, nesses processos, a religião pode ser usada como um instrumento para iludir o povo, mas também pode ser uma força motivadora para a sociedade lutar por um mundo melhor “para as massas, era principalmente um método de luta contra a sociedade cada vez mais fria, desumana e tirânica do liberalismo da classe média” (Hobsbawm, 2015, p. 357). A fé pode ser um meio de conformação diante das condições injustas da sociedade, mas também pode servir como forma de resistência à opressão, revelando um caráter contraditório. Não seria plausível ignorar que a religião possui sua importância e relevância. Não se podem simplificar as ações humanas apenas para favorecer a preservação do capital. A religião não é um fenômeno exclusivo do ambiente político e econômico, uma vez que sua existência remonta a períodos muito anteriores à ascensão do capitalismo e do Estado burguês. Ela desempenha funções que transcendem esses domínios específicos, embora, é claro, sua relação com eles não seja neutra e possa variar conforme a conjuntura.

Considerando a longa presença da religião na sociedade, é relevante entender a afirmação de Marx na Introdução a Crítica da Filosofia do Direito de Hegel (2010a), onde ele sugere que na religião o homem encontra seu próprio reflexo, e que não é a religião que faz o homem, mas o homem que faz a religião. Marx não está discutindo a origem da religião no sentido de sua criação a partir do nada; o verbo "fazer" aqui implica mais na elaboração e adaptação às circunstâncias históricas. Não desconsidera a religião como agente reprodutor da divisão de classes e fortalecimento da burguesia conforme seus interesses. Mas sugere um ponto que cabe discutir ao considerar a estrutura sociopolítica e relacioná-la à crítica marxista, onde se compreende que o homem busca na religião um significado para sua consciência de mundo ou uma fonte de força para enfrentar a opressão de uma sociedade cada vez mais injusta. Ele projeta suas vontades e seu poder na religião. Nesse contexto, é perceptível que a religião pode ser utilizada pelo Estado para sua própria perpetuação, assim como o Estado pode instrumentalizar a religião para seus próprios fins.

O real sentido da religião pode ser deturpado pelos interesses do Estado e de seus administradores. Não importa se os senhores acreditam ou não nas suas respectivas religiões, mas as classes sociais se apropriam da religião de acordo com seus interesses (Engels, 1984). O Estado está na sociedade, assim como a sociedade está no Estado. Por isso, a religião, entendida por essa máquina estatal, não se limita a ela, mas é compartilhada para o povo. Esse se torna alienado, apoiando vontades governamentais que se escondem por detrás de um sentido messiânico e uma corrompida ideia da vontade divina. “Ela (a religião) é o ópio do povo” (Marx, 2010a, p. 145).

Houve uma correlação de forças fortalecida pelas revoluções, especialmente a francesa. De um lado, o pensamento religioso lutava para permanecer influente, embora não mais hegemônico como em tempos anteriores. Do outro lado, surgia um pensamento secularizado, fundamentado no racionalismo, que empregava a razão para orientar as ações e ideologias dos indivíduos.

Os participantes da revolução eram diversos, abrangendo desde os estratos mais baixos até os mais altos da sociedade. No entanto, foi a burguesia que acabou se apropriando dos benefícios das revoltas. Enquanto isso, a maioria da população trabalhadora continuava a enfrentar condições de vida miseráveis, apesar das mudanças ocorridas na França, esses ainda mantinham suas crenças religiosas e a fé em um ser supremo.

Mesmo entre os burgueses, havia aqueles que professavam a fé cristã. No entanto, a hegemonia política anticristã prevaleceu entre eles, em grande parte devido à influência de alguns liberais dessa classe, que detinham meios para impor suas ideias. Essa hegemonia foi suficiente para enfraquecer o cristianismo entre os burgueses. No entanto, em um processo educativo, muitos adotavam uma moralidade burguesa anticristã que era, em essência, equivalente à moralidade cristã (Hobsbawm, 2015). Isso demonstra que, apesar do afastamento da ideologia religiosa, os burgueses ainda se valiam dos princípios morais e éticos cristãos para manter o domínio sobre as massas.

A secularização nos séculos XVIII e XIX foi um fenômeno significativo. Nesse contexto, observa-se que, paralelamente, a ciência estava em ascensão, com seu método científico ganhando consistência e credibilidade. Esse método permitiu comprovar a validade e utilidade da ciência em diversas áreas da sociedade, por meio de um processo lógico e ordenado de pesquisa, muitas vezes desmascarando falsos milagres, mistérios e superstições. Além disso, a teoria da evolução desafiou a narrativa histórica contida na Bíblia, minando a credibilidade, para alguns indivíduos, desses textos religiosos.

Regimes políticos em diversos momentos da história se opuseram aos privilégios e à propriedade legal das igrejas estabelecidas e de seu clero (Hobsbawm, 2015), assumindo para si responsabilidades que anteriormente eram atribuídas às instituições religiosas. Com o avanço do Serviço Social, torna-se evidente uma mudança significativa na maneira como o Estado passa a assumir as funções relacionadas à educação e assistência social, que antes eram predominantemente executadas pela Igreja. Profissionais de Serviço Social, em um processo longo e complexo, passaram a ser capacitados para desempenhar tarefas que,

anteriormente, eram realizadas de forma voluntária por alguns membros da comunidade religiosa.

Durante esse período de secularização, as seitas protestantes emergiram como um refúgio espiritual e uma fonte de significado para muitos indivíduos, principalmente na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Esta ascensão foi impulsionada pelo fato de que, diferentemente dos países católicos romanos, onde o estabelecimento público de seitas protestantes não era aceito, essas seitas encontraram espaço para prosperar nessas nações (Hobsbawm, 2015). Elas conseguiram oferecer respostas convincentes para as preocupações e necessidades da época, destacando-se como alternativas viáveis em um cenário de crescente secularização.

No mesmo período, em meio a uma crescente secularização da sociedade, onde as instituições religiosas tradicionais estavam perdendo influência, o protestantismo emergiu como uma alternativa que ressoava entre os indivíduos que buscavam encontrar um sentido em um mundo em rápida transformação. Comparativamente a outras tradições religiosas, as seitas protestantes se destacavam por sua falta de uma hierarquia clerical formal, tornando-as mais acessíveis e democráticas. Além disso, davam menos importância ao ritual e à liturgia, enfatizando em vez disso a experiência religiosa individual e a emoção. Proporcionava, assim, um senso de pertencimento e propósito para aqueles que se sentiam deslocados ou marginalizados em uma sociedade marcada pela desigualdade social.

A legitimação do protestantismo pelos governos como uma forma de religião fortaleceu a dissolução da ordem política, moral e religiosa tradicional. Paralelamente, a reação contra as tendências liberais, especialmente entre os jovens das classes superiores, que buscavam abrigo nos "hospitaleiros braços de Roma" (Hobsbawm, 2015, p. 360), abraçando o catolicismo romano como uma alternativa ao liberalismo e ao racionalismo.

O catolicismo foi retratado como uma força antagônica ao liberalismo predominante. Embora existissem pensadores católicos que adotavam ideias liberais, “o corpo principal da Igreja era cada vez mais militantemente antiliberal” (Hobsbawm, 2015, p. 361), e, por vezes, aproximava-se até de sentido socialista no catolicismo.

Do ponto de vista econômico, a rápida industrialização e o crescimento do capitalismo geraram estresse e insegurança social, levando as pessoas a buscar conforto e significado no protestantismo durante os períodos de depressão econômica. Além disso, a crença no fim dos tempos e na volta de Cristo, comum em muitas denominações, oferecia consolo em meio à

incerteza e à instabilidade econômica, enquanto a ênfase na responsabilidade individual e na austeridade moral fornecia um caminho para enfrentar os desafios éticos e sociais do tempo.

O crescimento do protestantismo teve maior ênfase na Grã-Bretanha e nos Estados Unidos. Assim, em um período de secularização, as seitas protestantes se tornaram um refúgio espiritual e uma fonte de significado para muitos, ganhando espaço significativo ao oferecer respostas convincentes para as preocupações e necessidades da época.

### **1.6 A reconfiguração da relação dialética Estado e religião no âmbito da laicização do Estado**

A análise das revoluções burguesas e da formação dos Estados revela uma transformação significativa na dinâmica entre o Estado e a religião, sinalizando um processo de secularização e redução da influência religiosa sobre as estruturas de poder. Apesar da diminuição formal da presença religiosa nas esferas governamentais, é evidente que certa influência ainda perdura.

A captura da religião cristã pelo capitalismo foi um fenômeno complexo, no qual a religião atuou como instrumento de legitimação do poder burguês e, ao mesmo tempo, como fonte de resistência e esperança para as massas oprimidas. Nota-se que a burguesia utilizou a religião para justificar seu domínio, enquanto movimentos religiosos reformistas, como as seitas protestantes, ofereciam alternativas espirituais em um mundo em rápida transformação.

Um aspecto crucial dessas revoluções foi a relação entre Estado e religião. No feudalismo, a Igreja Católica tinha grande poder político e religioso. As revoluções burguesas desafiaram essa influência, promovendo a secularização do Estado e a separação entre poder político e religioso. Isso ficou evidente na Revolução Francesa, onde a burguesia emergente buscou minar o poder da Igreja Católica, nacionalizando suas terras e promovendo a liberdade religiosa.

No entanto, a captura da religião cristã pelo capitalismo também foi observada. A burguesia utilizou a fé e os valores religiosos para legitimar seu poder e manter a ordem social. Isso ficou evidente na manipulação dos princípios religiosos para perpetuar a dominação, como a apresentação da pobreza como algo divinamente ordenado.

É importante reconhecer que, apesar da secularização formal do Estado, a influência da religião ainda persiste muitas vezes de forma sutil ou indireta. A captura da religião pelo capitalismo, observada ao longo das revoluções burguesas, revela a complexidade dessa

relação. A religião continua a ser um instrumento de legitimação do poder burguês para alguns, enquanto para outros, como as massas oprimidas, oferece esperança e resistência.

Portanto, o debate sobre a laicidade do Estado e a influência da religião na esfera pública permanece relevante nos dias de hoje. É essencial questionar como garantir uma verdadeira separação entre Estado e religião, preservando ao mesmo tempo a liberdade de crença e a diversidade religiosa. Somente através desse diálogo crítico e contínuo é que se pode avançar em direção a uma sociedade mais justa, plural e democrática.

Para melhor compreender a laicidade, é fundamental situá-la dentro do contexto histórico das revoluções burguesas. A laicidade não se limita à mera separação entre Estado e religião, mas implica na autonomia do Estado em relação a quaisquer doutrinas religiosas. Ela pressupõe um espaço público neutro, onde diferentes visões de mundo coexistem sem que nenhuma delas detenha privilégios ou influências desproporcionais sobre as políticas estatais.

No entanto, mesmo com essa separação formal, a influência religiosa persiste de diversas formas. A igreja, apesar de não exercer mais o poder político direto que detinha em épocas anteriores, ainda exerce uma influência significativa na esfera moral e cultural da sociedade. Sua voz ecoa nos debates públicos, influenciando a opinião de muitos cidadãos e, por conseguinte, moldando indiretamente as políticas estatais.

O Estado, como produto das relações sociais, reflete os interesses diversos de diferentes grupos e instituições. Nesse sentido, não é surpreendente que diversas instituições, incluindo as igrejas católica e protestante, interfiram nas decisões do poder público. A influência da religião na esfera política é especialmente notável em questões morais e éticas, como o debate sobre o aborto, o casamento entre pessoas do mesmo sexo e a educação sexual nas escolas.

É importante ressaltar que essa interferência nem sempre é explícita ou direta. Muitas vezes, manifesta-se de maneira sutil, por meio de discursos políticos que ecoam princípios religiosos, ou através de lobby e pressão de grupos religiosos sobre os legisladores. Portanto, mesmo em um Estado formalmente laico, a influência da religião sobre as políticas públicas ainda é uma realidade a ser enfrentada.

Nos últimos anos, é observado um aumento significativo da presença de grupos evangélicos na estrutura institucional do Estado. Parlamentares e governantes com afiliação religiosa têm sido eleitos com frequência crescente, trazendo consigo uma perspectiva moral e religiosa para a formulação de políticas públicas. Isso levanta questões pertinentes sobre a secularidade do Estado burguês e a amplitude de sua esfera pública.



Embora o Estado burguês tenha emergido como uma instituição supostamente neutra em termos religiosos, o crescimento do poder político dos evangélicos pode representar uma ameaça à sua dimensão pública. Se as políticas estatais passam a refletir predominantemente os valores e interesses de determinados grupos religiosos, corre-se o risco de minar a pluralidade e a igualdade de direitos que são fundamentais para uma sociedade democrática.

O estudo das revoluções burguesas e da formação dos Estados modernos revela a complexidade da relação entre Estado e religião. Embora tenha havido uma secularização formal do Estado e uma diminuição da influência religiosa sobre as estruturas de poder, a religião continua a exercer uma influência significativa na esfera pública.

O crescimento dos evangélicos na estrutura institucional do Estado levanta questões sobre a verdadeira extensão da laicidade do Estado burguês e sua capacidade de manter uma esfera pública verdadeiramente plural e democrática. Diante desse cenário, é fundamental um debate contínuo sobre o papel da religião na esfera pública e a necessidade de preservar a autonomia do Estado em relação a quaisquer doutrinas religiosas.

## 2 A INFLUÊNCIA CATÓLICA E PROTESTANTE NA FORMAÇÃO DO ESTADO BRASILEIRO

### 2.1 Religião cristã no Brasil: uma presença desde o período colonial

Na história do Brasil, após a chegada dos europeus, o cristianismo esteve sempre presente. Até hoje a educação tem uma visão eurocêntrica da colonização, e, além disso, um ensino voltado às bases religiosas. Tão logo os portugueses chegaram ao Novo Mundo, foi realizada a primeira missa. E tão logo foi que os colonos começaram a impor a moral e os valores religiosos aos indígenas que lá moravam. A relação entre os âmbitos político, econômico e social permanecem com influência religiosa.

Entre todos estes que hoje vieram não veio mais que uma mulher moça, a qual esteve sempre à missa, à qual deram um pano com que se cobrisse e puseram-lho darredor de si. Mas ao assentar não fazia memória de o muito estender para se cobrir. Assim, Senhor, que a inocência desta gente é tal, que a d'Adão não seria mais quant'a em vergonha. Ora veja Vossa Alteza quem em tal inocência vive, ensinando-lhes o que para sua salvação pertence, se se converterão ou não (De Caminha, 1999, p. 23).

Os povos originários do Brasil possuem uma rica diversidade em sua formação, organização e cultura. Apenas no Parque Indígena do Xingu, de acordo com o site Terras Indígenas no Brasil, vivem 16 povos distintos, espalhados por uma área de 26.420 km<sup>2</sup>. Suas crenças e tradições espirituais continuam sendo pilares fundamentais de suas vidas, moldando seu estilo de vida e práticas cotidianas. A depender do estudo, a população indígena brasileira em 1500 poderia chegar a 5 milhões de habitantes, evidenciando uma grande diversidade cultural já presente naquela época. Contudo, esses povos ainda enfrentam constantes ameaças contra suas terras, cultura e até suas vidas. Atualmente, segundo o Censo de 2022, os indígenas representam apenas 0,83% da população brasileira.

Não é em vão que, embora brevemente, é necessário abordar o indigenismo nessa pesquisa. Há a necessidade de entender que entre os povos originários existem costumes próprios, construídos por anos a depender da relação deles com o território. Até certo período, não houve contato com outras civilizações, sendo distantes, então, da influência de outros povos. Situação que mudou pelo processo de colonização europeia, onde esses dominaram não somente terras, mas o conhecimento dos que estavam aqui.

Em 1500, quando há a apropriação das terras brasileiras pelos europeus, uma religião que estava distante da realidade dos povos aqui estabelecidos, foi trazida com o objetivo de

disseminar a fé e os ensinamentos do evangelho. A Reforma Protestante havia desestruturado a hegemonia católica, assim como outros acontecimentos. A expansão da fé era também uma tentativa de lutar contra as consequências da reforma.

Além disso, há o sistema do Padroado, que funciona como uma espécie de tutela sobre a Igreja local, concedida por reis ou governantes. Nessa dinâmica, a Santa Sé autoriza o Estado a administrar a Igreja e seus membros em determinado território. No caso da colônia, Portugal tinha o compromisso de difundir a fé cristã nas novas terras. No entanto, esse sistema não retirava a autonomia da Igreja, pois a autorização concedida a Portugal não era ampla. Por essa razão, os cuidados com as coisas espirituais não cabiam ao Rei, mas sim à Igreja, que mantinha autonomia sobre os assuntos religiosos.

Para disseminar a fé cristã, ocorreu a rejeição das crenças dos povos indígenas<sup>4</sup>, impondo uma transformação cultural e espiritual que marcou profundamente a história do Brasil. O conhecimento, no Brasil, por exemplo, não foi naturalmente construído, primeiro o dos povos originários foi destruído. Diante do olhar da época, a crença predominante era a de que o ser humano se encontrava em um processo de evolução linear e hierárquico, com os povos indígenas ocupando um lugar inferior nesse suposto "ranking" de desenvolvimento. Essa visão, hoje considerada eurocêntrica e etnocêntrica, era frequentemente utilizada para justificar a colonização, o racismo e a exploração dos povos indígenas.

Grosfoguel (2016) apresenta a ideia do epistemicídio, que é um processo fundamental do colonialismo que visa destruir e deslegitimar os conhecimentos, as culturas e as cosmovisões dos povos colonizados. Fica claro, que a colonização que o Brasil passou, ocorreu tal processo. Houve grandes epistemicídios que ocorreram após a Idade Média, e estão inseridos em um contexto histórico muito relevante para todo o Ocidente que, “tem sido um dos mecanismos usados para privilegiar projetos imperiais/coloniais/patriarcais no mundo” (Grosfoguel, 2016, p. 25).

Tais genocídios e devastações contribuíram significativamente para a configuração da sociedade atual, marcada por complexas e profundas desigualdades. Não se trata de fatos históricos de menor importância, pois influenciaram de maneira contundente a realidade brasileira. A colonização europeia e o tráfico de escravizados instituíram sistemas de opressão

---

<sup>4</sup> O povos indígenas possuíam conhecimentos avançados em diversas áreas, como astronomia, botânica, medicina e engenharia. Parte dos conhecimentos indígenas foi suprimida pelo avanço do eurocentrismo. A título de exemplo, no conhecimento tradicional de alguns povos indígenas brasileiros, a Via Láctea é conhecida como o 'Caminho da Anta', refletindo uma compreensão rica e simbólica do cosmos. Além disso, os povos indígenas possuíam conhecimentos avançados em diversas áreas, como astronomia, botânica, medicina e engenharia, que demonstram sua profunda conexão com a natureza e seu ambiente. (Afonso, 2013)

que moldaram as sociedades da América Latina, dos Estados Unidos e da África, resultando em desigualdades sociais, econômicas e culturais persistentes até os dias atuais.

Ao mesmo tempo, a Europa experimentou um desenvolvimento econômico acelerado, evidenciando uma relação de dominação colonial, na qual o crescimento de um continente se deu à custa da exploração e subjugação de outros. Dessa forma, a colonização europeia promoveu, também, um apagamento cultural sistemático dos povos africanos, reprimindo suas religiões e impondo o cristianismo, em um processo que visava à submissão espiritual e cultural. O sincretismo religioso é um reflexo dessa imposição. “O sincretismo católico das religiões afro-brasileiras é a demonstração emblemática dessa obrigatoriedade de ser brasileiro e, por conseguinte católico” (Prandi, 200, p. 64).

Não é o intuito abordar todos os epistemicídios que aconteceram, mas dois têm uma maior correlação, contra os povos originários da América e os homens e mulheres pretas que, sequestrados na África, são escravizados nas colônias europeias. No período colonial, havia uma grande discussão se os indígenas, dentro da questão de “pureza de sangue”, estavam somente na religião errada, ou não tinham alma, nesse caso, seriam considerados animais, e sua escravização não seria pecado. Com o Julgamento de Valladolid, “a monarquia imperialista espanhola decidiu que os “índios” possuíam uma alma, mas que eram bárbaros a serem cristianizados. Entretanto, reconheceu-se que era um pecado, aos olhos de Deus, escravizá-los” (Grosfoguel, 2016, p. 39). Com a conclusão do Julgamento de Valladolid, começaram a sequestrar os cativos africanos, pois sendo pecado escravizar indígenas, a saída era escravizar negros.

A colonialidade do poder vigora quando há a relação de dominantes sobre dominados. Tem-se como exemplo a relação trabalho/capital, relação essa que, na perspectiva da exploração das Américas se dá pela diferenciação. Tal diferenciação legitima a exploração de indígenas, negros, não europeus e é centrada na dessemelhança física, cultural: a raça: “pelo racismo de cor” (Grosfoguel, 2016, p. 39).

Nessa realidade, a qual se encontra o sistema capitalista, vigora a servidão, a escravidão e o trabalho não assalariado, pois o não europeu não é digno do trabalho salariado. Isso explica a centralização do poder na Europa. O trabalho é o ponto central do problema, à medida que há a divisão dele. Sempre os intelectuais, com maior capacidade de organização sobressaem aos outros, ou seja, o trabalho intelectual é mais bem visto que o trabalho braçal. A periferização dos negros resulta da dignificação do trabalho, inicialmente reservado aos homens brancos europeus. Assim, na busca por dignificar o trabalho, a ociosidade passou a

ser malvista "em outros termos, a mesma sociedade que fabrica a prosperidade econômica, fabrica as desigualdades que constituem a *Questão Social*" (Ianni, 1991, p. 10).

O controle das rotas marítimas se dá pelo trabalho dos indígenas, negros e mestiços. Trabalho esse gratuito e expropriador. Aqui se percebe claramente a exploração: a força de trabalho move o mercado, em troca de açoitês. A imposição de uma realidade única pelo Capitalismo, em detrimento da heterogeneidade social, configura um epistemicídio. Projetos imperiais e coloniais de escala jamais vistos antes na história da humanidade surgiram da Europa, movida por seu egocentrismo. "O 'eurocentrismo' da Modernidade é exatamente a confusão entre a universalidade abstrata com a mundialidade concreta hegemônica pela Europa como 'centro'" (Quijano, 2005 'p. 28).

No Brasil, esse processo ocorre até os dias atuais. Engana-se quem pensa que a colonialidade acabou, pois suas cicatrizes ressoam em cada canto da sociedade. Foi-se, assim, construído, a partir de projeto de sociedade dominante. A relação entre Igreja e Estado no Brasil é importante para compreender tal processo, que é complexo e marcado por mudanças ao longo da história. Durante o período colonial, a Igreja Católica era a única religião oficial do Brasil e tinha grande poder político. Portugal era um país com forte tradição católica.

Os jesuítas eram fervorosos guardiões da tradição católica, empenhados em difundir a fé nas terras recém-descobertas. Resistiram à interferência estatal que contradizia seus princípios, defendendo a autonomia católica sem insurgências abertas contra o governo. Enquanto alguns católicos colaboravam com as autoridades estatais para preservar a paz e a ordem, outros adotavam uma postura mais progressista, resistindo à ocupação. O Estado reconhecia a autoridade religiosa dos jesuítas e a utilizava para manter a estabilidade social, enquanto estes se beneficiavam da paz e da infraestrutura proporcionadas pelo governo.

A relação entre colonos, Igreja e Estado no Brasil colonial foi complexa e marcada por contradições. Apesar dos objetivos distintos, os três atores cooperaram entre si para alcançar seus próprios interesses e reforçando o poder mútuo. Essa cooperação, no entanto, não foi isenta de tensões e conflitos. O Estado brasileiro, nesse momento, era atravessado pelos interesses desses autores. Houve também conflitos entre essas duas instituições, marcados por tensões e disputas. Esse foi um processo contraditório e complexo, onde as relações entre Estado e Igreja nem sempre foram harmoniosas, embora tivesse um papel fundamental na formação da sociedade brasileira.

A colonização do Brasil, iniciada no século XVI por Portugal, esteve intimamente ligada à expansão da civilização ocidental e à ascensão do capitalismo. Esse processo,

marcado pela exploração dos recursos naturais, pela submissão dos povos indígenas e pela escravização dos povos africanos, impulsionou o desenvolvimento acelerado das potências europeias, mas relegou os países latino-americanos, incluindo o Brasil, à condição de desigualdade socioeconômica, política e espacial.

Em um primeiro momento, a Igreja Católica desempenhou um papel principal na difusão da fé cristã; posteriormente, o protestantismo entra em cena. Não se pode negar que havia o intuito de disseminar a fé de acordo com as crenças e os ensinamentos da Igreja. Contudo, o papel que a Igreja desempenhou não estava separado do projeto de sociedade que a Europa desejava alcançar; ao contrário, eles se complementavam. O poder secular e o poder espiritual, nas questões políticas e econômicas, não são totalmente antagonistas, mas sim componentes complementares no desenvolvimento civilizacional. No entanto, é preciso considerar que essa complementaridade pode resultar em conflitos influenciados pelos interesses imediatos de cada uma das partes envolvidas (Gomes, 1988).

Os povos originários despertavam grande interesse para os colonos em prol da colonização. Faziam alianças com alguns povos contra outros europeus que desejavam invadir ou conquistar as terras, como contra outros povos indígenas resistentes à colonização. Ora eram aliados, ora eram adversários. Achavam que a assimilação deveria ocorrer por meio do trabalho individual. Entretanto, os jesuítas adotavam uma postura distinta em relação aos indígenas, pois os religiosos queriam salvá-los pela catequização.

Essa distinção de posicionamento, não implicava necessariamente que algum deles defendesse os interesses dos povos indígenas de maneira pura e simples, mas a “falta de consenso demonstra que o projeto colonial não era entendido da mesma forma por todas as partes que integravam a sociedade portuguesa” (Gomes, 1988, p. 75). Aqui se evidencia a relação contraditória entre o Estado, a Igreja, como toda a sociedade civil no Brasil, ora complementar, ora repleta de tensões.

Fazia parte dos deveres da Coroa promover a paz e tranquilidade entre colonos e índios para que a economia local florescesse, e isso ela fez sem maiores escrúpulos. Porém, quanto ao desejo dos Colonos pelo braço indígena, a Coroa se dividia entre argumentos contrários à escravidão e argumentos a favor, ou a formas intermediárias. Por isso é que houve tantos desentendimentos entre os colonos e as ordens religiosas, sobretudo os jesuítas (Gomes, 1988, p.76).

A educação tem o potencial de emancipação, podendo ser democrática, inclusiva e comprometida com a transformação social. Porém, continua a ser, na sociedade, um campo de

disputas, alinhado a projetos históricos e a manutenção de privilégios sociais. No projeto colonial, a educação desempenhou um papel fundamental na disseminação das ideias cristãs. Isso foi especialmente evidente na educação supervisionada pelos jesuítas, voltada para os indígenas, estabelecendo uma dinâmica de dominação cultural que perdurou por séculos. Foi favorável à assimilação dos indígenas, mesmo que em alguns momentos a Igreja pôs-se contra a escravização dos povos originários, e foi protagonista de tensões contra os colonos, favoreceu a colonização e o epistemicídio indígena.

Dentro da própria Igreja havia desuniões, com clérigos se unido com os colonos contra os jesuítas, ou grandes disputas entre os jesuítas e outras ordens religiosas. Através da nota conjunta dos Dicastérios para a Cultura e para o Desenvolvimento Humano Integral redigida no papado de Francisco, a Igreja Católica se posicionou sobre a colonização. Nessa nota fica evidente essa divisão na Igreja, pois afirma que a história registra numerosos líderes religiosos e fieis leigos que lutaram pela dignidade dos povos, ao passo que também reconhece que diversos cristãos cometeram graves erros contra os povos indígenas.

Para explicar, houve diversas bulas papais como a *Romanus Pontifex* (1455) do Papa Nicolau V e a *Inter Caetera* (1493) do Papa Alexandre VI. Ambas reforçavam o direito da conquista de novas terras e a submissão dos povos que habitavam nela. Por outro lado, a bula *Sublimis Deus* (1537) do Papa Paulo III, defendia a liberdade e os bens dos indígenas contra a escravidão e a exploração pelos colonizadores europeus. A bula incentivava a conversão dos indígenas ao cristianismo, mas reconhecia que isso deveria ser feito sem violência ou coerção.

Apesar de a Igreja reconhecer os erros das políticas de assimilação e todos os sofrimentos das populações indígenas, não há uma destituição de condicionantes históricos. Para Karl Marx, a história não é um processo linear e progressivo, mas sim um movimento dialético, impulsionado por contradições e lutas sociais. A base da sociedade é a sua estrutura material, composta pelas relações de produção e pelas forças produtivas. Essas relações determinam a organização social e a superestrutura, que inclui a cultura, a política e a religião.

Na Críandade, “a Igreja era uma instituição subordinada ao Estado e a religião oficial funcionava como instrumento de dominação social, política e cultural” (Azevedo, 2004, p. 111). Apesar da dominação, havia uma disputa de poder entre os colonos e os religiosos levantou o desejo de retirar a influência da educação dos jesuítas. A autonomia dos jesuítas na gestão das missões indígenas era vista como uma ameaça pelos colonos, acusados de atuar de forma autônoma e com pouca influência da Coroa. A atuação dos religiosos competia com os interesses dos colonos, gerando atrito.

O Marquês de Pombal, o secretário de Estado do Reino e figura central do Iluminismo português, era um crítico ferrenho da Companhia de Jesus. Para ele, os jesuítas representavam um poder paralelo à Coroa, o que fragilizava o Estado e dificultava a implementação de suas reformas. Em 1759, decretou a ordem de expulsão. Os jesuítas foram obrigados a deixar o Brasil, e suas terras e bens foram confiscados. Essa medida teve um impacto significativo na sociedade colonial, principalmente na educação, já que os jesuítas eram responsáveis por grande parte das escolas e colégios.

É importante contextualizar a expulsão dos jesuítas como parte de um processo mais amplo, que já havia se iniciado com sua expulsão de alguns núcleos de povoamento. O Iluminismo, com sua ênfase na centralização do poder e na racionalização da sociedade, representou um desafio à hegemonia da Igreja Católica, da qual os jesuítas eram uma das ordens mais influentes. No entanto, essa conjuntura não significou o fim da influência da religião na sociedade brasileira.

## **2.2 Complexo processo de laicização do país**

A Constituição do Império do Brasil, outorgada pelo imperador Dom Pedro I em 1824, estabelece o Estado confessional, confirmando a Igreja Católica Apostólica Romana como sendo a religião oficial. Essa disposição reflete a continuidade da herança do período colonial brasileiro, no qual a religião católica era predominante e exercia uma influência significativa sobre a sociedade e as instituições.

Para contextualizar, tem-se o cargo de deputado como exemplo. Atualmente, o cargo necessita de alguns requisitos quais sejam ter 21 anos para Deputado Federal, Estadual ou Distrital. Alguns outros pontos é ter nacionalidade brasileira nata ou naturalizada; pleno exercício dos direitos políticos; filiação a um partido político; estar quite com as obrigações militares e eleitorais. Cumprindo esses requisitos, qualquer cidadão brasileiro pode se candidatar e ser deputado. Logo, a previsão dessa abertura à participação popular é um pilar fundamental da democracia, pois permite que diversas vozes e perspectivas sejam representadas no Congresso Nacional.

Por outro lado, a Constituição de 1824 proibia a eleição de brasileiros naturalizados, e os que não alcançassem certa renda mínima. Além de que, determinava a necessidade de ser católico o indivíduo para a eleição. Fica claro o caráter confessional no Estado brasileiro, e a imposição sobre a sociedade em adotar uma doutrina religiosa com justificação das leis e das



políticas públicas. Mesmo que a Constituição garantisse a liberdade religiosa, um juramento de fidelidade à fé católica era exigido para a ocupação de determinados cargos. Essa exigência, em um contexto da pré-abolição da escravidão, juntamente com as restrições de renda e nacionalidade, limitava drasticamente o acesso à participação política no Brasil recém-independente.

A partir de uma análise crítica e histórica sobre o período imperial brasileiro, percebe-se uma intensa correlação de forças. As restrições à participação política presentes na Constituição de 1824 elucidam as expressões das ideias dominantes da época, como a legitimação das estruturas de classe existente, e também a influência católica. As restrições à elegibilidade refletiam os interesses da classe dominante em manter seu controle sobre o poder político e econômico. Ao limitar o acesso à participação política, a elite colonial e, posteriormente, a classe dominante no Brasil garantia a continuidade de suas posições privilegiadas e a perpetuação das desigualdades sociais.

Com efeito, a burocracia estatal e a religiosa estavam de tal modo entrelaçadas nesse regime que o território e os súditos eram controlados por meio de aparelhos administrativos complementares em sua concepção organizativa e espacial. Em consequência dessa justaposição de funções que perdurou por séculos a Igreja católica e seus agentes foram parte ativa na construção do Estado nacional (Montero, 2013, p. 22).

No contexto da busca por uma identidade nacional brasileira, diversas áreas da sociedade se engajaram, inclusive a produção artística. O Romantismo, por exemplo, movimento literário marcante, foi palco dessa temática. Nesse cenário, o catolicismo, enquanto religião oficial do país, desempenhou um papel crucial fortalecendo esse objetivo, influenciando o cotidiano, a vida social e o panorama político da época. Paralelamente, o Padroado Real, sistema que colocava a Igreja Católica sob o controle do Estado brasileiro, gerou tensões. A subordinação da instituição religiosa ao Império fragilizou sua estrutura e dificultou a comunicação com o Papado. A obra de Montero (2013) aborda essa particularidade brasileira na relação entre Estado e Igreja e construiu um argumento pertinente. É importante destacar que, diferentemente do movimento anticlerical do Iluminismo Europeu, que no Brasil teve como exemplo as reformas pombalinas, e outras causas, a própria Igreja Católica, por meio de alguns de seus membros, defendeu a laicização do Estado. Essa postura era motivada pela discordância com a submissão da instituição religiosa à estrutura política imperial.

Cabe ressaltar que a instituição do protestantismo no Brasil se estendeu por todo o século XIX. A chegada da família real no Brasil foi possível graças à ajuda da Inglaterra, que recebeu em troca o livre comércio, assim como a liberdade de trazer ao país crenças não católicas. “Assim, na década de 1810, começam a chegar os primeiros anglicanos no Brasil, e em seguida, luteranos alemães” (Da Rosa, 2017, p. 181-182). O Padroado Real também favoreceu a liberdade dos protestantes no país, já que o governo mantinha domínio sobre a Igreja Católica e impedia sua contraposição.

Esse período histórico foi marcado de intensos anseios da elite intelectual e da classe política influenciada pela Revolução Francesa e pela independência dos Estados Unidos. Os protestantes receberam apoio deles já que compartilhavam ideais liberais, como a liberdade individual, democracia, livre mercado e separação entre Igreja e Estado. Tavares Bastos, deputado brasileiro em 1860, influenciado pelo pastor missionário presbiteriano James Cooley Fletcher, posicionava-se com uma visão de um Brasil moderno e próspero, impactando o debate intelectual e político da época. Ele argumentava que as políticas coloniais portuguesas haviam relegado o Brasil a uma posição de atraso (Da Rosa, 2017). Em contrapartida, a Igreja Católica, ciente da erosão de sua influência, adotava uma postura antissocialista e antiliberal. A Constituição de 1824 também foi contrariada pelos protestantes, já que deslegitimava que seus cultos fossem celebrados em público.

A Proclamação da República em 1889, marco crucial na história brasileira, foi fruto de uma complexa convergência de fatores que se entrelaçavam na sociedade da época. Para além de um mero golpe de Estado, o evento representou a culminação de um processo histórico marcado por intensas transformações políticas, sociais, econômicas e até mesmo religiosas. Dois anos após a Proclamação da República, com acaloradas disputas religiosas, a nova Constituição brasileira foi promulgada, consagrando o Estado laico. O seu artigo 72, § 7º, é dito que o governo, em nenhuma esfera (federal, estadual ou municipal), poderá financiar ou manter qualquer tipo de relação de dependência ou aliança com instituições religiosas.

Embora a sociedade permanecesse com forte influência do cristianismo, a Igreja deixou de possuir poderes civis. Então, livre da subordinação a um monarca ou presidente, a instituição se reestruturou, aproximando-se de Roma. Passou, por exemplo, a recolher o dízimo sem a intermediação do Estado. “Enfim, a separação Igreja/Estado significou para aquela maior autonomia em relação a este, inclusive, para diversificar o seu trabalho pastoral” (Emmerick, 2010, p. 7). A verdade é que o Estado Laico fortaleceu a Igreja com a destituição do Padroado. Em um primeiro momento não houve grandes mudanças nas relações sociais,

assim como não houve um esforço imediato para confinar a religião à esfera privada. Longe de se afastar da política, a Igreja, ao se emancipar do Estado, pôde se tornar uma força ativa na construção da sociedade civil, seu novo campo de atuação. (Montero, 2013)

Esse Estado pode muito bem ser “livre”, sem que o homem seja do mesmo modo um homem livre. Enquanto Estado, ele pode ser emancipado da transcendência religiosa sem que a imensa maioria de seus cidadãos seja libertada da religião. Privatizada, excluída do Estado político para encontrar refúgio na sociedade civil, a alienação religiosa subsiste. Mesmo que se proclame ateu “por meio do Estado”, ou seja, “quando ele proclama o Estado ateu”, o homem “continua sempre preso nos emaranhados da religião” (Marx, 2010b, p. 89).

Embora a laicização do Estado brasileiro tenha sido um marco importante, as estruturas de poder não foram completamente superadas. O capitalismo, com sua lógica de acumulação de riqueza e exploração do trabalho, continuam moldando as relações sociais e econômicas do país desde a República até os dias atuais. Um exemplo disso é a realidade do Congresso Nacional brasileiro, onde os problemas estruturais do país se fazem presentes. Apesar da diversidade da população brasileira, a representatividade no Congresso reflete as hierarquias de classe, limitando o acesso ao poder político para aqueles que não se alinham aos interesses da elite econômica.

Além do mais, o conhecimento que coopera para tomada de decisões das ações e serviços públicos permanece a ter grande influência das religiões. Nesse caso, a crença de uma parcela da sociedade é estendida para todos. Essa preponderância da religião em algumas áreas de decisão entra em conflito com o princípio da laicidade do Estado, que defende a neutralidade em relação a crenças religiosas. É importante ressaltar que essa fonte de conhecimento, embora permeada por múltiplos atores, não deve ter a religião como base predominante em determinadas áreas. Isso porque é importante que as decisões sejam tomadas de forma acessível a todos, o que contribui para o fortalecimento da democracia.

### **2.3 *Questão Social: sobre a caridade e a influência na resposta estatal***

No final do século XIX e início do XX, o Brasil vivenciou a transição do colonialismo para o capitalismo dependente, conceito abordado neste trabalho a partir de Florestan Fernandes para caracterizar as relações burguesas subordinadas ao capital internacional. Esse modelo se consolidou através de mecanismos como a produção monocultora de café, o trabalho escravo e a industrialização tardia e dependente. A religião, principalmente o catolicismo, também desempenhou um papel crucial na formação da sociedade brasileira

colonial. A Igreja Católica serviu como instrumento de dominação e controle social, legitimando a escravidão e a exploração dos povos originários, além de impor seus valores e crenças à população.

As péssimas condições de trabalho, jornadas exaustivas, salários ínfimos e a falta de direitos básicos foram marcantes para as mobilizações de trabalhadores nos primeiros anos do século XX. A industrialização, impulsionada pelo café e outras commodities e subordinada às necessidades do imperialismo, avançava a passos largos, mas não favorecia a justiça social. Esses fatos colaboraram para o surgimento de reivindicações, como a Greve Geral de 1903, iniciada em tecelagens do Rio de Janeiro. A Greve dos Ferroviários de 1906 e a Greve pelas 8 Horas de 1907, impulsionada pela Federação Operária do Rio de Janeiro, foram outros eventos marcantes desse período. Em 1917, a Greve Geral de São Paulo reuniu cerca de 30 mil operários, evidenciando a crescente organização e força do movimento operário. Esses são apenas exemplos que marcaram o início de uma onda de mobilizações que se espalharam por todo o país.

Essas reivindicações expressavam os interesses e necessidades dos trabalhadores e exigiam a ação tanto do Estado como dos empregadores, e nos dizem muito sobre as dificuldades da vida e do trabalho da população pobre das cidades naquele período, mas também sobre a mudança na relação com o Estado (Toledo, 2017, p.507).

A gênese da *Questão Social* está ligada ao processo de acumulação capitalista, onde a industrialização aumenta a produtividade ao mesmo tempo em que reduz a necessidade de trabalho humano. Segundo Yamamoto e Carvalho (1995), trata-se da manifestação da contradição entre proletariado e burguesia, requerendo intervenções além da caridade e repressão tradicionais. Como resultado, acentua a desigualdade, demonstrando que as mesmas condições que produzem riqueza para a burguesia geram também miséria e repressão para os trabalhadores (Santos, 2017). Nota-se que a *Questão Social* e suas expressões são construídas no país com uma clara herança colonial e de um capitalismo dependente, e “revela-se como reprodução ampliada da riqueza e das desigualdades sociais” (Yamamoto, 2012, p. 129).

Nesse contexto da esfera política brasileira, diversos atores, incluindo instituições religiosas, lutavam para garantir seus interesses e influenciar o curso da história. Com o fim do Padroado e a diminuição de sua influência direta no Brasil, a Igreja Católica passou a se reposicionar na sociedade civil, consolidando um forte papel moral. As entidades religiosas, de maneira geral, tornaram-se cruciais na oferta de ações sociais, especialmente nas áreas de

saúde e educação, através da caridade. Além da disputa entre as instituições religiosas, havia também a competição com o Estado, que intensificava suas ações na esfera social.

O aprofundamento da *Questão Social* no Brasil, expresso na crescente desigualdade social, no desemprego estrutural e na precarização das relações de trabalho, está intimamente ligado às transformações econômicas e à concentração de renda no país, que intensificaram as mazelas sociais, exigindo respostas urgentes do Estado e da sociedade civil. As mobilizações dos trabalhadores foram essenciais para as conquistas alcançadas na Era Vargas, como a instituição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e a introdução do salário mínimo, embora estivessem associadas ao controle estatal sobre o movimento sindical e ao autoritarismo do regime varguista.

É importante ressaltar que o assistencialismo das instituições religiosas não substituiu a responsabilidade do Estado em garantir direitos básicos à população. A construção de políticas públicas estruturadas e universais, pautadas pelos princípios da equidade e da justiça social, é necessária para a estruturação de um Estado secular. Assim, nos anos 30, a *Questão Social* ganhou destaque devido às condições precárias de vida dos segmentos mais empobrecidos da população.

Com o crescimento das classes sociais urbanas, especialmente do operariado, tornou-se insustentável para a caridade religiosa harmonizá-las, exigindo respostas do Estado às necessidades de reprodução social das classes trabalhadoras nas cidades. Nesse cenário, portanto, há o surgimento do Serviço Social no Brasil com destaque da influência do Estado, do empresariado e ainda da Igreja Católica e outras instituições sociais e privadas na abordagem da regulação social no Brasil. O Estado passou a atuar nos processos de regulação e reprodução social por meio das políticas sociais públicas com foco primordialmente para a população em situação de pobreza concentrada nos grandes centros urbanos em processo de industrialização.

Além disso, na Era Vargas, o país passou por uma reforma administrativa que “fortaleceu-se a tendência de centralização na administração e, no pós-37, delineou-se uma nova característica de atuação: além de um Estado administrativo, centralizador, ele passou a assumir as feições de um Estado intervencionista” (Lima, 1998, p. 6). Pode-se afirmar, então, que áreas de atuação de igrejas passaram a ser centralizadas no Estado, enfraquecendo mais uma vez a hegemonia cristã, portanto, não a destruindo.

No entanto, a reconquista do espaço público pela Igreja Católica esbarrou em novos obstáculos no campo das relações sociais (...). Nos anos 30 e 40 do século XX, o

Brasil vive uma grande industrialização e urbanização, com reflexos diretos na relação dos indivíduos com a religião e na reconfiguração das esferas público/privado. E mais: nessa época, outras denominações religiosas (evangélicas, espíritas etc.) começam a ganhar espaço na sociedade brasileira e a Igreja Católica, conseqüentemente, passa a perder a sua hegemonia na produção de bens simbólicos orientadores do imaginário social (Emmerick, 2010, p. 8).

Embora o assistencialismo religioso oferecesse ajuda imediata, não se configurava como uma solução estrutural para os problemas sociais, diferentemente das políticas públicas. A conquista do espaço da sociedade civil pela Igreja Católica não se deu de forma harmoniosa, envolvendo disputas por influência e poder. Igrejas espíritas e protestantes também se destacaram como agentes de transformação social, preenchendo o vácuo deixado pelo Estado e, em alguns casos, perpetuando as desigualdades sociais existentes, já que não havia mudanças estruturais.

A Igreja, conseqüentemente, tinha essas expressões como objeto de intervenção pela caridade, que além de instrumento político, é uma ação presente no cristianismo desde o seu primórdio, com uma ideia de que amar o próximo, é um meio de se amar a Deus. O Papa Bento XVI, tamanha importância tem a caridade para o catolicismo, escreveu sobre na encíclica *Deus caritas est* dizendo que “para a Igreja, a caridade não é uma espécie de actividade de assistência social que se poderia mesmo deixar a outros, mas pertence à sua natureza, é expressão irrenunciável da sua própria essência” (Bento XVI, 2024).

Embora o modo como a caridade interviesse na realidade tenha norteado a regulação social pelo Estado, é fundamental salientar que essa regulação não representou uma evolução da caridade. Foi nesse contexto de relações sociais e econômicas complexas, sob a égide da ordem monopólica, que o Estado encontrou terreno fértil para sua intervenção. Nesse cenário, surgiram os assistentes sociais, por exemplo, assumindo um caráter profissionalizado, remunerado e inserido na estrutura da divisão social e técnica do trabalho da sociedade burguesa madura (Netto, 1992).

A *Questão Social* em suas variadas expressões, em especial, quando se manifesta nas condições objetivas de vida dos segmentos mais empobrecidos da população, é, portanto, a "matéria-prima" e a justificativa da constituição do espaço do Serviço Social na divisão sociotécnica do trabalho e na construção/atribuição da identidade da profissão (Yazbek, 2009b, p. 6).

A atuação do Estado como agente regulador conferiu legitimidade pública e social aos processos de regulação social, consolidando seu papel na esfera das demandas sociais e políticas públicas. A implementação do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) e do

Sistema Único de Saúde após a década de 1990 é um exemplo notável dessa atuação, garantindo o acesso a direitos e serviços para milhões de brasileiros em situação de vulnerabilidade.

Essa consolidação representou um passo crucial na secularização da *Questão Social*, afastando-a de raízes puramente religiosas e promovendo uma abordagem mais técnica e institucionalizada para as desigualdades sociais.

Apesar da atuação estatal na política social, a influência religiosa ainda se faz presente, principalmente através da doutrina social da Igreja, com destaque para as encíclicas papais *Rerum Novarum* e *Quadragesimo Anno*. Historicamente, as igrejas Católica e Protestante entendiam os problemas sociais como questões morais e individuais, perspectiva que ainda se reflete em algumas áreas do Estado.

#### **2.4 Transição religiosa e política no Brasil: Uma análise das influências e contradições**

Compreender a trajetória da religião no Brasil é crucial para entendermos a formação da sociedade brasileira e os desafios que o país enfrenta hoje. As instituições religiosas históricas e sociais relevantes continuam a exercer influência na vida dos brasileiros.

Embora o catolicismo tenha sido dominante durante o período colonial, o protestantismo também desempenhou um papel significativo na formação do país. À medida que os processos globais e nacionais se entrelaçaram, o catolicismo começou a declinar, enquanto as denominações evangélicas experimentaram um crescimento notável. Atualmente, o Brasil está passando por uma transição religiosa, na qual várias religiões estão aumentando sua presença, incluindo os protestantes, enquanto o catolicismo está em declínio. De acordo com projeções do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) pelo Censo 2022, deduz que o número de fiéis evangélicos ultrapasse o de católicos até 2030.

É importante considerar a influência da Teologia da Prosperidade em algumas denominações protestantes para entender a transição religiosa que associa fé e sucesso material, incentivando os seus membros a se engajarem na igreja, para terem benefícios materiais. Juntamente a isso, uma questão espiritual é a defesa de uma visão apocalíptica do mundo por algumas correntes evangélicas, com a crença de que o fim dos tempos está próximo. Essas convicções podem levar os fiéis a se sentirem mais motivados a se envolver na política para tentar moldar os rumos da sociedade e garantir que seus valores sejam preservados em um mundo “com fim iminente”.

Por muitos séculos, a Igreja Católica tinha um considerável poder político, isso se deu por sua posição como religião oficial de muitos países e pela influência cultural e social que exercia. Hoje, percebe-se que essa realidade tem se modificado no cenário brasileiro. Há um maior ativismo protestante na política, embora ambas as religiões tenham representantes que se engajam em debates e decisões que impactam o país.

Nesse contexto, a laicidade do Estado, consagrada na Constituição Federal, tornou-se um princípio fundamental, estabelecendo a separação entre Igreja e Estado. Todo indivíduo fica livre para escolher sua fé, ou não crer em nada. Não tendo a previsão de uma religião oficial que fortaleça a influência sobre os cidadãos e a ruptura com a tradição de um Estado confessional, houve a secularização da sociedade, erradicando o favorecimento de grupos religiosos em detrimento de outros. Assim como propiciou que outras religiões adquirissem maior liberdade, o que possibilitou o crescimento dos evangélicos na política. Nesse espaço, os líderes protestantes puderam se mobilizar livremente em prol de seus valores e interesses, buscando espaços de poder para defendê-los, estendendo um discurso político nos cultos, alcançando, também, os seus fiéis.

A Igreja Católica está massivamente presente em todo o mundo. Todas em comunhão com a Igreja de Roma e com o Papa. A dialética marxista entende que a história não é estática ou definitiva, o que explica que a depender de onde a Igreja está, ela apresenta características que vão de encontro com a construção histórica e a realidade do local com variações nacionais. Porém, há um sistema de pesos e contrapesos, e essas variações são mínimas, pois a união com Roma e a base dogmática sólida da Igreja só tolera mudanças aceitáveis. Pode-se dizer, portanto, que há certa rigidez doutrinária e a hierarquia na Igreja Católica. Isso é um fator necessário para entender a transição religiosa. Em comparação às denominações evangélicas que buscam uma fé mais dinâmica, o que pode ter atraído mais fiéis.

A sua gênese é dogmática e indiscutível, o que lhe dá uma base sólida de formação, com uma história de dois mil anos quase ininterruptos, com poucas defecções, e um propósito hegemônico, com variações mínimas e aceitáveis, digeríveis pelo seu ordenamento centralizado e sua disciplina (Gomes, 1988, p. 191).

O governo de João Goulart (1961-1964) propunha algumas reformas que despertaram forte oposição em setores conservadores da sociedade, que as interpretavam como ameaças uma ameaça comunista. Temendo a ascensão do comunismo no país, grupos militares, civis e empresariais se uniram para derrubar Goulart em um golpe civil-militar em 1º de abril de 1964. Sob a justificativa de "salvar a democracia", instauraram um regime de exceção que



duraram 21 anos. Nesse período, houve o início de um período de transformações e contradições que marcaram a trajetória da Igreja no país. Cumulativamente, a Igreja Católica precisou lidar com o crescente pluralismo religioso no Brasil, fortalecido com a secularização do Estado. A ascensão de outras denominações como as igrejas evangélicas exigiram novas estratégias de atuação e comunicação.

Embora a Igreja, inicialmente, tenha apoiado o regime militar, grupos em seu interior logo se posicionaram contra devido às arbitrariedades da ditadura, que incluíam a tortura de religiosos, sacerdotes e fiéis. Inspirados pela Teologia da Libertação e impulsionados pelos Movimentos Eclesiais de Base, esses grupos se engajaram na luta por justiça social e democracia, defendendo os direitos humanos dos oprimidos e marginalizados, o que “substituiu a tradicional caridade cristã, que predominou no Brasil durante grande parte de sua história, pelo compromisso com as mudanças sociais” (Emmerick, 2010, p. 9).

O Protestantismo brasileiro vivenciou um período de intensa pluralidade durante a Ditadura Militar, com diferentes correntes assumindo posturas que variavam da adesão ao regime à resistência ativa. Mas de modo geral, observou-se uma postura majoritária de adesão ou acomodação ao regime por parte das igrejas protestantes de missão, enquanto setores do protestantismo ecumênico<sup>5</sup> se engajaram na resistência à repressão. Fatores como o anticomunismo presente em diversas denominações protestantes, a valorização da ordem social e a busca por crescimento institucional contribuíram para a aproximação com o regime militar. Por outro lado, a Teologia da Libertação estava presente em setores do protestantismo também, propugnavam por uma postura crítica ao regime, defendendo a justiça social e os direitos humanos.

Com a redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, as contradições do discurso religioso se tornaram evidentes. Durante a ditadura, a Igreja Católica se tornou uma voz crítica ao regime militar, defendendo os direitos humanos e se aproximando dos grupos mais vulneráveis da sociedade. Algumas denominações protestantes seguiram a mesma lógica. Apesar dessa postura progressista em questões sociais, essas igrejas mantiveram posições majoritariamente conservadoras em temas como família, moral, educação, reprodução e planejamento familiar.

Embora defendesse a justiça social e a democracia, a Igreja Católica e o protestantismo sustentavam princípios conservadores, refletidos na Constituição, como a

---

<sup>5</sup> Igrejas protestantes de missão são grupos focados em evangelização e expansão da fé. As igrejas protestantes ecumênicas promovem a cooperação e a compreensão mútua entre diversas tradições cristãs.

garantia da vida desde a concepção e a negação de direitos para minorias sexuais. A CF/88 também normatizou direitos e garantias fundamentais invioláveis e inalienáveis baseados na Declaração Universal dos Direitos Humanos (DUDH). Vale destacar que a DUDH, em apoio à laicidade, o direito à crença é assegurado, sem que isso limite o acesso de qualquer pessoa a seus direitos ou garantias.

Ainda assim, o número de parlamentares evangélicos no Brasil tem crescido a cada eleição, reforçando a influência política das igrejas evangélicas no Congresso Nacional e na formulação de políticas públicas. Diversos fatores contribuem para essa influência. A bancada evangélica defende pautas em áreas como educação, família, direitos sexuais e combate ao aborto, o que atrai o voto de um segmento significativo da população. Em contraposição, não há um partido político expressamente católico, corroborando para o sucesso do ativismo evangélico no âmbito político. Porém “a Igreja Católica permaneceu como a única organização religiosa (...) que se organiza territorialmente e burocraticamente no Brasil à imagem do Estado, sendo, com efeito, a única que funciona e responde a uma estrutura estatal, no caso o Estado do Vaticano” (Montero, 2013, p. 23).

É crucial salientar que, apesar das características comuns mencionadas, as igrejas evangélicas não formam um grupo monolítico. Pelo contrário, elas se configuram em um universo plural, composto por diversas denominações, cada uma com suas próprias correntes de pensamento e posicionamentos políticos distintos. A transição para a fé evangélica, portanto, é um processo complexo que vai além das explicações apresentadas aqui. Diversos outros fatores, como experiências pessoais, busca por comunidade e engajamento social, também podem influenciar essa mudança.

Em resumo, a liberdade de expressão e de crença é um direito de todos, inclusive dos líderes políticos. É um direito inalienável que todas as pessoas devem desfrutar. Entretanto, não pode interferir em funções oficiais dos agentes políticos, e principalmente não pode promover uma religião em detrimento de outras ou subvencionar cultos religiosos. É importante que líderes sejam conscientes do seu papel e influência, suas declarações e ações pessoais são sensíveis, e pelo cargo que ocupam, podem ser interpretadas como um endosso oficial do Estado a uma determinada crença ou religião.

Nesse aspecto, é crucial que haja uma clara distinção entre a esfera pessoal e a esfera pública. Outro aspecto crítico é a utilização da religião como uma ferramenta política, pois isso prejudica a laicidade do Estado e o princípio da igualdade de todas as religiões perante a lei. Além de distorcer o real sentido da crença, utilizando-a como um instrumento político, e

não de fé. Ademais, a expressão pública de crenças religiosas por líderes políticos deve ser feita com sensibilidade e respeito pela diversidade religiosa da população.

Com a crise econômica em 1970 “o neoliberalismo se fortalece no mundo (apoiado também no enfraquecimento do pensamento socialista, com a derrocada da União Soviética, em 1991)” (Oliveira, 2019, p. 266). Essa corrente entendia que os efeitos da crise seriam resolvidos com a menor atuação do Estado na economia, assim como pela privatização de empresas e a desregulamentação do mercado. O Brasil estava sob a ditadura militar, e apesar de não ser o centro da crise dos anos 1970, sofreu consequências como o endividamento do governo com empréstimos internacionais, crescimento da desigualdade e abertura da economia para o capital estrangeiro. Como discurso de que o Estado brasileiro não seria capaz de deter a crise, o regime militar foi legitimado. O país também presenciou a organização dos movimentos sociais, como o movimento operário, o movimento estudantil e o movimento feminista, que pressionaram o governo e fortaleceu a redemocratização do país, apoiados pelos setores católico e protestante progressistas. Assim, com a gradual abertura política, houve a promulgação da nova Constituição Federal em 1988, marcando o fim do governo militar e o início da nova república.

Nessa esteira, a CF-88 consagrou os direitos sociais, conforme já abordado anteriormente. Apesar da previsão legal, a concretização desses direitos exige mobilização popular até hoje. Nesse contexto, a década de 1990 no Brasil foi marcada pela ausência de efetivação dos direitos sociais. Diante disso, como aponta Oliveira (2019), o país, em um cenário de economia dependente, direcionou o envolvimento estatal para as demandas do mercado sob o prisma neoliberal, o que resultou na precarização das políticas públicas e na negação dos direitos básicos da população, assim como ameaçou os direitos previstos nas normas legais.

Considerando o governo de Fernando Henrique Cardoso de 1995 a 2022, é evidente sua afinidade com o neoliberalismo, a manutenção de um Estado gerencial e o enfraquecimento dos direitos sociais. O seu Plano Diretor do Aparelho de Reforma do Estado, que visava modernizar a administração pública, aumentar a eficiência e reduzir o tamanho do Estado, assume uma posição que critica a elaboração da CF-88, acusando-a de limitar o aparelho estatal por não ter proposto um extenso debate público, de ter estruturado a descentralização político-administrativa e controles do mercado, assim como prever um regime jurídico dos servidores públicos. Tão logo nasceu a Constituição Cidadã, o governo em questão começa a elaborar, contrarreformas que facilitaram privatizações, desestruturação

das políticas sociais e da governança. Assim como nos governos do PT, abrangendo os períodos de 2003 a 2006 e 2007 a 2010 com Lula, e de 2011 a 2014 e 2015 a 2016 com Dilma Rousseff, não ocorreu uma ruptura completa com o projeto de FHC. Em vez disso, observou-se uma reconfiguração do papel do Estado, visando equilibrar o crescimento econômico e o desenvolvimento social, o que pode ser interpretado como "novas estratégias do capital em tempos de crise" (Oliveira, 2019, p. 272).

Como abordado sobre o fortalecimento da religião no âmbito da sociedade civil e o prestígio ao defender a redemocratização do país, assim como os direitos sociais, o neoliberalismo deu espaço para as instituições religiosas ao "diminuir o tamanho do Estado". O fortalecimento das instituições religiosas dentro do contexto neoliberal muitas vezes vem acompanhado de uma agenda conservadora em relação aos direitos humanos e sociais, o que pode representar um retrocesso nas conquistas obtidas no Brasil.

Mello e Pereira (2022) evidenciam, especialmente durante a década de 1990, a ampliação das parcerias governamentais no programa Comunidade Solidária e pela aprovação da Lei das Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público (OSCIPs), que permitiram a participação de organizações profissionalizadas na execução de programas governamentais. Já nos anos 2000, houve um aprofundamento nas relações entre Estado e sociedade civil, com a incorporação de representantes da sociedade civil como quadros governamentais e o aumento dos investimentos públicos em parcerias com OSCs. Portanto, sob a lógica neoliberal, houve uma expansão das parcerias entre o Estado e organizações da sociedade civil como uma forma de reduzir o papel do Estado. As igrejas cristãs com forte apelo caritativo demonstraram grande capacidade de adaptação a esse contexto. Por atuarem na sociedade civil, ganharam legitimidade social e ampliaram sua influência. A visibilidade de suas ações filantrópicas as consolidou como atores relevantes na esfera pública, com crescente capacidade de mobilizar recursos e influenciar políticas públicas.

## **2.5 Continuidade dos ideais neoliberais e instrumentalização da fé**

Nas eleições de 2002, segundo Singer (2009), a base eleitoral de Lula estava predominantemente entre os eleitores com maior nível de escolaridade, refletindo uma tendência em que a população de baixa renda geralmente se inclinava para ideias políticas de direita. Isso se devia à percepção de que a intervenção do Estado poderia ser benéfica para mitigar a desigualdade social, enquanto os movimentos sociais eram vistos como potenciais

desestabilizadores da ordem social. No mesmo período, essas eleições testemunharam a participação ativa dos grupos progressistas evangélicos nos debates políticos. Por exemplo, a Igreja Universal do Reino de Deus, com sua história desde a era Collor, demonstrou ser uma instituição religiosa notavelmente pragmática, preocupada primariamente com o poder político (ASCOM UENF, 2019), ao se aproximar do governo Lula posteriormente.

Nas eleições de 2006, Lula enfrentou alguns desafios, incluindo o escândalo do "mensalão". Nesse contexto, ele reforçou sua aliança com os trabalhadores, recordando sua forte ligação com o sindicato dos metalúrgicos e sua afinidade com as camadas populares. Esse realinhamento político foi crucial dentro do eleitorado brasileiro e resultou no apoio crescente dos estratos de renda mais baixa, fundamental para sua reeleição. Seu discurso progressista, que defendia os interesses dos menos favorecidos, perdurou mesmo no seu segundo mandato, aspirando a um Estado forte o suficiente para reduzir as desigualdades sem comprometer a ordem estabelecida (Singer, 2009). Sua aproximação com os grupos religiosos, principalmente os protestantes, foi uma estratégia recorrente.

A polarização não começou com Bolsonaro, mas encontrou nele um catalisador e se intensificou durante seu governo. Um exemplo emblemático dessa divisão foi durante a votação para o Impeachment da presidenta Dilma Rousseff em 2016. Naquela ocasião, a Secretaria de Segurança do Distrito Federal dividiu o gramado entre os ministérios em dois lados por uma grade. Os manifestantes favoráveis à destituição ficaram do lado direito do Congresso Nacional, tendo o Museu da República como ponto de concentração. Já os manifestantes a favor de Dilma Rousseff puderam seguir para o lado esquerdo do Congresso (Melo, 2016).

Naquele momento, já se percebia uma divisão que se tornou mais clara durante o Governo Bolsonaro: um lado utilizando o Brasão de Armas do Brasil como símbolo; o outro, a cor vermelha como bandeira. Durante a votação do *Impeachment*, essa imagem sintetizou a profunda divisão social e política que se aprofundaria no país nos próximos anos. Contudo até aquele momento, um dos lados não tinha um político modelo, um messias, aquele que tira os problemas do mundo. Posteriormente, o neoliberalismo foi fortalecido no Governo Michel Temer (2016-2018) com a implementação de medidas austeras, como o corte de gastos públicos, a reforma trabalhista que flexibilizou as relações de trabalho, o teto de gastos públicos, a privatização de empresas estatais e a venda de ativos públicos.

O artigo "Reforma Gerencial, Neodesenvolvimentismo e Ponte para o Futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras", de Leidiane Souza Oliveira, destaca como as

políticas sociais no Brasil passaram por diversas transformações, refletindo diferentes agendas políticas e ideológicas. A Reforma Gerencial do Estado, por exemplo, visava aumentar a eficiência administrativa, mas acabou criando novas contradições nas políticas sociais, muitas vezes marginalizando setores vulneráveis da sociedade (Oliveira, 2019). Já o neodesenvolvimentismo tentou equilibrar crescimento econômico com inclusão social, mas enfrentou limitações estruturais e políticas. Especificamente, o plano "Ponte para o Futuro", implementado pelo governo Temer e ancorado em princípios neoliberais, aprofundou o papel subsidiário do Estado, exacerbando as desigualdades sociais e desafiando os valores da laicidade e da pluralidade (Oliveira, 2019).

No Governo Bolsonaro, houve a radicalização da agenda da nova direita com a Reforma da Previdência, a flexibilização das leis ambientais, o desmonte dos programas sociais, e ataques à educação pública e à ciência. Ao longo da história do país, agentes políticos frequentemente utilizaram símbolos religiosos em suas campanhas, tais como a exibição de cruces, citações bíblicas ou imagens de líderes religiosos em materiais de campanha. Mas essa estratégia teve maior incidência e notoriedade, principalmente no Governo Bolsonaro (2019-2022). Com a intensificação da polarização no Brasil, a compreensão dos processos sociais se tornou desafiadora, e mesmo considerando a relação de fatores históricos, ficou insustentável entender o que era verdade ou mentira. De um lado, estava a base bolsonarista, intitulada como conservadora, cristã, defensora da família tradicional, da lei e da ordem. Do outro, o lulismo era associado a grupos de esquerda e movimentos sociais, acusados de propagar o marxismo cultural, favoráveis ao aborto e contrários a Deus. Por vezes, tais atributos e simplificações não captavam a totalidade das visões em jogo, fixando os indivíduos em algum dos dois lados sem que correspondesse à realidade.

A dicotomia "bolsonarismo versus lulismo", embora frequentemente presente em debates acalorados, não reflete a complexa realidade social brasileira. O fenômeno simplifica a divisão entre esquerda e direita e ignora a existência de outras correntes políticas e sociais, além de criar divisões dentro das próprias igrejas. Embora a proximidade com temas religiosos estivesse presente nos governos de Lula, Dilma e Temer, o fortalecimento do neoconservadorismo e do bolsonarismo intensificou as bases evangélicas. Esse fortalecimento ocorreu em parte devido à convergência em pautas morais, visões de Estado e rearranjos de interesses políticos e socioeconômicos. Com a ascensão do bolsonarismo, as bases

evangélicas se distanciaram do lulismo, refletindo divergências em questões morais, na visão de Estado e na reorganização de interesses políticos e socioeconômicos.

## **2.6 A influência da religião na política brasileira e a ascensão da extrema-direita**

A religião desempenhou e continua a desempenhar um papel significativo na sociedade brasileira, especialmente no que diz respeito à política e às políticas públicas. Desde os tempos coloniais até os dias atuais, tanto o catolicismo quanto o protestantismo exerceram influência sobre a cultura, a política e as instituições do país. A presença marcante da religião na esfera pública tem sido um tema de debate e reflexão, especialmente no que diz respeito à laicidade do Estado e à garantia da liberdade religiosa para todos os cidadãos.

A Constituição Federal de 1988 estabeleceu uma importante base legal para a separação entre Igreja e Estado, garantindo a liberdade de crença e consolidando a laicidade como um princípio fundamental da ordem democrática brasileira, mesmo que a expressão “Estado laico” não esteja explicitamente presente. No entanto, diversos princípios e dispositivos constitucionais garantem a laicidade de forma implícita e estabelecem o Brasil como um Estado Democrático de Direito, fundamentado na liberdade. Essa liberdade, essencial para a laicidade, abrange o direito à liberdade de crença, assegurando o livre exercício dos cultos religiosos e protegendo a consciência individual.

A Constituição, em seu artigo 5º, reforça esses princípios ao garantir a inviolabilidade da liberdade de consciência e de crença (inciso VI), proibir a privação de direitos por motivos religiosos, filosóficos ou políticos (inciso VIII) e garantir o livre acesso à informação religiosa, desde que não imponha coação (inciso IX).

Além disso, o artigo 14º, § 1º, estabelece restrições à subvenção e auxílio estatal às igrejas, permitindo exceções para colaborações de interesse público, como educação e assistência social, desde que não haja favorecimento religioso. A liberdade de expressão, incluindo a manifestação da fé religiosa, é protegida pelo artigo 19º, I. Por outro lado, o artigo 23º, I a X, delinea a separação entre Igreja e Estado, proibindo o ensino religioso em escolas públicas, a oficialização de cultos e a formação de partidos políticos baseados em religião. Finalmente, o artigo 210º, § 1º, estabelece que o casamento civil seja secular e gratuito, não estando condicionado a crenças religiosas para sua realização.

Apesar dessas proteções, a influência religiosa ainda se faz presente na política e na formulação de políticas públicas, com expressiva representação de parlamentares evangélicos

no Congresso Nacional e a defesa de pautas relacionadas à moralidade, à família e aos direitos sexuais. É importante notar, contudo, que há certa diversidade e pluralidade dentro das próprias instituições religiosas. A religião cristã, em diferentes momentos, aproximou-se tanto de pautas liberais quanto de pautas progressistas, influenciando tanto na manutenção do *status quo* quanto na promulgação da CF-88.

Em muitos contextos, políticos têm utilizado a religião como uma ferramenta para mobilizar eleitores, construir coalizões e promover suas agendas políticas. Ao se alinhar com valores religiosos compartilhados por parte da população, políticos buscam estabelecer uma conexão emocional com os eleitores religiosos e ganhar sua confiança e apoio. Eles frequentemente recorrem ao uso de símbolos religiosos em suas campanhas eleitorais e prometem implementar políticas públicas que reflitam esses valores, como iniciativas relacionadas à caridade e assistência social, proteção da vida desde a concepção e defesa da família tradicional.

No cenário político brasileiro contemporâneo, essa instrumentalização da religião se acentuou com a ascensão da nova direita e do neoconservadorismo, fenômenos que podem utilizar a religião como ferramenta para legitimar suas agendas. O neoconservadorismo, com sua defesa de valores, encontra na religião cristã uma poderosa aliada para mobilizar seus seguidores e consolidar seu poder político. Esse movimento, alinhado com tendências globais, destaca a persistente interseção entre política e fé, configurando um campo de disputa por poder que molda as relações sociais e políticas do país.

A nova direita, ao combinar elementos neoliberais e neoconservadores, instrumentaliza a religião para justificar políticas que frequentemente colidem com os direitos civis e marginalizam grupos minoritários. A fé é manipulada para legitimar a autoridade do Estado em questões culturais e sociais, promovendo a exclusão social e a discriminação de qualquer expressão de diversidade. A narrativa construída pela nova direita associa a defesa dos "valores tradicionais" com a preservação da moralidade pública, utilizando a religião como justificativa para políticas excludentes e autoritárias.

Essa realidade se manifesta de forma explícita na utilização de símbolos religiosos em campanhas políticas, na presença marcante de lideranças religiosas em eventos públicos e na retórica que busca associar o destino da nação à defesa de valores cristãos tradicionais. Isso não apenas legitima a agenda política da extrema-direita, mas também reforça a divisão social e a marginalização de grupos que não se alinham a essa visão.



A ascensão da nova direita no Brasil, portanto, não apenas instrumentaliza a religião, mas também se organiza e ascende ao Estado, moldando políticas e instituições de acordo com sua agenda conservadora. A instrumentalização da religião por esses movimentos representa um desafio particular para a laicidade do Estado e para a garantia da igualdade de todas as religiões perante a lei. Ao mesmo tempo, revela a necessidade de uma reflexão profunda sobre os limites entre fé e política, e sobre como a laicidade pode ser preservada em um cenário político cada vez mais polarizado.

### 3 RELIGIÃO E POLÍTICA NA REALIDADE BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA

#### 3.1 Introdução

No decurso desta investigação, buscou-se elucidar a complexa e dialética relação entre o Estado e a religião no Brasil, utilizando uma abordagem qualitativa e exploratória fundamentada no método crítico, histórico e dialético.

A análise desta relação revelou múltiplas camadas de interações que permeiam a formação histórica do Estado brasileiro e a influência pervasiva das instituições protestante e católica na esfera pública e política, além de como se organizam esses segmentos religiosos na ossatura do Estado Brasileiro. A historicidade das relações Estado-religião, a contradição inerente a essas interações e a mediação que se manifesta nas políticas públicas e na construção ideológica da nação.

Os agentes políticos tendem a impulsionar a disputa política utilizando algumas estratégias populistas. Nesse aspecto, eles sabem como conquistar a sociedade em disputa. O Estado brasileiro, constitucionalmente, afastou-se da religião, mas a sociedade não. Por isso, o debate sobre a ascensão da religião à estrutura institucional do Estado brasileiro é importante. Py (2020) propõe uma análise interessante da sociedade como arena de disputa, onde diversos fatores se convergem para favorecer a utilização da religião pela política.

A extrema direita no Brasil se alinhou com agendas religiosas, especialmente com o fundamentalismo cristão, para consolidar o poder político. Houve a utilização de elementos religiosos em campanhas eleitorais e em ações do governo para atrair o apoio de grupos evangélicos, católicos e outros setores conservadores. Essa estratégia incluiu a promoção de valores como a defesa da família tradicional, a oposição ao aborto e a resistência a políticas de diversidade de gênero e orientação sexual.

É evidente que a crescente inserção e organização das matrizes religiosas na política brasileira consolida sua influência no Estado, fortalecendo a extrema direita. A instrumentalização da fé cristã, majoritariamente evangélica e católica, amplifica o papel da religião no cenário político. Dados do Instituto de Estudos da Religião (ISER) mostram que, em 2022, 77,38% dos deputados eleitos se declararam cristãos, sendo a maioria evangélica ou católica.

A pesquisa teve como base uma ampla revisão bibliográfica, abrangendo livros, artigos científicos, periódicos especializados e documentos oficiais do Governo Federal,

disponíveis em bancos de dados acadêmicos, sítios eletrônicos e domínio público. O período analisado compreendeu de 2013 a 2023.

## **3.2 Matrizes religiosas em destaque**

### **3.2.1 Igreja Católica**

A Igreja Católica, segundo os cânones 285 e 287 do Código de Direito Canônico, proíbe seus clérigos de assumir cargos públicos ou participar de sindicatos. Assim, diáconos, padres e bispos não podem se candidatar a cargos políticos ou se sindicalizar, mas não há impedimento aos fiéis. Dessa forma, 45,81% dos deputados se declararam católicos, segundo o DIAP. Apesar de não serem líderes religiosos, esses parlamentares seguem a fé católica e podem usar a doutrina social da Igreja como base moral para orientar suas decisões em temas como justiça social, direitos humanos e ética política, apoiando políticas e candidatos alinhados com esses princípios.

Com a separação entre Igreja e Estado, a Igreja Católica se tornou uma força ativa na construção da sociedade civil, conforme destaca Montero (2013). Embora não tenha líderes religiosos na política, a Igreja ainda exerce influência significativa sobre o Estado. No Brasil, a Igreja se organiza em circunscrições eclesiais, como dioceses e arquidioceses, que são regiões administradas por bispos. Esses bispos se reúnem na Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB), facilitando a comunicação e organização entre as dioceses, promovendo a harmonia das atividades em todo o país.

A CNBB desenvolve, e as circunscrições eclesiais assumem anualmente, a Campanha da Fraternidade, um movimento significativo dentro da Igreja Católica no Brasil. A campanha promove a caridade, solidariedade e dignidade humana, e busca comprometer os cristãos com o bem comum, educando para a vida em fraternidade e renovando a consciência da responsabilidade coletiva na evangelização e promoção de uma sociedade justa e solidária.

Embora a Campanha da Fraternidade expresse as funções pastorais da Igreja, ela possui um caráter progressista. A campanha de 2015, por exemplo, teve como tema "Fraternidade e ecologia integral" e objetivou "denunciar os males que o modo de vida atual impõe ao planeta e que têm gerado uma 'complexa crise socioambiental' (LS 135), dado que em nossa Casa Comum 'tudo está interligado' (LS 16)" (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil, 2024). Essa perspectiva ecoa as críticas de Karl Marx e Friedrich Engels em "O

Capital" e "A Ideologia Alemã", onde apontam que o capitalismo, ao priorizar o lucro sobre as necessidades humanas e ambientais, leva à exploração insustentável dos recursos naturais.

### **3.2.2 Igreja Protestante**

A igreja evangélica é atuante no poder público. Ao contrário de outras tradições religiosas, a maioria das igrejas protestantes não impõe restrições para que seus líderes ocupem cargos públicos. Segundo o Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (DIAP), 17 pastores foram eleitos para a Câmara dos Deputados em 2022. Esse cenário demonstra que a religião não apenas participa do processo eleitoral, mas que líderes religiosos ocupam posições estratégicas nos poderes políticos.

Em algumas denominações evangélicas, essa influência política é mais direta. Embora nem todas sigam esse padrão, a presença dos progressistas evangélicos na sociedade ilustra as disputas internas dentro do campo evangélico brasileiro (Alencar, 2020, p. 190). Mesmo assim, muitos líderes religiosos, baseados em sua moral e valores, orientam seus fiéis a fazerem escolhas que impactam o cenário político.

Essa influência se manifesta de diversas formas, como sermões, orientações diretas ou campanhas específicas que visam moldar o comportamento político dos fiéis. Pastores frequentemente utilizam seus púlpitos para discutir questões políticas, endossar candidatos e organizar campanhas dentro de suas comunidades. Assim, eles influenciam significativamente as opiniões e decisões políticas dos congregados, promovendo candidatos e políticas que refletem suas interpretações das Escrituras e seus valores religiosos.

Uma expressão concreta desse poder político é a Frente Parlamentar Evangélica (FPE), também conhecida como Bancada Evangélica, um dos grupos mais organizados e influentes no Congresso Nacional. Formada por deputados e senadores que compartilham a fé evangélica, atuando de maneira coesa para defender pautas que refletem os valores e princípios de suas denominações religiosas. A ascensão desse grupo ao Estado reflete a capacidade de mobilização das igrejas evangélicas, que utilizam sua estrutura e influência para eleger representantes comprometidos com seus interesses, consolidando assim um bloco de poder dentro das instituições públicas brasileiras.

### **3.3 Ascensão cristã à estrutura institucional do Estado brasileiro**

A religiosidade da sociedade brasileira, a atuação da FPE e a proximidade do governo com pautas religiosas e com grupos cristãos são elementos que constroem um contexto propício para essa instrumentalização. Essa confluência de fatores gera preocupações em relação à laicidade do Estado e à liberdade de crença.

A Frente Parlamentar Evangélica (FPE) é uma larga composição político formada por religiosos evangélicos e simpatizantes das pautas conservadoras cristãs. Logo, a “Frente” congrega a Bancada Evangélica mais políticos que apresentam conexões com seus temas. Assim, a forma mais comum de sua designação esse grupo é “Frente”, que se forma de parlamentares de diversos partidos que lutam pela pauta comum, neste caso “a defesa do evangelho hoje” (Duarte, 2012). E, o “evangelho hoje” é instrumentalizado diretamente pela noção da família tradicional brasileira (Py, 2020, p. 11).

A FPE se destaca como um grupo político relevante no cenário brasileiro surgindo na Assembleia Constituinte de 1986, e tendo sua oficialização na 52ª Legislatura em 2003. Esta frente surgiu como uma resposta às demandas de representação política dos evangélicos, que viram na organização uma oportunidade de influenciar diretamente as decisões políticas e legislativas do país. Ao longo dos anos, a FPE experimentou um aumento expressivo em sua representatividade, alcançando um número significativo de congressistas signatários e exercendo considerável influência nas decisões políticas do país. Nesse período, a FPE recebeu apoio do governo, e encontrou terreno fértil para seu crescimento em um contexto marcado pela ascensão do protestantismo pentecostal no Brasil. Essa vertente religiosa, com sua crescente base de fiéis, passou a ter maior representatividade política.

A força da FPE reside na sua capacidade de mobilização e articulação, unindo diferentes denominações religiosas em torno de pautas comuns. Entre os temas frequentemente defendidos pela bancada estão a proteção dos valores da família tradicional, a oposição ao aborto e a resistência a políticas que promovam a diversidade de gênero e orientação sexual. Esta unidade e clareza de propósito permitiram que a bancada evangélica alcançasse posições estratégicas dentro do Congresso, influenciando comissões e decisões importantes.

Nesse contexto, Bolsonaro incentivou a candidatura de religiosos a cargos públicos e promoveu a participação ativa dos fiéis em campanhas e eleições. Essa abordagem resultou em um aumento significativo da representação evangélica nos diferentes níveis de governo, consolidando sua influência na agenda política nacional. O fundamentalismo religioso contribuiu significativamente para a ampliação do espaço político dos religiosos no Brasil, com seu discurso caracterizado por uma forte retórica moral e a defesa intransigente de

valores religiosos ressoando amplamente entre os eleitores cristãos, galvanizando apoio e aumentando a mobilização política desse grupo.

Além da organização interna no legislativo, os membros da FPE sempre cultivaram uma proximidade estratégica com os chefes do executivo. Esta relação se manifesta em apoio político mútuo, onde os líderes religiosos oferecem suporte eleitoral em troca de atenção às suas demandas no governo. Tal proximidade é visível em diversas administrações, onde presidentes e governadores buscam o apoio das lideranças cristãs para fortalecer suas bases políticas e garantir estabilidade governamental.

Esse apoio não é apenas simbólico, mas também prático, com líderes cristãos sendo nomeados para cargos estratégicos dentro do governo, como ministérios e secretarias que tratam de questões sociais e de direitos humanos. Foi o caso de Damare Alves, pastora evangélica, que ficou responsável pelo Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos no governo Bolsonaro. Assim como pela indicação do Pastor André Mendonça para o cargo de ministro do Supremo Tribunal Federal. Esta inserção em cargos públicos permitiu que bases religiosas exercessem uma influência forte e direta na formulação e implementação de políticas públicas, moldando-as de acordo com seus valores e crenças religiosas. Pode-se, portanto, dizer que as igrejas cristãs tiveram grande influência na vitória de Bolsonaro.

Durante o Governo Dilma Rousseff e 55ª Legislatura, a FPE já se encontrava consolidada como uma força política relevante, contando com 198 deputados e 4 senadores em suas fileiras como apresentado na Tabela 1. Nesse período, o grupo se posicionou firmemente em apoio ao *Impeachment* da presidenta, demonstrando sua influência em momentos cruciais da história recente do Brasil. Da mesma forma demonstrou ser um ator político decisivo em votações de projetos de lei relevantes. Um exemplo marcante foi na aprovação da Reforma Trabalhista de 2017. Dos 198 deputados da bancada evangélica na época, 165 votaram a favor da reforma, evidenciando o peso do grupo nas decisões legislativas (Santos; Da Silva, 2023). Vale destacar que essa posição gerou debates acalorados e dividiu opiniões sobre o papel da FPE na esfera política.

Com a ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, a FPE vivenciou um novo impulso em seu crescimento, contando agora com 203 deputados e 9 senadores. Ainda como um candidato a presidência, Bolsonaro se posicionava próxima a pautas religiosas, proferindo versículos bíblicos e tendo como lema a frase “Brasil acima de tudo, Deus acima de todos”. Com sua vitória ao cargo, e mantendo um discurso religioso, cresceu a percepção de que o presidente

defendia a moral cristã e certos valores apreciados pela população. Ganhou o apreço de muitos eleitores, e com reuniões em espaços aberto com grande número de presentes.

Até o ano de 2023, durante o terceiro Governo Lula, o número de senadores signatários da FPE aumentou em 550% em relação à 55ª Legislatura, demonstrando a crescente ascensão do grupo no Congresso Nacional. A FPE se consolidou como um ator político relevante no cenário brasileiro, exercendo considerável influência nas decisões políticas do país. Sua trajetória, marcada por um crescimento expressivo, posicionamento político firme e influência crescente nas decisões legislativas, demonstra a importância de se compreender o papel da FPE na dinâmica política nacional.

Tabela 1 - Número de deputados e senadores signatários da FPE

<b>Legislatura</b>	<b>Governo</b>	<b>Período</b>	<b>Deputados</b>	<b>Senadores</b>
55°	Dilma	09/11/2015	198	4
56°	Bolsonaro	17/04/2019	203	9
57°	Lula	23/05/2023	207	26

Fonte: Câmara Dos Deputados (2015); (2019); (2023).

O alinhamento de grupos religiosos com as autoridades políticas, como apontado, não é um fenômeno novo no Brasil. No início do novo milênio, a FPE ganhou força e recebeu apoio do governo Lula. Porém, a partir de 2013, a disputa eleitoral passou a ser, com maior expressividade, alvo das grandes corporações evangélicas (Py, 2020). Seus efeitos tornaram-se mais claros nos últimos anos, com o fundamentalismo religioso se tornando uma marca registrada do bolsonarismo, solidificando-se como um movimento político de extrema direita caracterizado por um discurso anticomunista, ultranacionalista, autoritário e recheado com discursos de ódio.

O nacionalismo, quando se manifesta de maneira extremista como no caso do bolsonarismo, pode ter consequências profundas e problemáticas. A associação com o fundamentalismo religioso e a extrema direita não apenas intensifica a polarização política, mas também legitima e amplifica discursos de ódio e exclusão. A combinação de ultranacionalismo e autoritarismo pode enfraquecer instituições democráticas, promover intolerância e minar os princípios de direitos humanos e pluralismo. Além disso, o discurso anticomunista e a retórica inflamada podem distorcer debates políticos e sociais, promovendo

uma visão estreita e divisiva da sociedade que pode comprometer o diálogo construtivo e a coesão social.

### **3.4 Religião e política no Brasil: mediação, instrumentalização e conflito na era da laicidade estatal**

Apesar do princípio constitucional de laicidade do Estado, a historicidade das relações Estado-religião no Brasil revela que a religião manteve uma influência significativa nas esferas política e social. O Estado laico não impediu que as instituições religiosas continuassem a exercer um papel de destaque, nem bloqueou a busca de apoio na religião por parte de líderes políticos. Este fenômeno é evidenciado pela constante instrumentalização da fé e dos valores religiosos em discursos e práticas políticas, que muitas vezes utilizam a moralidade religiosa como um meio de legitimação das ações governamentais.

Após o processo de laicização, a religião cristã construiu uma forte influência na sociedade civil, demonstrando sua capacidade de adaptação e permanência como uma força relevante na configuração social e política do Brasil. No entanto, como discutido anteriormente, o Estado é uma criatura da sociedade, o que implica que a influência religiosa sobre a sociedade civil inevitavelmente se reflete na estrutura e nas práticas estatais. A religião, ao manter sua presença ativa na sociedade, continua a moldar opiniões, comportamentos e, por extensão, as políticas públicas através de sua interação com os agentes políticos.

Neste contexto, a religião não apenas coexiste com o Estado, mas frequentemente atua como mediadora e, em muitos casos, como fonte de legitimação de políticas e projetos governamentais. Esta mediação se dá por meio de alianças estratégicas entre líderes religiosos e políticos, que se utiliza de retóricas e símbolos religiosos para mobilizar apoio e justificar suas agendas. Tal dinâmica é particularmente visível nos períodos eleitorais, onde a instrumentalização da fé e dos valores religiosos se torna uma ferramenta potente para a consolidação de poder, angariando apoio popular e consolidar projetos políticos.

Dessa forma, é evidente que a relação entre Estado e religião no Brasil é caracterizada por uma complexa teia de interações que influenciam e são influenciadas pelas conjunturas políticas e sociais. Entre os posicionamentos perpetuados por alguns políticos, e reforçados por personalidades religiosas, trata sobre a aversão ao comunismo. Em meio à polarização política no Brasil, a direita brasileira usa um discurso moralista em oposição ao marxismo.



Um fato que se percebeu nas eleições de 2018 e 2022 foi à disseminação do termo marxismo cultural para garantir o fortalecimento do conservadorismo e o neoliberalismo.

É de praxe que o marxismo prega que é necessária a derrota do capitalismo por meio da reapropriação dos meios de produção pelos trabalhadores. Mas o marxismo cultural<sup>6</sup> entende que a moral, a política, a religião, a família, a mídia, a educação seriam dominadas por preceitos comunistas, e de pouco em pouco, todos seriam dominadas por essa ideologia. Ou seja, é uma estratégia para criar sensação de ameaça em relação a determinadas ideias ou grupos políticos, construindo a imagem de um inimigo comum e externo que tem um “plano secreto” para corromper a sociedade.

A revolução cultural, como essas pessoas chamam, se daria através de mudanças gradativas na cultura da nação e pela implementação dos dogmas da esquerda nos indivíduos. Dessa forma, o comportamento e a mentalidade – incluindo a visão política – da população seria alterada, abrindo portas para que o comunismo fosse instaurado (Moya, 2019).

A ameaça comunista não é novidade no Brasil, e foi utilizada em algumas situações para validar golpes e eleições. O regime ditatorial de Getúlio Vargas intensificou a propaganda anticomunista para manter o controle da população e reprimir qualquer tipo de dissidência. Da mesma forma, a ameaça comunista foi um dos principais argumentos utilizados pelos militares para justificar a derrubada do governo democrático de João Goulart. Esses argumentos foram intensificados num contexto pós-Revolução Russa de 1917, e a Guerra Fria, após a segunda grande guerra.

Esse termo, no Brasil, se insere em um contexto do fortalecimento do conservadorismo e do populismo, como estratégia da manutenção do neoliberalismo. Os problemas estruturais de um país de capitalismo dependente tornam-se fatores favoráveis ao lado da desigualdade social, insegurança e desinformação, ao favorecer o discurso do marxismo cultural e pautas que prometem soluções simples para problemas complexos. No entanto, é crucial reconhecer que tais promessas são muitas vezes vazias, servindo apenas para manipular a opinião pública e manter o *status quo*.

Em um cenário social marcado por desigualdades e tensões, a religião se torna palco de disputas políticas, muitas vezes instrumentalizada por líderes em busca de poder e controle social. Essa manipulação do povo pela fé, frequentemente sustentada por um discurso de ódio

---

<sup>6</sup> Marxismo Cultural é uma teoria conspiratória que alega a existência de um movimento ideológico oculto, influenciado por pensadores marxistas, que visa transformar a cultura ocidental para implementar o socialismo. A ideia sugere que instituições como a educação, a mídia e a política estão sendo usadas para minar valores tradicionais, promovendo ideias progressistas sobre gênero, sexualidade, raça e classe social.

e medo, visa deslegitimar pautas progressistas como igualdade de gênero, direitos LGBTQIA+, ambientalismo e justiça social.

A influência da religião na política brasileira é profunda, enraizada em um passado colonial marcado pela fé cristã. Mesmo com a laicidade do Estado, essa influência se perpetua. Ortiz (2006) ao analisar a perspectiva gramsciana, argumenta que a religião tem um valor cognitivo, concebendo-a como uma ética que não só interpreta o mundo, mas também direciona as ações, estabelecendo uma forma particular de solidariedade. Assim, ela atua como um elemento unificador entre os vários segmentos de uma sociedade hierárquica, desempenhando uma função de coesão cultural. “A religião integra o que se encontra separado, crivado por lutas de interesses e desavenças doutrinárias” (Ortiz, 2006, p. 99).

No entanto, os agentes políticos cientes do poder das pautas religiosas, mobilizam seus eleitores para uma “guerra santa” contra problemas que até podem ser reais. Mas a falta de criticidade e a manipulação da verdade se configuram como armas poderosas nas mãos desses líderes, que exploram as emoções e os valores religiosos do povo para garantir sua própria agenda. A religião que poderia ser um espaço de paz e união, perde sua função de solidariedade, como já ocorreu em certos períodos históricos no mundo, e gera divisão e manipulação.

Por outro lado, figuras políticas como Lula e Bolsonaro demonstram tendências liberais em suas ações. Cada país tem um contexto sociocultural, no contexto europeu, o liberalismo desafiou a hegemonia da Igreja Católica a partir do Iluminismo, defendendo a separação entre Igreja e Estado e a liberdade de expressão e pensamento. No Brasil, o liberalismo influenciou a Proclamação da República em 1889, que instituiu o Estado laico. O que acabou enfraquecendo a religião cristã como um todo e limitou o poder da religião na esfera pública, abrindo espaço para a pluralidade de crenças e a autonomia individual. O avanço da ciência e da racionalidade, pilares do liberalismo, questionou dogmas religiosos e incentivou o ceticismo em relação à fé.

Bolsonaro, por exemplo, acusa seus opositores de serem contra valores cristãos e potenciais corruptores dos costumes, classificando-os como comunistas. No entanto, defender a moral cristã e se aproximar da nova direita e do neoconservadorismo gera uma contradição em seus posicionamentos. O neoliberalismo, vertente contemporânea do liberalismo, apresenta uma relação ambígua com a religião. Por um lado, defende a liberdade individual e a tolerância religiosa, valores compatíveis com doutrinas cristãs. Por outro lado, sua ênfase no individualismo e na livre iniciativa pode chocar com princípios religiosos que defendem a

coesão social e a caridade. Essa ambiguidade permite que o neoliberalismo seja utilizado tanto por grupos religiosos quanto por aqueles que defendem a laicidade do Estado.

### **3.5 A influência de Jair Bolsonaro no Brasil**

A vitória de Jair Bolsonaro nas eleições de 2018 está fortemente ligada ao apoio do eleitorado evangélico, um grupo de extrema importância para sua campanha. Apesar de não ter sido o primeiro a buscar esse apoio, seu fundamentalismo religioso tornou-se uma marca distintiva de sua campanha. Com um posicionamento conservador que abrangia questões raciais e de orientação sexual, seu discurso frequentemente continha elementos de ódio. Esse posicionamento, por vezes, contrastava com a mensagem dos Evangelhos, que, do ponto de vista histórico, são a base da literatura cristã e retratam a vida de Jesus Cristo. O amor ao próximo, inclusive aos inimigos, era um princípio central dos ensinamentos de Jesus. Ele pregava a compaixão pelos mais necessitados e a superação do ódio e da violência.

Na sua trajetória política teve uma carreira política diversificada, tendo sido vereador, deputado e presidente por diferentes partidos. A maioria desses partidos apresentava uma orientação política como a defesa do liberalismo econômico, valores conservadores e ou cristãos, e uma postura mais favorável ao livre mercado com fortalecimento do agronegócio. Em novembro de 2021, ele se filiou ao Partido Liberal (PL), conhecido por seu pragmatismo extremo e fisiologismo, participando de coalizões com governos de diferentes orientações políticas, o que sugere uma busca mais por poder e benefícios do que por implementação de uma agenda ideológica clara.

Durante as eleições de 2018, o Partido Social Liberal (PSL), pelo qual Bolsonaro concorreu, conquistou a segunda maior quantidade de cadeiras na Câmara dos Deputados. Da mesma forma, os 203 deputados signatários da FPE em 2019, 43 eram do PL, deixando claro a que o partido legislou a favor de projetos que respondiam aos interesses em torno dos temas religiosos. Já em 2023, esse número quase dobrou, chegando 78 deputados. Nesse mesmo ano, Bolsonaro foi nomeado presidente de honra do partido.

A concentração de poder em Bolsonaro no cenário político brasileiro demonstra que houve o fortalecimento do neoconservadorismo, impulsionado por um discurso populista. Além disso, evidencia que o fenômeno Bolsonaro aumentou a divisão social e promoveu políticas que priorizam interesses religiosos sobre interesses coletivos. Além disso, Bolsonaro enfraqueceu as instituições democráticas, comprometendo a pluralidade e o debate necessário

para uma democracia saudável. A ascensão dos congressistas da FPE reflete não apenas uma mudança nas prioridades legislativas, mas também um desafio contínuo para a manutenção de um equilíbrio entre diferentes visões e valores dentro do processo democrático brasileiro.

Embora tenha ocorrido a laicização do Estado e a religião tenha se tornado cada vez mais um aspecto da vida privada, a laicização da cultura tem acontecido mais lentamente. (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998) Esse processo é particularmente evidente no Brasil, onde a maioria da população é cristã. Nesse contexto, Bolsonaro enfraqueceu o caráter laico do Estado brasileiro, interrompendo o processo de separação entre Igreja e Estado e utilizando a fé como um *Instrumentum regni* em um país marcado pelas expressões da *Questão Social*.

Nas eleições de 2018, o presidente Lula liderava as pesquisas de opinião sobre as intenções das eleições presidenciais no Brasil, mas foi condenado no caso tríplex do Guarujá (parte da Operação Lava Jato) em abril, sob o comando do então juiz Sergio Moro. Com a confirmação da segunda condenação em julgamento, Lula foi sujeito à Lei da Ficha Limpa e proibido de concorrer às eleições presidenciais. Bolsonaro controlou as massas por meio de um discurso anticorrupção, prometendo salvar o país de todos os distúrbios, e culpabilizou os governos petistas por todos esses problemas, transformando-os em um inimigo comum. Além disso, sofreu um atentado, sendo esfaqueado durante a campanha eleitoral, fato que construiu a imagem de um cordeiro imolado, que só desejava ajudar o país, mas quase foi abatido.

No contexto mencionado, pode-se dizer que o crescimento do neoconservadorismo e a influência de Bolsonaro exemplificam uma tentativa de estabelecer uma hegemonia cultural e política no Brasil. Esse movimento busca moldar a política de acordo com valores conservadores e religiosos, desafiando e potencialmente marginalizando outras perspectivas e direitos civis. Esse processo pode ser visto como uma estratégia para consolidar poder e influenciar o debate público, alinhando-o com os interesses do grupo dominante. A hegemonia é mantida não apenas pela força, mas pela construção de consenso através das instituições culturais, políticas e sociais (Bobbio; Matteucci; Pasquino, 1998).

### **3.6 Religião, populismo e controvérsias**

A estratégia de Bolsonaro na campanha eleitoral combinou elementos religiosos, econômicos e políticos para conquistar diferentes setores da população. A utilização da religião como ferramenta política gerou debates, mas sua defesa do agronegócio, das privatizações e da classe média encontrou apoio em segmentos importantes da sociedade

brasileira. Bolsonaro se aproximou de lideranças religiosas influentes, como o pastor Silas Malafaia, líder da Assembleia de Deus Vitória em Cristo, visando o apoio da comunidade evangélica.

Bolsonaro também se posicionou como defensor do agronegócio, um dos setores mais importantes da economia brasileira. Essa postura o aproximou de grandes proprietários de terra e do setor empresarial. Além disso, ele defendeu a privatização de empresas estatais, prometendo maior eficiência e atração de investimentos. Para reforçar sua agenda econômica, Paulo Genuíno foi escolhido como ministro da Economia. Guedes, sendo experiente economista, defendia medidas liberais e austeras para alcançar o equilíbrio fiscal e retomar o crescimento econômico. Por vezes, Guedes afirmou que Bolsonaro representava os interesses da classe média, que se sentia esquecida pelos governos anteriores. Essa mensagem encontrou eco em um segmento da população que buscava soluções para problemas como a inflação, o alto custo de vida e a estagnação da renda.

Em um Brasil marcado por heranças coloniais e abismos sociais, a criminalidade se apresenta como um problema de múltiplas faces. A pobreza, a marginalização e a falta de oportunidades alimentam esse ciclo de violência, que atinge com mais força os negros e outros grupos marginalizados. É fundamental reconhecer a interseccionalidade entre esses fatores para se buscar soluções eficazes e duradouras.

Estatisticamente, no país, os mais pobres são pessoas negras, assim como são os mais vulneráveis à criminalidade. Mas é crucial combater estereótipos e realização de ações afirmativas. No cerne da defesa da família tradicional, Bolsonaro e os parlamentares que se beneficiaram do crescimento da direita defendiam a manutenção da segurança pessoal por meio do uso de armas. “Esses parlamentares defenderam, em sua grande maioria, a revisão do Estatuto do Desarmamento, a redução da maioria penal e a criação de leis mais rígidas para punir crimes” (Ciocari; Persichetti, 2018, p. 202).

Nessa lógica, a defesa de leis mais duras e um decreto que flexibilizava a posse de arma, ignorou as raízes socioeconômicas da criminalidade, levando a um ciclo vicioso de violência e encarceramento. Investir em educação de qualidade, programas de geração de renda e políticas públicas que combatam a desigualdade são medidas eficazes para reduzir a criminalidade, o que não foi o foco do Governo Bolsonaro. Apesar de que a criminalidade realmente precisa ser resolvida, a abordagem sobre isso é, comumente, carregada de preconceitos.

Além disso, alguns outros temas sensíveis na população brasileira que carecem de um debate educativo, como a discriminação de gênero, raça, religião e orientação sexual, foram abordadas por Bolsonaro. No entanto, ele frequentemente tratou desses assuntos de maneira que instigava outros a perpetuar tais discriminações em suas falas e, em alguns casos, em ações. Essa abordagem, muitas vezes extremamente agressiva, configura discurso de ódio, com potencial para incitar violência, disseminar atitudes discriminatórias e causar ofensas e intimidações a indivíduos e grupos minoritários (Cioccarì; Ezequiel, 2017).

Através de uma análise comparativa, é evidente a divergência de valores e princípios defendidos por Bolsonaro a teologia cristã em sua essência. Cabe lembrar que este debate se limita ao âmbito acadêmico, não buscando validar a literalidade da Bíblia, mas sim seu significado essencial. O amor ao próximo está presente em diversos mandamentos bíblicos, como "Amarás o teu próximo como a ti mesmo" (Mateus 22:39). Esse amor deveria ser para todos, sem distinções. Portanto, qualquer discurso que instiga o ódio e discriminação está em desacordo com os princípios basilares do cristianismo, que preza uma sociedade baseada no respeito mútuo e na dignidade humana. Diante disso, a aproximação de Bolsonaro a líderes religiosos e a propagação de um discurso de ódio são contraditórias.

Bolsonaro, com fins políticos e buscando se apresentar como o salvador da nação da corrupção, manipulou o versículo "Conhecereis a verdade e a verdade vos libertará", presente no Evangelho de João, capítulo 8, versículo 32. Mas seu significado original foi totalmente desvirtuado por ele. Na teologia joanina, a verdade não é um conceito político, mas sim se personifica em Jesus Cristo. Em João 14:6, Jesus declara: "Eu sou o caminho, a verdade e a vida". Desse modo, a verdade que liberta é, em última análise, o próprio Cristo e o conhecimento aprofundado sobre ele. Assim, mais uma vez, Bolsonaro incorre em contradição ao distorcer uma verdade bíblica e aplicá-la a si mesmo. Dizia ser um cristão, mas não demonstrou respeitar ou conhecer nem mesmo a Bíblia.

Aqueles que emitem, publicam ou postam expressões de ódio contra uma minoria estão contribuindo para o aumento da violência na sociedade. Mesmo que um discurso de ódio isolado possa não parecer tão significativo, ele é um ataque geral e difuso e, em alguns casos, até mesmo implícito (Cioccarì; Ezequiel, 2017, P. 214).

O discurso de ódio e a banalização da violência podem gerar consequências devastadoras. Em um contexto de alarmantes índices de estupro contra mulheres no Brasil, a figura do Bolsonaro se destaca. Suas ações em diversas situações, incluindo a ofensiva resposta à deputada Maria, que o chamou de estuproador, quando ele era deputado e

respondeu: “Jamais estupraria você porque você não merece”, expõem um comportamento inaceitável que contribui para um ambiente social que tolera e normaliza a violência contra a mulher.

A luta contra a violência contra as mulheres exige um compromisso coletivo. Comportamentos inaceitáveis, apoiar as vítimas e exigir medidas efetivas das autoridades para combater esse mal que assola nossa sociedade. Diante de um cenário marcado por dados alarmantes, como o alto índice de estupros no Brasil como apresentado na Tabela 2, a postura de figuras políticas que incitam o ódio contra mulheres representa um retrocesso na árdua jornada por igualdade e justiça. As palavras e atitudes de Bolsonaro não apenas demonstram um profundo desrespeito pelas mulheres, mas também banalizam o crime de estupro, minimizando o sofrimento das vítimas e perpetuando a cultura do machismo.

Tabela 2 - Registro de violência sexual contra mulheres do tipo estupro no Brasil.

<b>Ano base</b>	<b>Registro de estupros</b>
2015	17800
2016	19900
2017	23800
2018	27400
2019	30500
2020	26300
2021	30500
2022	38700

Fonte: Brasil. Ministério da Saúde (2023c).

Durante a pandemia no Brasil, a COVID-19 deixou um rastro de dor e luto, com mais de 700 mil óbitos registrados oficialmente. Essa estatística cruel, por si só, evidencia a dimensão da tragédia que assolou o país. Os hospitais ficaram superlotados, os profissionais exaustos e insumos em falta. O Sistema Único de Saúde, apesar de toda sua estrutura, não conseguiu atender com dignidade a todos os pacientes, evidenciando a falta de investimento na área a época. A rede privada de saúde, comumente vista com maior qualidade, também se viu saturada, evidenciando que o acesso à saúde de qualidade é um problema crônico da sociedade brasileira.

Nem no cemitério havia espaço para todos. A imagem de máquinas abrindo covas em massa e enterros apressados nos cemitérios é um retrato pungente da desumanização causada pela pandemia. A falta de espaço para os mortos é um símbolo do colapso do sistema funerário e da dor profunda que atingiu tantas famílias.

Os profissionais de saúde enfrentaram dilemas éticos excruciantes, obrigados a tomar decisões cruéis sobre quem teria a chance de viver, diante da escassez de recursos. Essa Escolha de Sofia<sup>7</sup> médica, imposta pelas falhas do sistema, “foi realizada” da mesma forma por Bolsonaro, escolhendo estritamente a economia em detrimento a saúde do povo. Essa postura teve um impacto direto no aumento do número de mortes e no agravamento da crise sanitária. Não bastassem todos os problemas estruturais do país, o presidente em sua posição de destaque demonstrou não se importar com o que vinha acontecendo.

Diante da calamidade que o país enfrentava frases como "Eu não sou coveiro, tá certo?" e "E daí, lamento. Quer que faça o quê? Eu sou Messias, mas não faço milagre" em resposta à tragédia da pandemia revela uma profunda falta de empatia e responsabilidade por parte do então presidente da República. Essas declarações não apenas desconsideraram o sofrimento das pessoas afetadas, mas também demonstrou uma atitude desdenhosa e indiferente em relação à perda de vidas.

Bolsonaro, ao se aproximar das bases evangélicas, mostrou aos seus apoiadores que iria construir uma relação fundamentada na moral e nos valores cristãos. No entanto, suas declarações contradizem esses valores, revelando uma mentalidade egoísta e desumana. Lamentavelmente, essa postura também se estendeu aos líderes religiosos e apoiadores do presidente, evidenciando uma exploração da religião para ganhos políticos. A influência dessas atitudes contribuiu para a tragédia da pandemia, minando esforços coletivos e promovendo divisões prejudiciais à sociedade.

### **3.7 Fundamentalismo religioso e política: a influência da Frente Parlamentar Evangélica durante o governo Bolsonaro**

Durante o governo de Jair Bolsonaro (2018-2022), houve uma notória aproximação entre o presidente e a FPE, refletindo o fundamentalismo religioso característico de sua administração. Essa constatação emergiu de uma análise documental das pautas e expressões

---

<sup>7</sup> Durante a pandemia de COVID-19, o termo "Escolha de Sofia" foi usado para descrever as difíceis decisões enfrentadas por profissionais de saúde em contextos de crise, como escolher quais pacientes morreriam, especialmente quando a capacidade de tratamento era insuficiente para todos.



contemporâneas de segmentos religiosos na estrutura institucional do Estado brasileiro, concentrando-se nas manifestações dos representantes evangélicos no Congresso Nacional e nos projetos de lei propostos por eles durante o Governo Bolsonaro. Além disso, a análise se fundamentou em documentos oficiais disponibilizados pelo Governo Federal, buscando compreender de que maneira os princípios e ideais evangélicos se refletiram nas tomadas de decisão políticas do país.

Durante o período de 2018 a 2022, um ato da FPE que refletiu o fundamentalismo religioso foi a publicação do manifesto "O Brasil para os Brasileiros", estruturado em quatro eixos de ação: Modernização do Estado, Segurança Jurídica, Segurança Fiscal e Revolução na Educação. Os eixos objetivavam direcionar ações para a solução dos principais problemas do desenvolvimento nacional, promovendo uma estabilidade econômica e institucional, associado ao desenvolvimento econômico e social.

O documento é descrito como um planejamento estratégico destinado a guiar a atuação da FPE nas decisões e pautas apresentadas no Congresso Nacional e em outras casas legislativas a nível estadual e municipal, com a intenção de criar um novo Brasil alinhado com os interesses da frente parlamentar, promovendo a ideia de ser um desejo popular. Nesse sentido, no período em questão, a FPE posicionou-se como uma força política que representava os interesses do povo brasileiro, majoritariamente cristão, e influenciava e moldava os valores desse grupo. Comprometida com a reforma do Estado e com a implementação de um programa que buscava corrigir as distorções do sistema eleitoral, a FPE promovia assim um governo mais responsivo aos interesses desse segmento da população.

Logo no prefácio, o "Manifesto à Nação" elabora uma crítica abrangente ao sistema eleitoral brasileiro, argumentando que este sistema dificulta a responsabilização dos agentes políticos e cria um distanciamento entre eleitores e eleitos, contribuindo, por exemplo, para a corrupção. Além disso, defende que o monopólio dos partidos políticos na representação restringe a verdadeira escolha popular, resultando em oligarquias partidárias e disfunções que prejudicam o funcionamento da democracia. Essas ideias ganharam ampla divulgação entre os apoiadores de Bolsonaro, refletindo uma preocupação compartilhada com a integridade do processo democrático. Mas, contraditoriamente, diante da declaração de vitória de Lula nas urnas em 2022, os seguidores de Bolsonaro expressaram seu descontentamento, alegando possíveis irregularidades na contagem dos votos. Tal descontentamento culminou em protestos que se estenderam por todo o país, incluindo o fechamento de rodovias como forma

de manifestação. Esses mesmos apoiadores, no entanto, não questionaram a vitória nas urnas de outros políticos “bolsonaristas”.

A defesa de valores cristãos e da família no Manifesto, embora legítima para o grupo que a propõe, suscita uma reflexão sobre o impacto de tais valores na pluralidade democrática e no respeito à diversidade religiosa e cultural do país. Takayama, deputado coordenador da frente na época, argumentou que, embora a maioria dos brasileiros seja cristã, não se devia permitir que uma minoria impusesse suas visões sobre a maioria. Essa postura, fortalecida por Bolsonaro, atrela-se a um discurso de ódio que marginaliza aqueles que não compartilham da mesma fé, violando o princípio do Estado laico e a liberdade religiosa garantida pela Constituição. Além disso, as propostas de reforma eleitoral, disfarçadas de críticas ao sistema proporcional, concentraram poder em grupos específicos, como líderes evangélicos, resultando em uma representatividade desequilibrada e no silenciamento de minorias e grupos politicamente menos organizados.

O Estado brasileiro, então, configurou-se como um Estado cristão, segregando aqueles que não compartilhavam da mesma fé, fazendo-os sentir-se marginalizados em meio ao privilégio religioso de alguns. Além disso, outros grupos se sentiram deslegitimados ao enfrentarem preconceitos relacionados à sua cor, raça, gênero, orientação sexual e identidade de gênero. Esses indivíduos, por conseguinte, conduziam-se “como estranhos ao Estado, opondo à nacionalidade real sua nacionalidade quimérica e à lei real sua lei ilusória, crendo-se com o direito de manter-se à margem da humanidade, a não participar, por princípio, do movimento histórico” (Marx, 1984, p. 2).

A emancipação política do judeu, do cristão e do homem religioso em geral é a emancipação do Estado do judaísmo, do cristianismo e, em geral, da religião. De modo peculiar à sua essência, como Estado, o Estado se emancipa da religião ao emancipar-se da religião de Estado, isto é, quando o Estado como tal não professa nenhuma religião, quando o Estado se reconhece muito bem como tal. A emancipação política da religião não é a emancipação da religião de modo radical e isento de contradições, porque a emancipação política não é o modo radical e isento de contradições da emancipação humana (Marx, 1984, p. 7-8).

No mesmo sentido, a dicotomia entre a representatividade política e a defesa fervorosa dos líderes religiosos pelo governo acabou por criar um discurso de ódio excessivo. Isso deixou muitos fiéis em uma posição desconfortável, sentindo-se perdidos em sua fé. Enquanto esperavam que seus líderes religiosos os guiassem para uma vida de valores e compaixão, perceberam uma contradição preocupante. Em vez de promover a justiça social e a inclusão, essa aliança entre líderes religiosos e o governo alimentava divisões e promovia uma agenda

baseada em intolerância e polarização. Esse conflito entre os princípios da fé e o apoio político exacerbado causou uma crise de identidade para muitos cristãos, questionando sua própria relação com a religião e a política.

Enquanto isso, a narrativa da FPE sobre um novo Brasil alinhado com os desejos populares colidiu com a realidade de suas práticas repressivas. Legislações como a Lei nº 13.846/2019 da Reforma da Previdência e políticas como a simplificação de procedimentos relacionados ao uso de armas, apoiadas por parlamentares cristãos, evidenciam um retrocesso nos direitos sociais, fortalecimento da violência estrutural e uma reafirmação das mesmas estruturas de poder criticadas pelo próprio movimento. Em vez de promover um Brasil mais justo e democrático, a FPE reprimiu movimentos sociais, incluindo minorias étnicas, mulheres e a comunidade LGBTQIA+, perpetuando assim a exclusão de grupos marginalizados. Além disso, a desregulamentação do mercado em prol de interesses empresariais resultou na perda de direitos sociais e trabalhistas, agravando as condições de vida das camadas mais vulneráveis e intensificando a desigualdade social.

Os eventos ocorridos em 8 de janeiro de 2023, apoiados por Jair Bolsonaro e fortalecidos por signatários da FPE, evidenciam ataques significativos à democracia brasileira. Esses episódios revelam que as propostas do manifesto não tinham o propósito de fortalecer a democracia nem de promover a proximidade entre eleitores e eleitos. Pelo contrário, estavam a serviço de interesses específicos, buscando consolidar um poder centralizado alinhado aos seus valores. Alguns manifestantes sugeriram que a manifestação era comparável a uma “guerra santa”, como fica evidenciado pelo lema “Deus, Pátria, Família”.

O Deputado Eduardo Bolsonaro apresentou na época o Projeto de Lei 5358/16, que visava alterar a Lei Antirracismo (Lei nº 7.716/89) para incluir o "fomento ao embate de classes sociais" como crime. Além disso, o projeto propôs modificar a Lei Antiterrorismo (Lei nº 13.260/16), incluindo o referido fomento como ato terrorista. (Câmara dos Deputados, 2017) O deputado argumentava que o comunismo tinha o potencial de promover o terrorismo e, por isso, deveria ser proibido. Diante dos atos antidemocráticos de 8 de janeiro, percebe-se que é contraditório condenar o comunismo, acusando-o de ser nefasto e de colaborar para a perversão e revoltas, quando manifestantes revoltosos depredaram bens públicos, destruíram obras de arte e cometeram atos considerados perversos. Um exemplo disso foi registrado em vídeo, no qual uma manifestante bolsonarista abaixou as calças e mostrou as nádegas de maneira pejorativa, ato que foi amplamente compartilhado em grupos nas redes sociais.

No âmbito religioso, a menção a “Deus” evoca uma série de expectativas e normas comportamentais que, para alguns, representam uma entidade central e fundamental que permeia todos os aspectos da vida e da fé, sendo uma fonte de segurança. Para outros, entretanto, essas expectativas podem ser percebidas como imposições arbitrárias que restringem a liberdade individual e marginalizam aqueles que não se encaixam em determinados padrões religiosos. A polarização presente no Brasil afetou negativamente a relação com a religião. Grupos de apoiadores de Bolsonaro, majoritariamente cristãos, pressionavam outros cristãos que não o apoiavam, chegando a prejudicar a saúde mental daqueles que acreditam em Deus, fazendo-os sentirem-se errados por não defenderem certos princípios. Em uma hipérbole, se pudessem, crucificariam um cristão que não fosse bolsonarista.

A noção de "Pátria" fica sujeita a questionamentos frente às políticas econômicas e sociais que Bolsonaro e líderes religiosos apoiavam. A maioria dessas políticas privilegiavam determinados grupos em detrimento de outros, resultando em desigualdades e injustiças sociais. Nesse contexto, a ideia de uma "Pátria Amada" pareceu desmoronar quando Lula foi eleito, pois a retórica bolsonarista nas redes sociais sugeria um desejo de que a economia fosse prejudicada e que os trabalhadores ficassem desempregados durante o governo petista, apenas para confirmar a narrativa de que Lula não é um bom presidente, mas sim um ladrão.

É evidente o uso seletivo da religião para fins políticos, distanciando-se dos princípios de perdão e reconciliação promovidos pelo cristianismo. A crítica ao governo de Lula ecoa como uma denúncia das práticas corruptas e excludentes que, segundo seus opositores, minam a confiança nas instituições e na própria ideia de nação. Considerando que Lula realmente tenha sido culpado de acusações de corrupção, ele precisaria responder por seus crimes. No entanto, o ódio dirigido a ele demonstra que os bolsonaristas não seguiram o exemplo de Jesus, que perdoou o ladrão Dimas na crucificação.

Diante do exposto, fica evidente que Bolsonaro, líderes religiosos, parlamentares signatários da FPE e outros apoiadores utilizaram a fé como *Instrumentum regni*, impondo padrões de comportamento e identidade baseados em tradições e valores religiosos. Esse grupo questionou a legitimidade da fé de cristãos que não defendiam essas pautas, além de excluir todos os brasileiros que não professam a fé cristã. Ademais, construíram a ideia de um Deus concebido como opressor, justificando a opressão e o ódio. Utilizaram como retórica, um país estruturalmente marcado pela corrupção e injustiça para promover a ideia de uma busca necessária por novos referenciais éticos e políticos que trariam a “salvação” do Brasil.

### **3.8 Análise das relações entre Estado, religião e direitos no Brasil**

No cenário político brasileiro, diversas leis, políticas e programas foram propostas e/ou aprovadas, resultando em mudanças significativas em áreas essenciais à vida da população. No entanto, algumas dessas medidas tinham impactos negativos nos direitos e na qualidade de vida da população. Argumentos baseados em crenças religiosas foram frequentemente utilizados por parlamentares da FPE, pelo ex-presidente Bolsonaro e por seus apoiadores. Embora outros presidentes já tivessem utilizado a fé em suas campanhas, ele o fez com maior ênfase e contundência. Observa-se, principalmente após seu mandato, a persistência e o desenvolvimento de pautas na sociedade que foram influenciadas e defendidas por ele.

Um tema caro e que levanta embates calorosos entre religiosos e progressistas é o aborto. De um lado fala-se sobre as mulheres terem o poder de escolha sobre o próprio corpo, principalmente diante de agravantes como no caso do estupro. De outro, diz sobre a dignidade humana que o embrião já teria relacionado, na maioria das vezes, com o diálogo religioso. A base bolsonarista não deixou de lado essa discussão durante os anos de 2018 a 2022, que foi o período do governo de Bolsonaro. Mesmo após sua derrota para Lula, continuam atuando com força nas casas legislativas, abordando temas baseados em preceitos religiosos, mas de forma contraditória.

Atualmente, a Lei nº 8.072/1990 considera o estupro e o estupro de vulnerável como crimes hediondos. Essa classificação foi incluída pela Lei nº 12.015/2009, reforçando a gravidade desses crimes. Já o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), instituído pela Lei nº 8.069/1990, estabelece uma série de disposições legais destinadas a proteger a integridade física e moral de crianças e adolescentes. Entre esses dispositivos, destacam-se os artigos 240 a 244-B, que tratam especificamente dos crimes relacionados à exploração sexual e à corrupção de menores. A título de explicitação, o artigo 240 criminaliza a produção, reprodução, direção, fotografia, filmagem ou registro de qualquer cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo crianças ou adolescentes, com penas de reclusão de 4 a 8 anos e multa. As mesmas penas são aplicáveis a quem agencia, facilita, recruta, coage ou de qualquer forma intermedeia a participação de menores nessas cenas, ou ainda a quem contracena com eles. Em 2024, a Lei nº 14.811 ampliou esse escopo para incluir a exibição e transmissão de

tais cenas pela internet e outros meios digitais, refletindo a preocupação com o crescente uso das tecnologias na disseminação de material ilícito.

Um fato que é interessante perceber é sobre o Projeto de Lei 1771/2015 que propunha o aumento das penas para crimes relacionados à exploração sexual de menores, buscando tornar mais severas as consequências para os infratores. Além de ampliar as definições e classificações de crimes sexuais contra crianças e adolescentes para abranger mais tipos de condutas abusivas. O projeto visava estabelecer medidas adicionais de prevenção da exploração sexual de menores, incluindo campanhas educativas e programas de conscientização sobre o tema. Assim como elaborava mecanismos de proteção e assistência às vítimas de exploração sexual, incluindo apoio psicológico e social.

Na votação deste PL, registrou-se um quórum de 360 deputados, resultando na sua não aprovação devido aos votos contrários de 224 parlamentares. É relevante destacar que a maioria dos opositores eram apoiadores do presidente Bolsonaro e/ou representantes da FPE. A situação fica pior, pois no mesmo período, Bolsonaro deu a entender que houve uma interação de interesse amoroso/sexual entre ele e crianças e adolescentes venezuelanas refugiadas. “Bolsonaro está com indícios, sim, de pedofilia na sua prática”, disse a deputada federal Luizianne Lins (PT-CE), se referindo ao ‘pintou um clima’ dito pelo presidente sobre as meninas” (CUT, 2022).

Quando se diz que a FPE aborda temas com base em preceitos religiosos de maneira contraditória, isso se fundamenta, por exemplo, na sua posição em relação à violência contra as mulheres. Como no caso em que foram contrários ao PL 1771/2015, que poderia potencialmente proteger crianças e adolescentes vítimas de estupro, mas, por outro lado, foram favoráveis a outros projetos que aumentam a pena das mães diante da gravidade do crime de estupro que veem o aborto como uma solução.

No Brasil, o aborto é permitido no caso do estupro, quando o bebê é anencéfalo ou há risco de vida para a mãe. Em um arquitetado jogo político elaborado pela bancada evangélica, parlamentares religiosos que não necessariamente são signatários da FPE, colaboraram para que o PL 1904/24 virasse pauta com importância para ser votada no Congresso. Este PL propunha que a provocação ou consentimento do aborto em gestações acima de 22 semanas tornasse homicídio simples, e se uma gravidez resultante de estupro ultrapassa 22 semanas, e havendo viabilidade fetal, o médico seria punido. Da mesma forma, haveria homicídio simples para outrem que provocasse o aborto na gestante sem o seu consentimento.

Seria lógico se a FPE ao não compactuar com o aborto, organizasse a bancada evangélica de modo que, juntos, elaborassem políticas públicas para proteger crianças e adolescentes de serem vítimas desse crime hediondo. Também seria sensato se propusessem medidas que impedissem indivíduos que cometeram estupros de reincidir nesse crime. E, caso alguma mulher fosse vítima, seus direitos seriam devidamente defendidos, com garantia de apoio psicológico e social, além de orientação legal. No entanto, essa não é a pauta principal desses congressistas que se dizem religiosos. Além disso, o PL teve o apoio de padres e pastores, inclusive a Conferência Nacional dos Bispos do Brasil lançou uma nota oficial concordando.

Outro ponto a considerar é o perfil das vítimas de estupro: Segundo Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023, aproximadamente 80% são crianças ou adolescentes. A bancada propõe que essas vítimas sejam penalizadas caso optem pelo aborto. Além disso, a maioria dessas vítimas são pessoas negras e, na maior parte dos casos, foram violentadas por pessoas conhecidas. No entanto, não há propostas com movimentação organizada para que essas crianças tenham acesso à educação, saúde e a um ambiente seguro que as impeça de serem violentadas. Por parte da FPE, não há uma organização tão bem estruturada como houve para o PL 1904/24 para garantir ações afirmativas para pessoas negras, evidenciando a contradição.

As crianças e adolescentes continuam sendo as maiores vítimas da violência sexual: 10,4% das vítimas de estupro eram bebês e crianças com idade entre 0 e 4 anos; 17,7% das vítimas tinham entre 5 e 9 anos e 33,2% entre 10 e 13 anos. Ou seja, 61,4% tinham no máximo 13 anos. Aproximadamente 8 em cada 10 vítimas de violência sexual eram menores de idade. (Anuário Brasileiro de Segurança Pública, 2023, p. 157).

Além do aborto, outros temas foram pautas da FPE. Em um contexto político polarizado, como o que ainda se vive no Brasil, a maneira como esses políticos usam a religião para apoiar suas agendas contribui para uma atmosfera de tensão e desconfiança. A falta de diálogo entre o governo e os movimentos sociais aumenta a insatisfação da população em relação às instituições democráticas. Esses fatos ficaram evidentes durante o governo Bolsonaro e marcaram a estrutura política brasileira, mesmo após o fim do seu mandato.

Durante o governo Bolsonaro, o Brasil testemunhou protestos contra o governo, frequentemente reprimidos com uso excessivo de força pelas forças de segurança, resultando em prisões arbitrárias, agressões e uso indiscriminado de gás lacrimogêneo. Essa repressão sistemática enfraqueceu o direito à livre expressão e ao protesto legítimo, minando os pilares

da democracia. Também houve um aumento significativo na criminalização de líderes e ativistas sociais no Brasil, como no caso de Paulo Galo, preso ao manifestar-se.

Líderes indígenas e de comunidades quilombolas também foram alvo de perseguição. Houve um aumento alarmante nas invasões e ataques a terras indígenas no Brasil, muitas vezes com a conivência das autoridades. Essas invasões resultaram em deslocamentos forçados, assassinatos e destruição ambiental. A Terra Indígena *Yanomami*, por exemplo, sofreu com o garimpo ilegal, causando graves consequências ambientais e de saúde. Nesse caso, a resposta governamental foi inadequada, com forças de segurança frequentemente coniventes com os invasores.

Diante do exposto, é evidente que as leis e políticas restritivas analisadas neste trabalho têm potencial para causar danos significativos à sociedade brasileira, exacerbando as desigualdades sociais e comprometendo o exercício pleno dos direitos fundamentais. Os ataques à liberdade de expressão e o desmonte de políticas públicas representam sérios desafios para a democracia e os direitos humanos no Brasil.

A fé e a religião foram usadas na tentativa de aprovação de leis que limitavam os direitos da comunidade LGBTQIA+ e aumentaram a violência contra mulheres e os feminicídios. Desigualdades raciais persistem, afetando educação, saúde, emprego e renda, com poucas políticas públicas efetivas para combater o racismo estrutural. A negação de direitos a grupos minoritários no Brasil representa uma grave violação dos princípios fundamentais de igualdade e justiça social.



## CONCLUSÃO

A partir da análise histórica da centralidade do feudalismo na Idade Média, é observado que as estruturas sociais e políticas da Europa foram moldadas pela hierarquia feudal. Essa organização social garantia poder e privilégios à nobreza e ao clero, enquanto os camponeses enfrentavam condições de servidão e exploração. Esse sistema, embora fundamentado em tradições e valores religiosos, como o cristianismo, eventualmente deu lugar a transformações sociais e econômicas que culminaram nas revoluções burguesas.

As revoluções burguesas representaram uma ruptura com o antigo regime feudal, marcando o surgimento de uma nova classe dominante: a burguesia. Movimentos como a Revolução Puritana na Inglaterra, a Revolução Gloriosa e a Revolução Francesa foram impulsionados pela ascensão da burguesia, que buscava desafiar o domínio aristocrático e estabelecer uma nova ordem política e econômica baseada em princípios liberais.

O Iluminismo desempenhou um papel fundamental nesse processo, promovendo ideais de racionalidade, liberdade individual e laicidade. Os princípios iluministas desafiaram a autoridade religiosa tradicional, defendendo a autonomia da razão e a separação entre fé e governo. Nesse sentido, as revoluções burguesas não apenas transformaram as estruturas de poder, mas também contribuíram para o avanço da laicidade do Estado.

A captura da religião cristã pelo capitalismo foi um fenômeno complexo, no qual a religião atuou como instrumento de legitimação do poder burguês e, ao mesmo tempo, como fonte de resistência e esperança para as massas oprimidas. Nota-se que a burguesia utilizou a religião para justificar seu domínio, enquanto movimentos religiosos reformistas, como as seitas protestantes, ofereciam alternativas espirituais em um mundo em rápida transformação.

Um aspecto crucial dessas revoluções foi a relação entre Estado e religião. No feudalismo, a Igreja Católica tinha grande poder político e religioso. As revoluções burguesas desafiaram essa influência, promovendo a secularização do Estado e a separação entre poder político e religioso. Isso ficou evidente na Revolução Francesa, onde a burguesia emergente buscou minar o poder da Igreja Católica, nacionalizando suas terras e promovendo a liberdade religiosa.

No entanto, a captura da religião cristã pelo capitalismo também foi observada. A burguesia utilizou a fé e os valores religiosos para legitimar seu poder e manter a ordem social. Isso ficou evidente na manipulação dos princípios religiosos para perpetuar a dominação, como a apresentação da pobreza como algo divinamente ordenado.

É importante reconhecer que, apesar da secularização formal do Estado, a influência da religião ainda persiste, muitas vezes de forma sutil ou indireta. A captura da religião pelo capitalismo, observada ao longo das revoluções burguesas, revela a complexidade dessa relação. A religião continua a ser um instrumento de legitimação do poder burguês para alguns, enquanto para outros, como as massas oprimidas, oferece esperança e resistência.

Portanto, o debate sobre a laicidade do Estado e a influência da religião na esfera pública permanece relevante nos dias de hoje. É essencial questionar como garantir uma verdadeira separação entre Estado e religião, preservando ao mesmo tempo a liberdade de crença e a diversidade religiosa. Somente através desse diálogo crítico e contínuo é que se pode avançar em direção a uma sociedade mais justa, plural e democrática.

A análise da interação entre a religião cristã e o neoconservadorismo na política brasileira contemporânea revela um cenário complexo, onde a religião, longe de ser uma esfera isolada, atua diretamente no jogo de poder político. O estudo mostrou que, apesar da laicidade do Estado, a religião continua a ser uma força mobilizadora na sociedade e no cenário político brasileiro, especialmente através da atuação de grupos como a FPE e a instrumentalização da fé cristã em campanhas políticas.

A ascensão de Jair Bolsonaro ao poder, fortemente respaldada pelo apoio evangélico, marca um momento em que o discurso religioso foi utilizado não apenas para consolidar o apoio eleitoral, mas também para moldar a agenda política nacional. Esse fenômeno reflete uma tentativa de hegemonia cultural e política, onde valores conservadores e religiosos são promovidos, muitas vezes em detrimento da pluralidade democrática e da proteção de direitos de minorias.

O estudo conclui que a relação entre religião e política no Brasil é uma via de mão dupla, onde a religião influencia e é influenciada pelas dinâmicas políticas. A utilização da fé como instrumento político gera não apenas a consolidação de poder, mas também um campo fértil para o surgimento de conflitos e divisões na sociedade. A instrumentalização religiosa, ao invés de promover um espaço de solidariedade e união, frequentemente serve para legitimar agendas que podem comprometer os princípios democráticos e os direitos humanos.

## REFERÊNCIAS

AFONSO, Germano Bruno. **As constelações indígenas brasileiras**. Telescópios na Escola, Rio de Janeiro, p. 1-11, 2013.

ALENCAR, Gustavo de. Grupos protestantes e engajamento social: uma análise dos discursos e ações de coletivos evangélicos progressistas. **Religião & Sociedade**, 2020, 39: 173-196.

AMBASSADE DE FRANCE AU BRÉSIL. A Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. **A França no Brasil Embaixada da França no Brasil**, 2017. Disponível em: <https://br.ambafrance.org/A-Declaracao-dos-Direitos-do-Homem-e-do-Cidadao>. Acesso em: 08 mar. 2024.

ASCOM UENF. **Bolsonaro e o cristofascismo brasileiro**: relação cristianismo e política. Disponível em: <https://uenf.br/portal/noticias/bolsonaro-e-o-cristofascismo-brasileiro-relacao-cristianismo-e-politica/>. Publicado em: 12 jul. 2021. Acesso em: 10 maio 2024.

AZEVEDO, Dermi. **A Igreja Católica e seu papel político no Brasil**. Estudos avançados, 2004, 18: 109-120.

BENTO XVI, Papa. Deus Caritas Est: Encíclica sobre o amor no mundo. **Vaticano**: Libreria Editrice Vaticana, 2005. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/en/encyclicals/documents/hf\\_ben-xvi\\_enc\\_20051225\\_deus-caritas-est.html](https://www.vatican.va/content/benedict-xvi/en/encyclicals/documents/hf_ben-xvi_enc_20051225_deus-caritas-est.html). Acesso em: 15 abr. 2024.

BOBBIO, Norberto; MATTEUCCI, Nicola; PASQUINO, Gianfranco. **Dicionário de política**. 11ª edição. Brasília: Editora UnB, 1998.

BOSCHETTI, Ivanete. **Seguridade social**: a armadilha dos conceitos. Material didático para a disciplina Seguridade Social I–Previdência e Assistência. Brasília, SER/UNB, 2002.

BRASIL. Câmara Apostólica. **Dicastério Para A Cultura E A Educação**; Dicastério Para O Serviço Do Desenvolvimento Humano Integral. Nota Conjunta Sobre A «Doutrina Da Descoberta». 2023a. Disponível Em: <https://www.vaticannews.va/pt/papa/news/2023-03/doutrina-descoberta-nota-desenvolvimento-humano-integral-cultura.html>. Acesso Em: 09 Abr. 2024.

———. Câmara Dos Deputados. **Frente Evangélica Lança Manifesto Com Propostas Para Gestão Do Brasil**. 2018. Disponível Em: <https://www.camara.leg.br/noticias/546684-frente-evangelica-lanca-manifesto-com-propostas-para-gestao-do-brasil/>. Acesso Em: 10 Jun. 2024.

———. Câmara Dos Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica Do Congresso Nacional**. Publicado Em: 09 Nov. 2015. Disponível Em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentedetalhe.asp?id=53658>. Acesso Em: 13 Maio 2024.

———. Câmara Dos Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica Do Congresso Nacional**. Publicado Em: 17 Abr. 2019. Disponível Em:

<https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentedetalhe.asp?id=54010>. Acesso Em: 13 Maio 2024.

———. Câmara Dos Deputados. **Frente Parlamentar Evangélica Do Congresso Nacional**. Publicado 2023b. Disponível Em: <https://www.camara.leg.br/internet/deputado/frentedetalhe.asp?id=54477>. Acesso Em: 13 Maio 2024.

———. Câmara Dos Deputados. **Projeto Criminaliza Apologia Ao Comunismo**. 2017. Disponível Em: <https://www.camara.leg.br/noticias/519165-projeto-criminaliza-apologia-ao-comunismo/>. Acesso Em: 10 Jun. 2024.

———. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1771, de 2015**. Acrescenta dispositivos ao Estatuto da Criança e do Adolescente e ao Código Penal, para dispor sobre crimes sexuais contra crianças e adolescentes, e dá outras providências. Brasília: Câmara dos Deputados, 2015. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=1572698>. Acesso em: 14 jun. 2024.

———. Câmara dos Deputados. **Projeto de Lei nº 1904/2024**. Brasília: Câmara dos Deputados, 2024. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2434493>. Acesso em: 17 jun. 2024.

———. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal, 1988. Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm). Acesso em: 12 jan. 2024.

———. **Governo desburocratiza procedimentos sobre uso de armas**. Notícias - Ministério da Justiça e Segurança Pública. 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/justica-e-seguranca/2021/02/governo-desburocratiza-procedimentos-sobre-uso-de-armas>. Acesso em: 10 jun. 2024.

———. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18069.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18069.htm). Acesso em: 14 jun. 2024.

———. **Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990**. Define os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e determina outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jul. 1990. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/18072.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/18072.htm). Acesso em: 14 jun. 2024.

———. **Lei nº 12.015, de 7 de agosto de 2009**. Altera o Título VI da Parte Especial do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal, e o art. 1º da Lei nº 8.072, de 25 de julho de 1990, que dispõe sobre os crimes hediondos, nos termos do art. 5º, inciso XLIII, da Constituição Federal, e revoga o art. 224 do Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 - Código Penal. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 10 ago. 2009. Disponível em:

[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L12015.htm). Acesso em: 14 jun. 2024.

———. **Lei nº 14.811, de 21 de maio de 2024**. Altera a Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990 (Estatuto da Criança e do Adolescente), para dispor sobre a exibição e a transmissão de cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente, e o Código Penal, para tipificar a conduta de oferecer, trocar, disponibilizar, transmitir, distribuir, publicar ou divulgar material contendo cenas de sexo explícito ou pornográficas envolvendo criança ou adolescente e para prever pena de reclusão para tal conduta. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 22 maio 2024. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2019-2022/2024/Lei/L14811.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2024/Lei/L14811.htm). Acesso em: 14 jun. 2024.

———. **Ministério da Saúde**. Coronavírus Brasil. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 17 maio 2024.

———. Ministério Da Saúde. Sistema de Informação de Agravos e Notificações - SINAN. **Enfrentamento de todas as formas de violência contra as mulheres**. Ministério das Mulheres, Observatório Brasil da Igualdade de Gênero, 2023c. Disponível em: <https://www.gov.br/mulheres/pt-br/aceso-a-informacao/observatorio-brasil-da-igualdade-de-genero/painel-de-indicadores-2/enfrentamento-de-todas-as-formas-de-violencia-contra-as-mulheres>. Acesso em: 24 maio 2024.

———. **Plano diretor da reforma do aparelho do Estado**. Brasília: Câmara da Reforma do Estado, 1995.

CÂMARA DOS DEPUTADOS. **Advogados e empresários são a maioria entre profissionais eleitos para a Câmara dos Deputados**. Câmara dos Deputados, 24 nov. 2022. Disponível em: <https://www.camara.leg.br/noticias/913922-advogados-e-empresarios-sao-a-maioria-entre-profissionais-eleitos-para-a-camara-dos-deputados/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

CAMINHA, Pero Vaz de, et al. **Carta de Pero Vaz de Caminha**. 1999.

CARVALHO, Nara Pereira. **A Formação da Liberdade Religiosa: peculiaridades e vicissitudes no Brasil**. 2011.

CIOCCARI, Deysi; DE CASTRO EZEQUIEL, Vanderlei. Discurso de ódio na tribuna da Câmara dos Deputados. **Revista de Estudos Universitários-REU**, 2017, 43.1.

———; PERSICHETTI, Simonetta. Armas, ódio, medo e espetáculo em Jair Bolsonaro. **Revista Alterjor**, 2018, 18.2: 201-214.

CONFERÊNCIA NACIONAL DOS BISPOS DO BRASIL (CNBB). **Campanha da Fraternidade 2025**. Disponível em: <https://campanhas.cnbb.org.br/pastas/cf-2025>. Acesso em: 25 ago. 2024.

CUT. **Base de Bolsonaro vota contra PL para transformar pedofilia em crime hediondo**. 2022. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/base-de-bolsonaro-vota-contra-pl-para-transformar-pedofilia-em-crime-hediondo-52bc>. Acesso em: 14 jun. 2024.

JUSBRASIL. **Constituição Federal de 1988 e os Direitos Humanos**. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/constituicao-federal-de-1988-e-os-direitos-humanos/1528480106>. Acesso em: 12 jan. 2024.

DA ROCHA, Joaquim Freitas; BARBOSA, Andreia. Equívocos a propósito da laicidade do Estado (perspetiva jurídico-constitucional). **Revista Jurídica Portucalense**, 2021, 130-151.

DA ROSA, Wanderley Pereira. **Implantação do Protestantismo no Brasil**: aspectos sociais e políticos–Parte I. *REFLEXUS-Revista Semestral de Teologia e Ciências das Religiões*, 2017, 11.17: 179-201.

DE SOUZA NETO, Homero Antunes. As instituições em Marx: uma análise introdutória. **Ciência & Luta de Classes**, 2022, 5.7/8.

EMMERICK, Rulian. As relações Igreja/Estado no Direito Constitucional Brasileiro. Um esboço para pensar o lugar das religiões no espaço público na contemporaneidade. **Sexualidad, Salud y Sociedad-Revista Latinoamericana**, 2010.

ENGELS, F. **A Origem da Família, da Propriedade Privada e do Estado**. 9. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

FERNANDES, Florestan. **Capitalismo Dependente**: e classes sociais na América Latina. 1981.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública 2023**. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://static.poder360.com.br/2023/07/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica-2023.pdf>. Acesso em: 17 jun. 2024.

GANEM, Cássia Maria Senna. **Estado laico e direitos fundamentais**. CM GANEM, & e. al, Constituição de, 1988.

GOIN, Mariléia. **Fundamentos do Serviço Social na América Latina e no Caribe**: os diferentes caminhos do Brasil, do Chile e de Cuba. 2016.

GOMES, Mércio Pereira. **Os Índios e o Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes Ltda., 1988.

GONÇALVES, Rafael Bruno; PEDRA, Graciele Macedo. **O surgimento das denominações evangélicas no Brasil e a presença na política**. *Diversidade Religiosa*, 2017, 7.2: 69-100.

GROSGOUEL, Ramón. **A estrutura do conhecimento nas universidades ocidentalizadas**: racismo/sexismo epistêmico e os quatro genocídios/epistemicídios do longo século XVI. *Sociedade e Estado*, v. 31, p. 25-49, 2016.

HOBBSAWM, Eric. **A era das revoluções: 1789-1848**. – 35° ed – Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2015.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil**: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. Cortez, 1982.

———. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**: capital financeiro, trabalho e questão social. Cortez editora, 2012.

IANNI, Octavio. **A questão social**. São Paulo em Perspectiva, v.5, p.2-10, 1991.

INFOMONEY. **Jair Bolsonaro**: conheça a trajetória política do ex-presidente. Disponível em: <https://www.infomoney.com.br/perfil/jair-bolsonaro/>. Acesso em: 16 maio 2024.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). **Censo Demográfico 2022: panorama**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://censo2022.ibge.gov.br/panorama/>. Acesso em: 10 set. 2024.

INSTITUTO DE ESTUDOS DA RELIGIÃO (ISER). **Pesquisa do ISER levanta identidade religiosa dos deputados e deputadas federais diplomados**. Religião e Poder, 22 mar. 2023. Disponível em: <https://religioepoder.org.br/artigo/pesquisa-do-iser-levanta-identidade-religiosa-dos-deputados-e-deputadas-federais-diplomados/>. Acesso em: 22 ago. 2024.

INSTITUTO SOCIOAMBIENTAL (ISA). **Parque Indígena Xingu**. Terras Indígenas no Brasil. 2024. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3908>. Acesso em: 11 abr. 2024.

JÚNIOR, Olavo Brasil de Lima. **As reformas administrativas no Brasil**: modelos, sucessos e fracassos. 1998.

KARNAL, Leandro. **Estados Unidos**: a formação da nação: São Paulo: Contexto, 2007. p. 38.

LEÃO XIII, Papa. **Carta Encíclica Rerum Novarum de sua Santidade Papa Leão XIII**. Roma: [s.n.], 1891. Texto digital. Disponível em: [https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf\\_l-xiii\\_enc\\_15051891\\_rerum-novarum.html](https://www.vatican.va/content/leo-xiii/pt/encyclicals/documents/hf_l-xiii_enc_15051891_rerum-novarum.html). Acesso em: 16 out. 2023.

LÊNIN, V. **O Estado e a revolução**. Expressão popular. 2007.

LÖWY, Michael. Marx e Engels como sociólogos da religião. Lua Nova: **Revista de Cultura e Política**, 1998, 157-170.

MANDELEY, J. **Church and State in Europe. East versus West**. Working Paper, 2007.

MARX, Karl. **A Miséria da Filosofia**. São Paulo: Global, 1985. Tradução de José Paulo Netto.

———. **Crítica da filosofia do direito de Hegel**. Boitempo Editorial, 2010a.

———. **O Capital**: crítica da Economia Política. Livro 1. São Paulo: Boitempo, 2013.

———; ENGELS, Friedrich. **Manifesto comunista**. Boitempo Editorial, 2015.

———. **Sobre a questão judaica**. Boitempo Editorial, 2010b.

———. **Sobre a questão judaica**. Marxists Internet Archive, 1843. Disponível em: <https://www.marxists.org/portugues/marx/1843/questaojudaica.htm>. Acesso em: 7 jun. 2024.

MELLO, Janine.; PEREIRA, Ana Camila Ribeiro. **Dinâmicas do Terceiro Setor no Brasil: Trajetórias de Criação e Fechamento de Organizações da Sociedade Civil (OSCS) de 1901 a 2020**. Texto para Discussão. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), 2022.

MELO, Karine. **Impeachment**: Esplanada terá trânsito interrompido à meia-noite. Agência Brasil. Publicado em: 10 maio 2016. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/politica/noticia/2016-05/impeachment-esplanada-tera-transito-interrompido-meia-noite>. Acesso em: 14 maio 2024.

MONTERO, Paula. Religião, Laicidade e Secularismo. Um debate contemporâneo à luz do caso brasileiro. **Revista Cultura y Religión**, v. 7, n. 2, p. 13-31, 2013.

MOYA, Isabela. **Marxismo cultural**: o que é isso? Politize!. Publicado em: 16 out. 2019. Disponível em: <https://www.politize.com.br/marxismo-cultural/>. Acesso em: 04 dez. 2023.

MISHRA, Ramesh. **Marx e o Bem-Estar**. Tradução de Potyara A. P. Pereira. Original: Marx and Welfare State. In: *Sociological Review, New Series*, v.23, May, 1975.

NETTO, José Paulo. **Capitalismo monopolista e serviço social**. São Paulo: Cortez, 3. ed. 1992.

———. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: expressão popular, 2011.

OLIVEIRA, Leidiane Souza. Reforma Gerencial, Neodesenvolvimentismo e Ponte para o Futuro: recentes contradições das políticas sociais brasileiras. **SER Social**, Brasília, v. 21, n. 45, p. 263–282, 2019. DOI: 10.26512/ser\_social.v21i45.20366. Disponível em: [periodicos.unb.br](http://periodicos.unb.br). Acesso em: 2 jul. 2024.

OPUS DEI. **O que aconteceu no Concílio de Niceia?** Disponível em: <https://opusdei.org/pt-br/article/o-que-aconteceu-no-concilio-de-niceia/>. Acesso em: 25 out. 2023.

ORTIZ, Renato. Notas sobre Gramsci e as ciências sociais. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2006, 21: 95-103.

PAGLIARO, Heloísa; AZEVEDO, Marta Maria; SANTOS, Ricardo Ventura. Demografia dos povos indígenas no Brasil: um panorama crítico. In: **Demografia dos povos indígenas no Brasil**. 2005. p. 11-32

PEREIRA, Mariana Figueiredo De Castro. **A influência norte americana no serviço social: Formação histórica e rebatimentos contemporâneos**. Serviço Social em Debate, 2019.

PRANDI, Reginaldo. De africano a afro-brasileiro: etnia, identidade, religião. **Revista Usp**, 2000, 46: 52-65.



PY, Fábio. **Pandemia cristofascista**. São Paulo: Recriar, 2020.

QUIJANO, Aníbal. "**Colonialidade do poder, Eurocentrismo e América Latina.**" In: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2005.

RIBEIRO, Darcy. O povo brasileiro: a formação e o sentido do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro**: a formação e o sentido do Brasil. Global Editora e Distribuidora Ltda, 2015.

RUDAS, Sebastián. **A teoria política da laicidade no Brasil, uma proposta de unificação**. Novos estudos CEBRAP, v. 40, p. 445-461, 2022.

SANTOS, Josiane Soares. **Questão social**: particularidades no Brasil. Cortez Editora, 2017.

SANTOS, Liliam dos Reis Souza; DA SILVA, Rodrigo Chaveiro. **Estado-sociedade**: ascensão evangélica à estrutura institucional do Estado brasileiro. Anais do Encontro Internacional e Nacional de Política Social, 2023, 1.1.

———. **Leviatã ou Behemoth?**: verso e reverso da relação orgânica entre Estado e capitalismo na política social. 2018.

SECCHI, Leonardo. **Políticas públicas**: conceitos, esquemas de análise, casos práticos. Cengage Learning, 2017.

SILVA, Wellington Teodoro; SUGAMOSTO, Alexandre; ARAUJO, Uriel Irigaray. O marxismo cultural no Brasil: origens e desdobramentos de uma teoria conservadora. **Revista Cultura y religión**, 2021, 15.1: 180-222.

SINGER, André. Raízes sociais e ideológicas do lulismo. **Novos estudos CEBRAP**, p. 83-102, 2009.

THORNDIKE, Lynn; SHOTWELL, James Thomson. **The history of medieval Europe**. Dalcassian Publishing Company, 2015.

TOLEDO, Edilene. **Um ano extraordinário**: greves, revoltas e circulação de ideias no Brasil em 1917. *Estudos Históricos (Rio de Janeiro)*, 2017, 30: 497-518.

VATICANO. **Código de Direito Canônico**. Tradução portuguesa. Disponível em: [https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici\\_po.pdf](https://www.vatican.va/archive/cod-iuris-canonici/portuguese/codex-iuris-canonici_po.pdf). Acesso em: 3 jul. 2024.

WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Editora Martin Claret, 2005.

YAZBEK, Maria Carmelita. **Os fundamentos históricos e teórico-metodológicos do Serviço Social brasileiro na contemporaneidade**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais: CFESS, ABEPSS. Brasília-DF, 2009a.

———, et al. **O significado sócio-histórico da profissão**. Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília: CFESS/ABEPSS, 2009b.